# Estratégia Integrada de Desenvolvimento Intermunicipal

# Beiras e Serra da Estrela 2020

Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela

Janeiro de 2015







# Índice

1.	Beiras e Serra da Estrela 2020	6
2.	Metodologia	11
3.	Diagnóstico do território das Beiras e Serra da Estrela	23
4.	Estratégia "BSE 2020"	6′
5.	Governação da EIDT "BSE 2020"	89
6.	Anexos	96







Beiras e Serra da Estrela 2020 Glossário

# Glossário

AAL Ambiente Assisted Living ADXTUR Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto AECBP Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor AICEP Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal AIDUS Acções Integradas de Desenvolvimento Sustentável  CITEVE Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal  CRER Competitividade, Responsável, Estruturante e Resiliente  DLBC Desenvolvimento Local de Base Comunitária EEC Estratégias de Eficiência Colectiva  ENERAREA Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior Estratégia Estratégia de Competitividade Responsável, Estruturante CRER e Resiliente	A3I	Agência para o Investimento, Inovação e Internacionalização	CISE CIP	Centro de Interpretação da Serra da Estrela Confederação Empresarial de Portugal
ADXTUR Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto CRER Competitividade, Responsável, Estruturante e Resiliente  AECBP Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor EEC Estratégias de Eficiência Colectiva  AICEP Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal  AIDUS Acções Integradas de Desenvolvimento Sustentável  CRER Competitividade, Responsável, Estruturante e Resiliente  CRER Competitividade, Responsável, Estruturante e Resiliente  EEC Estratégias de Eficiência Colectiva  ENERAREA Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior  Estratégia Estratégia de Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente	AAL		CITEVE	, ,
AECBP Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor AICEP Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal AIDUS Acções Integradas de Desenvolvimento Sustentável  DLBC Desenvolvimento Local de Base Comunitária EEC Estratégias de Eficiência Colectiva ENERAREA Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior Estratégia Estratégia de Competitividade Responsável, Estruturante CRER e Resiliente	ADXTUR	Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de		•
Penamacor  AlCEP Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal  AlDUS Acções Integradas de Desenvolvimento Sustentável  EEC Estratégias de Eficiência Colectiva  ENERAREA Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior Estratégia Estratégia de Competitividade Responsável, Estruturante CRER  EEC Estratégias de Eficiência Colectiva  ENERAREA Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior Estratégia Estratégia de Competitividade Responsável, Estruturante		Xisto	CRER	Competitividade, Responsável, Estruturante e Resiliente
AICEP Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal  AIDUS Acções Integradas de Desenvolvimento Sustentável  EUC Estratégias de Eliciencia Colectiva  ENERAREA Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior  Estratégia de Competitividade Responsável, Estruturante  CRER e Resiliente	AECBP	Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e	DLBC	Desenvolvimento Local de Base Comunitária
Portugal  AlDUS  Acções Integradas de Desenvolvimento Sustentável  ENERAREA Agencia Regional de Energia e Ambiente do Interior  Estratégia Estratégia de Competitividade Responsável, Estruturante  CRER e Resiliente			EEC	Estratégias de Eficiência Colectiva
AIDUS Acções Integradas de Desenvolvimento Sustentável CRER e Resiliente	AICEP	•	ENERAREA	Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior
OVEV 6 Vesillette		<u> </u>	Estratégia	Estratégia de Competitividade Responsável, Estruturante
		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	CRER	e Resiliente
AMCB Associação de Municípios da Cova da Beira EIDT Estratégia Integrada de Desenvolvimento Intermunicipal		•	EIDT	Estratégia Integrada de Desenvolvimento Intermunicipal
ANIL Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios EY Ernst & Young		•	EY	Ernst & Young
ARDU Acções de Regeneração e Desenvolvimento Urbano FEDER Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional			FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
ARU Áreas de Reabilitação Urbana FLAD Fundação Luso-Americana de Desenvolvimento		•	FLAD	Fundação Luso-Americana de Desenvolvimento
AUCI Arco Urbano do Centro Interior Fundação Fundação para os Estudos e Formação Autárquica	AUCI	Arco Urbano do Centro Interior	Fundação	Fundação para os Estudos e Formação Autárquica
BI Beira Interior CEFA	BI	Beira Interior	CEFA	
BSE Beiras e Serra da Estrela GAL Grupo de Acção Local	BSE	Beiras e Serra da Estrela	GAL	Grupo de Acção Local
CCDR Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional GEE Gases do Efeito de Estufa	CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional	GEE	Gases do Efeito de Estufa
CCDRC CCDR do Centro Guard'Ar Promoção do Ambiente e Saúde no Concelho da Guarda	CCDRC	CCDR do Centro	Guard'Ar	Promoção do Ambiente e Saúde no Concelho da Guarda
CERVAS Centro de Ecologia, Recuperação e Vigilância de Animais IAPMEI Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e	CERVAS	Centro de Ecologia, Recuperação e Vigilância de Animais	IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e
Selvagens		Selvagens		Inovação
CHCB Centro Hospitalar da Cova da Beira ICN Instituto de Conservação da Natureza	CHCB	Centro Hospitalar da Cova da Beira	ICN	Instituto de Conservação da Natureza
CIHAFA Centro de Interpretação Histórica e Arqueológica de I&D Investigação e Desenvolvimento	CIHAFA		I&D	Investigação e Desenvolvimento
Fornos de Algodres IEFP Instituto de Emprego e Formação Profissional		_	IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
CIM Comunidade Intermunicipal INE Instituto Nacional de Estatística		·	INE	Instituto Nacional de Estatística
CIM - BSE Comunidade Intermunicipal – Beiras e Serra da Estrela IPG Instituto Politécnico da Guarda	CIM - BSE	Comunidade Intermunicipal – Beiras e Serra da Estrela	IPG	Instituto Politécnico da Guarda
IPSS Instituições Particulares de Solidariedade Social			IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social







Beiras e Serra da Estrela 2020 Glossário

### Glossário

ITI	Investimento Territorial Integrado	Projecto MIT	Projecto Mobilidade, Inovação e Território		
ITS	Serviços Inteligentes de Transporte	PRU	Parcerias de Regeneração Urbana		
NERCAB	Associação Empresarial da Região de Castelo Branco	PTD	Plano Territorial de Desenvolvimento		
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins	QEC	Quadro Estratégico Comum		
	Estatísticos	QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional		
PA	Projecto Âncora	QREN-	Programa Operacional Temático Factores de		
PARES	Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos	COMPETE	Competitividade		
	Sociais	QREN-POPH	Programa Operacional Temático Potencial Humano do		
PB	Projecto de Base		Quadro de Referência Estratégico Nacional		
PCT	Pólos de Competitividade e Tecnologia	RePECEE	Rede de Promoção da Eficiência no Consumo de		
PDR	Plano de Desenvolvimento Rural		Energia Elétrica		
PENT	Plano Estratégico Nacional do Turismo	RIS3	Research and Innovation Strategies for Smart		
PET	Plano Estratégico dos Transportes		Specialisation - Estratégias de Investigação e		
PIB	Produto Interno Bruto		Inovação para uma Especialização Inteligente		
PLIE	Plataforma Logística de Iniciativa Empresarial	RUCI	Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação		
PNPOT	Programa Nacional da Politica de Ordenamento do	SI	Sistema de Incentivos		
	Território	SIG	Sistema de Informação Geográfica		
PNS	Plano Nacional de Saúde	SIALM	Sistema de Incentivos de Apoio Local a		
PO	Plano Operacional		Microempresas do Interior		
POPH	Programa Operacional Temático Potencial Humano	SNS	Serviço Nacional de Saúde		
POFC	Programas Operacionais Factores de Competitividade	SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats -		
POVT	Programas Operacionais de Valorização do Território		Forças, fraquezas, oportunidades e ameaças		
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural	TI	Transporte Intermodal		
PROMAR	Programa Operacional das Pescas	TIC	Tecnologias de Informação e de Comunicação		
PROVERE	Programa de Valorização Económica de Recursos				
	Endógenos				







Beiras e Serra da Estrela 2020 Glossário

### Glossário

TICE	Tecnologias	de Infor	rmação,	Comunicação	е
	Electrónica				
TP	Transporte Públ	lico			
UBI	Universidade da Beira Interior				
UE	União Europeia				
ULS	Unidade Local o	de Saúde			
UMS	Unidades Móveis de Saúde				
VAB	Valor Acrescentado Bruto				







### 1. Beiras e Serra da Estrela 2020

1. Visão do Território e Linhas Estratégicas









O novo ciclo de programação de Fundos Comunitários 2014-2020 prevê, em matéria de Estratégias Territoriais, a instituição de pactos para o desenvolvimento e coesão territorial, integrados e coerentes, que colocam ênfase na escala multimunicipal e na articulação de iniciativas dos municípios que integram as Comunidades Intermunicipais (CIM). Adicionalmente, as alterações promovidas ao nível do enquadramento legal das CIM vieram reforçar a sua escala como nível preferencial de actuação municipal e promover as condições para uma efectiva descentralização administrativa de competências.

A CIM das Beiras e Serra da Estrela (CIM-BSE) – que resulta da fusão da Comurbeiras e da CIM Serra da Estrela - abraçando o repto lançado pelas prioridades do Portugal 2020 e pelas competências de governação territorial promovidas pelo regime jurídico das Autarquias Locais, encetou um processo para a elaboração da Estratégia da sua Região.

Os municípios integrantes da nova CIM-BSE estão cientes deste novo desafio, e consideram que este Plano Estratégico é uma pedra angular para este novo modelo de organização territorial.

O território das Beiras e Serra da Estrela integra três NUTS III - Beira Interior Norte, Cova da Beira e Serra da Estrela - correspondente a 15 Municípios: Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Gouveia, Guarda, Manteigas, Mêda, Pinhel, Sabugal, Seia e Trancoso.

Do ponto de vista socio-demográfico, estamos perante um território que ocupa uma superfície de cerca de 6300 km², e que, de acordo com os dados censitários de 2011, tem cerca de 236.000 habitantes. O território das Beiras e Serra da Estrela revela um enquadramento de envelhecimento populacional, uma vez que se encontra:

- significativamente abaixo da média da Região Centro em matéria de densidade populacional (45,5 face aos 83,2 habitantes por km2);
- ▶ ligeiramente abaixo da média da Região Centro em matéria de proporção de população jovem (11,2% face aos 13,5%);

significativamente acima da média da Região Centro em matéria de índice de envelhecimento (240.6 face a 164.5).

Os municípios integrantes da nova CIM-BSE consideram que esta é uma realidade que importa alterar em sede de Plano Estratégico.

No que se refere à educação, é de salientar a redução acima dos valores nacionais e regionais, da população das BSE sem qualquer nível de escolaridade, bem como o aumento da proporção da população residente com ensino superior, com destaque para a Cova da Beira.

Do ponto de vista económico, o território da CIM-BSE é marcado por taxas de desemprego elevadas, onde o sector terciário é o principal criador de emprego e aquele que mais valor cria. Ao nível empresarial, o território da CIM registou em 2012 um menor número de empresas com sede no território, registando também um rácio negativo entre criação e encerramento de empresas. Saliente-se, de forma positiva, o aumento da despesa em I&D realizadas pelas empresas, o que revela uma mudança de estratégia do tecido empresarial local. Outro factor de relevo foi a melhoria de desempenho ao nível dos produtos do território, reflectido no aumento do peso das exportações destes produtos no PIB.

Do ponto de vista logístico, o território das Beiras e Serra da Estrela apresenta barreiras ao nível de acessibilidades, que condicionam um melhor desempenho económico e social, pelas distâncias e custos de mobilidade associados, que necessariamente afectam dinâmicas de atracção de empresas, retenção de pessoas e de qualidade de vida.

Do ponto de vista social, o território da CIM-BSE apresenta uma boa cobertura de equipamentos de apoio à terceira idade, acima da média regional da NUT II e que configura uma mais-valia atendendo à proporção de população idosa mas também uma oportunidade para reforçar a sua utilização, através da atracção de segmentos específicos de turismo.

Tendo em consideração as reuniões preparatórias realizadas e auscultação às forças vivas locais, os Autarcas desta Região consideram o seguinte:







Numa perspectiva mais estrutural, o território das Beiras e da Serra da Estrela apresenta como principais forças o posicionamento estratégico – nomeadamente pela proximidade com Espanha – a disponibilidade de infra-estruturas - turísticas, de restauração, culturais, de educação, ciência e tecnologia e sociais – a diversidade de recursos e o património natural e produtos endógenos identitários da Região. Do lado das fraquezas, destaca-se o fenómeno de envelhecimento populacional, a dinâmica económica díspar do ponto de vista territorial, as debilidades nas infraestruturas de transporte e logísticas, a resistência no estabelecimento de uma cultura colaborativa, com consequência na dinâmica económica e social local.

As oportunidades deste território centram-se, em grande parte, na valia dos recursos naturais e no reconhecimento da qualidade e do potencial dos produtos endógenos associados ao sector agro-alimentar e turismo natureza, potenciado pela prestação de serviços diferenciadores nas áreas da saúde. A proximidade a Espanha e os efeitos de *spillover* de investimentos recentes de empresas em sectores emergentes como as Tecnologias de Informação e Comunicação – de que são exemplo o Data Center da PT na Covilhã e o centro de serviços da Altran no Fundão – constituem activos cujo potencial é relevante na dinamização económica local e, por conseguinte, na imperiosa dinamização demográfica e social.

Nesse sentido, e atendendo ao perfil de baixa densidade do seu território, os municípios da CIM-BSE consideram crítico ultrapassar os problemas de atractividade populacional e económica, apostando em respostas concertadas, de envolvimento activo de todos os agentes locais na implementação de projectos-âncora que, através da resolução de falhas de mercado, do incremento de valor ou da redução de custos, atraiam investimento, criem riqueza e postos de trabalho e, dessa forma, quebrem o ciclo vicioso da desertificação populacional e dinamizem o território.

A estratégia territorial proposta por esta Sub-Região da NUT II Centro encontra-se alinhada com os princípios da Estratégia Europa 2020 – Crescimento sustentado, inteligente e inclusivo – da Estratégia Regional – Competitividade, Responsável, Estruturante e Resiliente- bem assim com as áreas temáticas de intervenção da Estratégia de Investigação e de Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3).

Adicionalmente ao enquadramento de acordo com os principais documentos que formam o Novo Ciclo de Programação Comunitária 2014-2020 nas suas diversas declinações geográficas - comunitária, nacional e regional — entendeu esta Comunidade Intermunicipal ser da maior importância considerar as políticas públicas nacionais de intervenção sectorial. Referimo-nos, concretamente, aos Planos Nacionais em domínios como o Ordenamento do território, a Agricultura, a Inovação, os Transportes, o Turismo, a Saúde, a Educação e a Logística.

Os 15 Municípios das Beiras e Serra da Estrela subscrevem a importância de apostar em projectos que promovam e potenciem a escala multimunicipal, as redes de cooperação, a especialização produtiva inteligente e a utilização de infraestruturas existente.

Com efeito, entende esta Região e os seus 15 Autarcas que o sucesso do planeamento estratégico nos anos vindouros está criticamente do exercício de planeamento colectivo, que passa pelo envolvimento e auscultação de uma miríade de agentes locais — nomeadamente empresários, associações, entidades do sistema educativo, tecnológico, de saúde, bem como entidades públicas de outros níveis de administração — que permita assegurar uma visão comum sobre as necessidades de intervenção no território, bem como projectos que, pela sua escala partilhada, respondam a essas necessidades. A combinação de áreas de conhecimento e de sectores de actividade económica, inerente à especialização produtiva inteligente, exige, desde logo, contributos do sector público, mas também privado e associativo, pelo que a co-promoção de projectos e a constituição de consórcios é crítica para o alcance de escala, sobretudo num território como as Beiras e Serra da Estrela caracterizado por fenómenos de baixa densidade e potenciado por tendências de desertificação e envelhecimento populacional.

O plano estratégico dos Municípios integrantes da CIM-BSE estrutura-se em torno de quatro eixos estratégicos: (i) Reforçar a atractividade e conectividade do território; (ii) Afirmar o posicionamento estratégico da Região com base na inovação e conhecimento; (iii) Promover Região inclusiva e (iv) Consolidar Região sustentável. Estes quatro eixos estão balizados por dois eixos transversais ao Plano, isto é:







- ▶ Governação da EIDT: que reflecte a importância de capacitar a CIM-BSE para gerir, implementar, comunicar e negociar o Plano. Outros princípios de governação explicitamente reconhecidos respeitam a sistemas de co-decisão, projectos de geometria variável que podem, inclusive, ultrapassar os limites territoriais das Beiras e Serra da Estrela e lógicas de parceria público-privada cujo âmbito varia em função do projecto;
- ► Interconectividade da Região com a sua envolvente externa: através do qual os Municípios reconhecem que o exercício de planeamento ao realizar um diagnóstico macro e ao preconizar um conjunto de intervenções estruturantes, não fica limitado pelas fronteiras territoriais das Beiras e Serra da Estrela ou pela lógica da fonte de financiamento e respectiva elegibilidade.

Tendo presente esta estrutura de eixos de intervenção, os 15 Municípios da CIM-BSE realizaram um conjunto de eventos onde, através de fóruns com âmbitos variáveis, discutiram abordagens estruturantes plasmadas em cinco áreas temáticas:

- 1. Inovação, internacionalização e atracção de investimento: o racional de intervenção dos Municípios da CIM-BSE, em estreita parceria com o sector privado, científico e tecnológico e associativo, é o de criar condições de dinamização do mercado local, seja através da internacionalização de negócios, seja através da atracção de investimento produtivo para a Região. Do exercício de planeamento resultam três projectos-âncora, nomeadamente a criação da A3I Agência para o Investimento, Inovação e Internacionalização, a Agenda para a inovação através de Living Labs e a criação de uma incubadora para a revitalização económica, dedicada a questões de regeneração urbana, eficiência energética e refuncionalização de espaços;
- 2. Turismo e agro-industrial: o racional de intervenção nestes dois sectores está directamente associado às diversas valências e recursos diferenciadores da Região e ao potencial em dinamizar as marcas com reputação e reconhecimento no mercado Serra da Estrela, Aldeias Históricas, Aldeias de Xisto, Beira Baixa, Côa e Cova da Beira a produtos do território e ao respectivo património cultural, como fonte de promoção económica de produtos (ex. queijo amarelo, queijo da Serra, cereja do Fundão, enchidos da Beira Baixa, requeijão de Seia, compotas de Trancoso) e serviços (ex. turismo).

Trata-se de um domínio de especialização inteligente (RIS3), no sentido de combinação virtuosa de competências e complementar de actividades, em que a inovação é promovida pela abordagem integrada de mercado em que o projecto-âncora tem a ver com associação entre marca-chapéu, produto do território e destino turístico;

- 3. Infra-estruturas, logística e mobilidade: o racional de intervenção prende-se com o aproveitamento das infra-estruturas existentes, através de uma articulação concertada entre os 15 Municípios, que confere prioridade à partilha de recursos e ao aprofundamento da multimodalidade dos interfaces de transporte e das redes logísticas. É posição dos agentes deste território que tal aprofundamento se constitui como uma condição-chave para a coerência e a eficiência interna dos sistemas, bem como para a competitividade e a valorização territorial num cenário de baixa densidade. Esta área de intervenção conta com quatro projectos-âncora: intervenções em infra-estruturas de transportes e na rede logística de proximidade; criação de um parque de máquinas e de recursos intermunicipal; promoção da mobilidade sustentável; e eficiência nas infra-estruturas básicas de água e saneamento;
- 4. Capital humano e modernização e administrativa: o racional da intervenção está em linha com o veiculado no Portugal 2020, de que a formação e as qualificações são um elemento importante para a modernização da Administração Pública e a promoção da sua eficiência. Um outro elemento que a CIM-BSE pretende potenciar é a partilha de serviços e, nesse sentido, o projecto-âncora prende-se com a avaliação da oportunidade para definir áreas de partilha e as respectivas acções;
- 5. Saúde, terceiro sector e desenvolvimento social: o racional centra-se em promover a qualidade e o bem-estar da população residente, mas também, e numa lógica de aproveitamento dos equipamentos existentes e das valências endógenas, em dinamizar esse sector de actividade. Há a referir três projectos-âncora: i) agenda para um living lab de Saúde, que se consubstancia num programa de envelhecimento activo, para residentes e turistas, na capacitação do pólo de telemonitorização e num projecto de bioclimatismo, à saúde respiratória e ao termalismo; ii) rede social supramunicipal de funcionamento coordenado dos equipamentos do território; e iii) capacitação em termos de infra-estruturas e equipamentos de saúde e sociais.







Em suma, a visão estratégica do território das Beiras e Serra da Estrela resulta de um exercício colectivo e concertado das forças vivas da Região, de que os Autarcas e respectivos Municípios são orquestradores, mas que naturalmente requer as competências e contributos do meio empresarial, associativo, científico e tecnológico e de outras entidades de âmbito regional para assegurar coerência e eficiência de resultados. A fase seguinte de planeamento – Plano de Acção – requer o trabalho conjunto dos agentes locais no detalhe dos projectos em termos de âmbito, cronograma, resultados esperados e estrutura de governação.







### 2. Metodologia

1.	EIDT BSE 2020: Metodologia	13
2.	Auscultação dos principais agentes locais e acções de capacitação	16
3.	Metodologia de selecção de projectos	21







Metodologia Introdução

### Introdução

O presente documento sistematiza a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Intermunicipal (EIDT) "Beiras e da Serra da Estrela 2020" (BSE 2020), no contexto do novo ciclo de financiamento comunitário 2014-2020, para contratualização do respectivo Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial.

Neste âmbito, a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIM-BSE) liderou o processo de elaboração da respectiva EIDT enquanto necessária base de reflexão estratégica do seu território, de diagnóstico das suas potencialidades, necessidades e, desse modo, de enquadramento das áreas de intervenção prioritárias.

Uma vez definidas as linhas de intervenção da EIDT – nomeadamente através dos eixos, das áreas temáticas, dos projectos âncora e de linhas orientadoras do modelo de governação – a Região das Beiras e Serra da Estrela está a trabalhar no sentido de detalhar o respectivo Plano de Acção, nomeadamente o conjunto de projectos a implementar e o seu contexto execução.

Mais genericamente, a construção do Beiras e Serra da Estrela 2020 – na componente estratégica e de definição de projectos – enquadra-se no contexto dos instrumento de gestão e de afectação de recursos à disposição dos territórios, numa lógica de autonomia.

Enquanto forma de planeamento colectivo e expressão da cooperação entre os actores envolvidos, as EIDT são uma forma de promover a racionalidade, coerência e articulação na realização de investimentos no território em causa, capazes de verter as orientações comunitárias e nacionais em matéria de política pública de desenvolvimento.

Em seguida, procede-se à descrição dos principais elementos metodológicos que nortearam a construção da EIDT BSE 2020, bem como à indicação dos agentes locais mobilizados e respectivas acções de reflexão.

O capítulo 3 dedica-se ao enquadramento da Região das Beiras e Serra da Estrela, que parte da caracterização da Região Centro e prossegue com a apresentação dos principais indicadores económicos, sociais e demográficos, detalhando sempre que possível o território correspondente aos 15 municípios. Neste contexto, é também elaborada uma reflexão sobre o impacto e principais lições sobre o actual ciclo de programação 2007-2013.

Uma vez enquadrado o território, o capítulo 4 dedica-se à apresentação da estrutura do Beiras e Serra da Estrela 2020, nomeadamente os eixos estratégicos e respectivos objectivos e áreas temáticas de intervenção.

O capítulo 5 dedica-se às principais linhas orientadoras do modelo de governação da EIDT, quanto ao modelo de gestão, mecanismos de acompanhamento e recursos e valências. O capítulo 6 concretiza o contributo macro do Beiras e Serra da Estrela 2020 para a estratégia da Região Centro de Portugal, através da definição de indicadores e metas de resultado, em linha com aquelas definidas a nível da NUT II, nomeadamente no Barómetro Centro de Portugal.







### 2.1. EIDT BSE 2020: Metodologia

Nesta secção, procede-se à apresentação dos principais elementos metodológicos na base da elaboração da EIDT das Beiras e da Serra da Estrela 2020 (BSE 2020).

A Região das Beiras e Serra da Estrela engloba quinze municípios, sendo que, em termos de localização territorial, este conjunto de municípios compreende três NUTS III, tal como o quadro seguinte detalha.

#### Âmbito territorial da EIDT Beiras e Serra da Estrela 2020

NUTS III	Município
Beira Interior Norte	Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Mêda, Pinhel, Sabugal, Trancoso
Cova da Beira	Belmonte, Covilhã, Fundão
Serra da Estrela	Fornos de Algodres, Gouveia, Seia

Fonte: INE

As NUTS III constituem um nível privilegiado para as articulações entre governo central e as autarquias locais, bem como para a cooperação intermunicipal na definição e na concretização de projectos à escala supra municipal.

A EIDT das Beiras e da Serra da Estrela 2020 configura-se como uma oportunidade para os diversos agentes locais acordarem conjuntamente uma visão para este território, que se traduza em directrizes de intervenção e, por sua vez, em projectos coerentes com esse enquadramento.

Neste âmbito, a metodologia de elaboração do BSE 2020 procurou gerar um Plano com uma dupla vocação de alinhamento:

- ▶ Top down, isto é, alinhamento com políticas públicas comunitárias e nacionais;
- Bottom up, isto é, alinhamento com as visões e expectativas dos decisores locais.

No que respeita ao exercício de *top down*, o objectivo é que a EIDT das Beiras e Serra da Estrela se alinhe com as principais políticas públicas em matéria do novo ciclo de programação comunitária 2014-2020, mas também com o conjunto de documentos nacionais que enquadram a intervenção pública nos principais sectores.

Nesse sentido, a estruturação da EIDT das Beiras e Serra da Estrela parte, desde logo, do alinhamento com os princípios comunitários plasmados na Estratégia Europa 2020, na Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3) e nas suas declinações nacional - Portugal 2020 - e regional - Estratégia de Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente (CRER) e respectiva RIS3.

O alinhamento com as directrizes comunitárias, nacionais e regionais no âmbito do ciclo 2014-2020 é essencial, no sentido de assegurar uma EIDT coerente, que vá ao encontro dos critérios de atribuição dos fundos europeus estruturais e de investimento.

Para além do enquadramento do novo ciclo de fundos comunitários, uma outra perspectiva de enquadramento da EIDT refere-se ao nível nacional, havendo, a este propósito, a referir três dimensões. A dimensão <u>económica</u> da EIDT respeita às condições do enquadramento macroeconómico global e nacional, que influenciam os termos da sua elaboração.

Com efeito, Portugal enfrentou um contexto macroeconómico marcadamente recessivo, tendo estado sob assistência económica e financeira das instituições financeiras internacionais. As limitações impostas pelo enquadramento orçamental e os desafios do Programa de Reformas Estruturais ditaram o contexto de quebra acentuada de investimento público e de limitação de recursos no acesso a financiamento pelo sector privado.

Nesse sentido, os fundos comunitários assumem uma importância vital na canalização de recursos para o investimento. O Governo, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2012, de 26 de Novembro, reconhece os fundos comunitários como "recursos insubstituíveis que devem dar uma contribuição decisiva para a recuperação económica do país e para a transformação estrutural da economia".







### 2.1. EIDT BSE 2020: Metodologia

O enquadramento legal é outra dimensão nacional relevante de enquadramento da EIDT e respeita aos seguintes documentos recentemente publicados:

- ▶ Lei das Finanças Locais Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro;
- ▶ Regime Jurídico das Autarquias Locais Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

As alterações promovidas ao nível do enquadramento legal das Comunidades Intermunicipais (CIM) assentam no reforço da sua escala como nível preferencial de actuação municipal, o qual depende necessariamente de um reforco do modelo de governação das CIM, da definição de um quadro legal para a contratualização e de uma correcta e efectiva descentralização administrativa de competências.

A terceira dimensão que enquadra a elaboração da EIDT no panorama nacional respeita ao conjunto de políticas públicas. Com efeito, a elaboração desta Estratégia surge na linha comunitária de programação de fundos mas não pode ser delineada sem referência às políticas públicas e às respectivas linhas directrizes, muitas das quais são anteriores ao próprio exercício prospectivo para o ciclo de 2014-2020. Referimo-nos explicitamente às políticas nacionais sectoriais.

Na dimensão de políticas públicas nacionais de âmbito sectorial, foram consideradas as áreas e respectivos documentos:

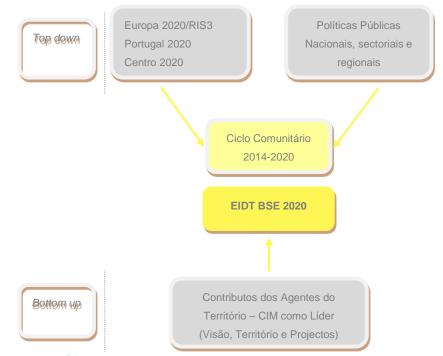
- ▶ Ordenamento do território: Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- Agricultura: Programa de Desenvolvimento Rural (PDR)
- ▶ Transportes e Infraestruturas: Plano Estratégico dos Transportes (PET) e Plano Estratégico de Transportes e Infra-estruturas (PETI)
- Turismo: Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)
- Saúde: Plano Nacional de Saúde (PNS)
- Educação: intervenção a nível da Estratégia CRER
- Inovação: intervenção a nível da Estratégia CRER
- ▶ Logística: intervenção a nível da Estratégia CRER.

O alinhamento da EIDT com estes documentos de política sectorial (ver Anexo III, 6.3) é também relevante para a coerência da mesma e para o enquadramento público de um conjunto de intervenções relacionado com mas independente do ciclo comunitário, respeitante a objectivos e medidas já existentes.

No que respeita ao exercício bottom up, o objectivo é que a EIDT das Beiras e Serra da Estrela reflicta a visão e as preocupações dos diversos agentes locais que operam nesse território. Nesse sentido, a CIM das Beiras e Serra da Estrela liderou o processo de elaboração a EIDT, reunindo em diversas instâncias contributos dos agentes locais para assegurar uma visão abrangente do território, bem como áreas consensuais de intervenção.

Enquadramento Estratégia Europa 2020 com a EIDT

Fonte: Análise EY









Metodologia

### 2.1. EIDT BSE 2020: Metodologia

Neste contexto, o processo de elaboração da EIDT enquanto programa-chapéu de uma sub-Região, com referência à Região Centro compreendida no perímetro de intervenção e actuação da CCDRC, e respectivos agentes locais, depende das seguintes etapas essenciais:

- ▶ Diagnóstico estratégico do território visado e respectivo posicionamento face à NUT II Centro e ao panorama nacional;
- ▶ Alinhamento da EIDT Beiras e Serra da Estrela com políticas públicas comunitárias e nacionais;
- Indicação da estrutura da EIDT Beiras e Serra da Estrela em eixos estratégicos e objectivos;
- ▶ Modelo de governação, com mecanismos de gestão, de implementação e de monitorização da estratégia;
- Apresentação de um plano de intervenção, através da indicação de projectos estruturantes e respectivos indicadores e metas de resultado.







Ao longo das diversas fases de elaboração da EIDT, foi prioritária a auscultação dos principais agentes locais. De realçar, a organização dos seguintes eventos:

Sessão de abertura dos trabalhos da EIDT BSE 2020: No dia 15 de Julho de 2013, foi realizada uma Conferência alargada na Covilhã. Nesta fase, o objectivo foi reunir contributos sobre linhas de orientação da EIDT, apresentando as principais directrizes comunitárias, nacionais e regionais como base de alinhamento da BSE 2020.

Nesta conferência foram discutidas várias questões (listadas na tabela apresentada em baixo) e foram apontados os principais factores críticos de sucesso para a EIDT:

- ▶ Projectos intermunicipais e intersectoriais (*smart growth*);
- Ligação a outras regiões numa perspectiva ibérica;
- ► Criação de emprego, inovação e diferenciação.

Principais questões discutidas na conferência inaugural da EIDT

#### Questões discutidas

Como tornar a Região mais atractiva para investimento?

O que é que os empresários precisam para reforçar os seus negócios e criar mais emprego na Região?

Como promover a cooperação entre empresas, sistema científico e tecnológico e o sector público? Como ganhar escala? Que iniciativas?

Que clusters para a Região?

Que modelo de organização de prestação de serviços hospitalares?

Que modelo para as redes de cultura?

Qual o papel da Universidade na Região?

A acção social e os Municípios: Que funções intermunicipais?

A acção social e a Saúde na geração de emprego

Que modelo de desenvolvimento para a Região?

Reabilitação urbana e rural Vs. Expansão urbana

Que infraestruturas essenciais?

Que modelo de gestão urbana avançada?

Ambiente e o Turismo enquanto factores de competitividade

A conferência inaugural com a duração de 1 dia, repartiu-se em várias sessões repartidas pelos seguintes três temas:

- 1. Desenvolvimento económico, conhecimento, inovação e as empresas;
- 2. Desenvolvimento urbano, cultura, ensino, saúde e acção social, e;
- 3. Coesão territorial, ambiente, turismo e desenvolvimento rural.

A Tabela seguinte sintetiza alguma das principais entidades que estiveram presentes, para além de representantes dos 15 Municípios e dos órgãos das Comunidades Intermunicipais:

Entidades e representantes presentes na conferência da EIDT da CIM-BSE

Painel	Entidade	Representante
Sessão de abertura	Presidente da Comurbeiras CIM Presidente da CIM Serra da Estrela Secretário de Estado do Desenvolvimento	Carlos Pinto Álvaro Amaro Manuel Castro Almeida
Apresentação dos objectivos do plano	Presidente da Comurbeiras CIM	Carlos Pinto
O Desenvolvimento Económico, Conhecimento, Inovação e as Empresas	Presidente da Comurbeiras CIM Presidente do Município de Almeida	Carlos Pinto António Batista Ribeiro
Desenvolvimento Urbano, Cultura, Ensino, Saúde e Acção Social	Presidente do Município de Trancoso Presidente do Município de Figueira de	Júlio Sarmento António Edmundo Freire Ribeiro
Coesão Territorial, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Rural	Presidente do Município do Fundão Vice-Presidente do Município da Covilhã	Paulo Fernandes Pedro Farromba
Sessão de encerramento	Presidente da Comurbeiras CIM Secretário de Estado da Administração Local	Carlos Pinto António Leitão Amaro

Fonte: Comurbeiras

Desta sessão alargada resultaram as seguintes conclusões por tema:

Fonte: EY







- Tema 1: é necessário o estabelecimento de parcerias inteligentes e diálogo entre entidades públicas e privadas, para que seja possível um aproveitamento dos meios que já existem a nível local, mediante articulação com os empresários que são os melhores conhecedores das oportunidades de mercado. É também essencial que se reduza o risco financeiro, burocrático e político da comunidade intermunicipal. Outra conclusão que derivou desta conferência, foi a necessidade de mudança de paradigma de aposta apenas no hard para investimentos soft, tendo neste contexto de existir uma evolução tecnológica na região. Para além disto, o plano pretende também ser uma nova abordagem aos problemas das empresas, que vivem actualmente com graves problemas de acesso ao crédito. Foi ainda concluído que há muito para fazer no que diz respeito à internacionalização e promoção da região.
- Tema 2: no âmbito deste tema chegou-se à conclusão de que é necessário promover e optimizar equipamentos existentes e a ligação em rede. É também importante que se defina claramente o eixo da urbanidade: Fundão—Covilhã—Guarda. O aproveitamento do termalismo, aldeias históricas e aldeias de xisto constitui também uma mais-valia para a CIM-BSE. Outra matéria concluída foi a importância de contrariar a excessiva centralização financeira do país, através da promoção de projectos relevantes na região. É também fundamental o desenvolvimento da economia social, para que se angariem novos clientes. A telemedicina, o cluster saúde e o termalismo foram apontadas como potencias áreas de desenvolvimento na CIM-BSE.
- Tema 3: concluiu-se que o território é o principal capital da Região em termos de área, de pessoas e de cultura, e a governação da região deve ser assumida numa lógica de comunidade alargada. Deve ser posta em prática uma reforma da rede de transportes na Cova da Beira e nas zonas de baixa densidade, e deve também ser feita a ligação desta Região com cidades de primeiro nível, como por exemplo Castelo Branco. Numa óptica de empresas, é necessário que exista uma valorização e capacitação dos produtos da região, e devem promover-se clubes e consórcios de produtores, e desenvolver-se redes de distribuição. Concluiu-se também que as redes de turismo pedestre devem ser alvo de atenção.

Por fim, é essencial que haja um envolvimento dos agentes privados com as autarquias para que seja possível um bom modelo de governação.

▶ Reunião do Conselho Executivo da Comurbeiras: No dia 31 de Julho de 2013, foi realizada uma reunião, do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal das Beiras, tendo sido discutidos os eixos de intervenção da EIDT e os pilares identitários e diferenciadores da Região.

A este respeito, importa salientar que, nesta fase, ainda não tinha sido publicada a regulamentação de alteração das funções e geometrias das Comunidades Intermunicipais, que, no caso, implicou a fusão entre a Comurbeiras e a CIM-Serra da Estrela. Nesse sentido, a reunião contou com a presença dos 12 Presidentes dos Municípios correspondentes às NUTS III Cova da Beira e Beira Interior Norte.

A discussão começou com a apresentação da análise SWOT da Região Centro, das prioridades da Estratégia CRER e prosseguiu com as prioridades regionais do Centro de Portugal, isto é:

- Criar uma nova dinâmica produtiva que reforce as cadeias de valor existentes e que promova novos processos assentes na inovação e internacionalização através de redes de cooperação
- Reforçar a coesão territorial: valorização de recursos endógenos
- Gerar, captar e reter talento: educar os jovens e assegurar condições da sua fixação na Região; apostar na formação ao longo da vida e captar talento fora da região
- Promover a sustentabilidade das infraestruturas existentes
- Consolidar a capacitação institucional, através de parcerias e mecanismos de trabalho em rede, através da qualificação e utilização de TIC e através da consolidação das redes e reforço do capital relacional

Nesta reunião foi proposta uma estrutura indicativa de eixos e áreas de intervenção, nomeadamente aqueles apresentados em seguida:







 Eixo 1 - Promover a internacionalização da economia regional e a afirmação de Região mais competitiva um tecido económico resiliente, industrializado, inovador e qualificado Eixo 2 - Reforçar o potencial humano e a capacitação institucional das entidades Região mais atrativa conexa Eixo 3 - Consolidar a atratividade e a qualidade de vida nos territórios Eixo 4 – Fortalecer a coesão social e territorial, potenciando a diversidade e Região mais resiliente os recursos endógenos Eixo 5 – Afirmar a sustentabilidade dos recursos

- ▶ Reunião do Conselho Executivo da Comurbeiras: No dia 29 de Outubro, já na sequência das eleições autárquicas, foi realizada nova discussão das linhas e estrutura da EIDT, com os Presidentes de Câmara recém-eleitos.
- ▶ Reunião com as Associações Empresariais: Durante Novembro foram realizados encontros com as Associações Empresariais locais, que vieram a culminar com a criação do Centro Empresarial das Beiras e Serra da Estrela (CEBSE). Esta nova entidade tem o benefício de representar um novo nível de agregação associativo, coincidente com o território da nova NUT III e Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. Foi expressamente defendido o envolvimento do CEBSE na estratégia de desenvolvimento da Região e nas propostas de intervenção no território numa lógica macro e transversal. Este modelo de consórcio de associações empresariais coincidente com a NUT III visa, assim, promover a eficiência e a coerência de intervenção no território.
- Workshop para apresentação e discussão da EIDT: A 3 de Fevereiro foi feito novo ponto de situação já com os 15 Presidentes, ainda que a título informal, para discussão das áreas temáticas, apresentação da matriz de projectos;

- ▶ Reunião com stakeholders temáticos: a 19 de Março de 2014, numa reunião que contou com a presença de diversas entidades ligadas à Saúde e ao Ensino Superior, tendo sido reunidos diversos contributos e possíveis parcerias e sinergias entre os stakeholders da Região das Beiras e Serra da Estrela.
- ▶ Conselho Intermunicipal da CIM-BSE: No dia 25 de Março, foi realizada na Guarda uma reunião com a presença do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, do Presidente da CCDRC;
- ▶ Apresentação da EIDT BSE 2020 no workshop sobre a Semana Europeia das Pequenas e Médias Empresas: organizada em Seia, no dia 9 de Outubro;
- ▶ Participação da CIM-BSE no 1.º Fórum do CEBSE: no âmbito da estreita parceria entre ambas as entidades, realizou-se na Guarda em 14 Novembro de 2014 um evento para discussão em torno de temas estratégicos para as Beiras e Serra da Estrela , nomeadamente a inovação e a investigação, o turismo, a agro-indústria e a floresta, o comércio e a restauração, o artesanato e produtos locais. O fórum reuniu representantes de um conjunto alargado de entidades como a seguir se detalha.

Entidades e representantes presentes no 1. Fórum do CEBSE

Entidade	Representante	Localização
Câmara Municipal da Guarda	Álvaro Amaro	Guarda
Conselho Empresarial Beiras e Serra da Estrela (CEBSE)	Rogério Hilário	Covilhã
Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela (CIM-BSE)	Vítor Pereira	Covilhã
Universidade da Beira Interior (UBI)	Mário Raposo	Covilhã
Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC)	Adelina Martins	Castelo Branco
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	Ana Abrunhosa	Coimbra
Conselho Empresarial do Centro (CEC)	José Couto	Coimbra
Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP)	José Vital Morgado	Lisboa
Fitecom - Comercialização e Industrialização Têxtil	João Carvalho	Castelo Branco
Associação de Hotelaria de Portugal (AHP)	Luís Viega	Lisboa
UNITOM - Sociedade Geral de Comércio	Paulo Ribeiro	Fundão
Quinta do Crestelo	Alberto Martinho	Guarda
Secretaria de Estado do Emprego	Octávio de Oliveira	Lisboa

Fonte: CEBSE







Reunião da Assembleia Intermunicipal da CIM-BSE: realizada em Seia, no dia 28 de Novembro de 2014, na sequência da aprovação formal da EIDT BSE 2020 pelo Conselho Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, para validação e contributos.

A Assembleia Intermunicipal contou com a presença de representantes de todos as Assembleias Municipais dos respectivos 15 Municípios integrantes da CIM-BSE.

Na Assembleia Intermunicipal, foi possível reunir mais contributos para a Estratégia das Beiras e Serra da Estrela, nomeadamente através de representantes das Assembleias Municipais dos seguintes orgãos:

#### Assembleia Municipal de Seia

- ▶ Importância de, na fase que se segue à elaboração da Estratégia, continuar a recolher contributos de um leque alargado de entidades, atendendo a que se trata da estabilização das áreas de intervenção e respectivos projectos;
- Sugestões de projectos a realizar no âmbito das BSE 2020:
  - Living Lab da Serra da Estrela
  - Infra-estruturas: Aérodromo municipal e a sua importância no combate a incêndios na Região e melhoria do itinerário complementar n.º 37

#### Assembleia Intermunicipal da CIM-BSE

- ▶ Importância de assegurar processo participativo que possa enriquecer as fases subsequentes da EIDT nas opções de execução e disponibilidade da Assembleia Intermunicipal da CIM-BSE para sistematizar contributos
- ▶ Intervenção na área cultural: assegurar programação cultural alargada aos 15 Municípios
- ▶ Requalificação de espaços na Serra da Estrela: limpeza da neve, capacitação do Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE), Aeródromo da Serra da Estrela

#### ADRUSE - Associação de Desenvolvimento Rural da Estrela Sul

- Importância de assegurar a participação dos cinco Grupos de Acção Local (GAL) no território das Beiras e Serra da Estrela
- ▶ Assegurar que a EIDT BSE 2020 actua em duas áreas críticas:
  - Promoção e valorização do território: Turismo como chapéu de organização territorial e importância da cooperação transfronteiriça;
  - Governação: avaliação e observatório

#### Município de Seia

- ▶ A elaboração e respectiva aprovação da Estratégia para o território não foi imune ao processo de constituição da própria Comunidade Intermunicipal, bem como da evolução das orientações do Portugal 2020
- ► Tratando-se do ponto de partida da intervenção no território, apelou-se à dinamização de um processo participativo que enriqueça a matriz de projectos.

#### Assembleia Municipal da Covilhã

- ▶ Reconhecer as diferenças do território mas definir uma estratégia que promova conjuntamente a competitividade, a qualidade de vida e combata a desertificação e as assimetrias;
- Sugestões de projectos no âmbito do BSE 2020:
  - Educação: reformar o sistema universitário
  - Saúde: reorganização hospitalar
  - Promoção económica: apostar numa Marca única Serra da Estrela







#### Assembleia Municipal de Gouveia

▶ Uma das áreas de intervenção prioritária do BSE 2020 deve atender ao património ambiental da Região, nomeadamente ao território Serra da Estrela, através da reconversão e recuperação de áreas degradadas e combate à desertificação do solo. A promoção de actividades relacionadas com a pastorícia, a área florestal, de valorização do território são essenciais para promover a Região e Serra da Estrela.

EIDT-BSE: Eventos realizados para auscultação dos principais agentes locais

Fonte: EY











### 2.3. Metodologia de selecção de projectos

No que se refere à selecção de projectos que constarão do Plano de Acção do BSE 2020, a metodologia atenderá, desde logo, à coerência desses projectos com as orientações comunitárias e com a visão dos stakeholders.

No sentido de detalhar cada projecto, é proposta uma ficha de caracterização, composta por cinco domínios principais:

- 1. Município e projecto: isto é, indicação do Município promotor, do projecto e respectiva descrição;
- 2. Investimento: indicação do montante de investimento inicial e dos montantes recorrentes, que resultam dos custos de exploração/manutenção do projecto;
- 3. Financiamento: repartição por fonte de financiamento:
  - a. Pública: a suportar pelo Município;
  - b. Co-financiamento: proveniente de instrumentos financeiros relacionados com fundos comunitários;
  - c. Receitas próprias: isto é, receitas geradas pelo projecto.
- 4. Tipologia/Alcance: alinhamento do projecto nos eixos estratégicos da EIDT e enquadramento do seu alcance territorial:
  - a. Nacional;
  - b. Regional;
  - c. Inter-Municipal;
  - d. Intra-Municipal.
- 5. Indicadores de impacto: quantificação dos impactos do projecto a três níveis:
  - a. Alinhamento com a Estratégia Europa 2020;
  - Aferição da prioridade regional do projecto;
  - c. Aferição da prioridade municipal do projecto.

No que respeita ao alinhamento com as metas da Estratégia Europa 2020, propõese as seguintes métricas:

EIDT-BSE: Indicadores de quantificação dos projectos

Fonte: Análise EY

Indicador	Quantificação
	O projecto não tem impacto;
Investimento em I&D e Inovação	O projecto dinamiza investimentos < 100.000 € /ano;
	O projecto dinamiza investimentos > 100.000 € /ano.
	O projecto não tem impacto;
Redução do abandono escolar	O projecto envolve até 50 alunos/ano;
	O projecto envolve mais de 50 alunos/ano
	O projecto não tem impacto;
Número de licenciados	<ul> <li>O projecto envolve até 50 alunos/ano;</li> </ul>
	O projecto envolve mais de 50 alunos/ano.
Redução de emissões de Gases de Efeito	O projecto não tem impacto;
de Estufa	O projecto tem impacto pontual;
do Estata	O projecto tem impacto continuado.
	O projecto não tem impacto;
Produção de energias renováveis	<ul> <li>O projecto envolve micro-geração;</li> </ul>
	O projecto tem escala comercial.
	O projecto não tem impacto;
Eficiência energética	O projecto tem impacto pontual;
	O projecto tem impacto continuado
	O projecto não tem impacto;
Criação de emprego	<ul> <li>O projecto dinamiza até 10 postos de trabalho;</li> </ul>
	O projecto dinamiza mais de 10 postos de trabalho.
	O projecto não tem impacto;
Combate à pobreza / exclusão social	<ul> <li>O projecto envolve até 50 cidadãos em risco;</li> </ul>
	O projecto envolve mais de 50 cidadãos em risco.





### 2.3. Metodologia de selecção de projectos

No que respeita à aferição do impacto regional do projecto, importa avaliar a prioridade do mesmo, analisando as seguintes opções:

- ► Com impacto em 7 ou mais Municípios;
- ► Com impacto em 2 ou mais Municípios;
- ► Ao nível do Município.

Finalmente, no que respeita à aferição do impacto municipal, consideram-se as seguintes opções:

- ▶ Projecto Estratégico
- Projecto Estruturante
- ▶ Projecto Dinamizador

#### EIDT-BSE: Tipos de projectos

Fonte: Análise EY

Tipo	Prioritário	Essencial
Projectos estratégicos	São centrais para a realização da visão, contribuindo de forma transversal para os objectivos visados e sendo susceptíveis de mobilizar as populações em torno da identidade regional	N.A.
Projectos estruturantes	Resultam em redes de conhecimento, de cooperação, de negócios ou de apoio e dinamização social que suportam uma crescente integração regional	Aqueles que, ao permitirem ligações logísticas mais eficientes ao exterior, suportam o desenvolvimento da actividade económica
Projectos dinamizadores	Não apresentando um claro efeito intermunicipal, são economicamente sustentáveis, permitem suprir carências graves e contribuem claramente para os objectivos	Os que resultam em actividades ou infra-estruturas que visam suprir carências graves e que estão alinhados com os objectivos

A tabela seguinte esquematiza a abordagem proposta quanto ao detalhe de cada projecto e à apresentação de indicadores de desempenho.

Proposta quanto ao detalhe de cada projecto e apresentação de indicadores de desempenho

Fonte: Análise EY

i idik	Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal 2014-2020				EY	
Município						
Projecto						
Identificação Nome do projecto						
Descrição						
Nome do projecto						
nvestimento						
Inicial Custo total da obra/projecto		Euros	Recorrent Custo de explo	t <b>e</b> ração/manutenção anu	al do projecto	Euros
īnanciamento						
Público A suportar pelo Município		Euros				Euros
Co-Financiamentos		Euros				Euros
Provenientes de instrumentos financeiros co Privados		Euros				Euros
No âmbito de ações de mecenato ou parceri Receitas Próprias	ias com entidades privadas	Euros				Euros
Receitas geradas pelo próprio projecto  Total		Euros				Euros
ipologia/ Alcance			Assinalar com "X" a(s)	intersecções que se ap	lica(m)	
			Nacional	Regional	Inter-Mun	Intra-Mu
Eixo II: Reforçar a atractivi	dade e conectividade					
ਲੈਂ Eixo II: Promover a inovaç						
9	-					
	egião Sustentável					
ndicadores de Impacto Alinhamento com a Es	stratégia 2020: Metas					
Investimento em I&D e						
Redução do abandono						
Número de licenciados						
Redução de emissões (						
Produção de energias i						
Eficiência energética						
Criação de emprego						
Criação de emprego Combate à pobreza/ ex	cclusão social					
	kdusão social					







### 2.3. Metodologia de selecção de projectos

Em resumo, tal como esquematizado na Figura infra, a estratégia das Beiras e Serra da Estrela reflecte-se num conjunto de projectos âncora e de base nas cinco áreas temáticas, que funcionarão como intervenção estruturante do conjunto de projectos intermunicipais e municipais que venha a ser definidos subsequentemente, dando origem ao ITI-BSE.

#### Relação entre a EIDT e o ITI: Projectos

Fonte: Análise EY



Este exercício permitirá ao nível da Região das Beiras e Serra da Estrela dois níveis de quantificação importantes:

- Quantificação da intervenção das Beiras e Serra da Estrela;
- Aferição do contributo das Beiras e Serra da Estrela para a estratégia da Região Centro e respectivas metas, alinhadas com as estratégias nacional e comunitária.

A propósito do contributo desta região para a estratégia da NUT II, a Região Centro, há a referir a importância de atender aos critérios definidos no Barómetro Centro de Portugal e, na medida da sua adequação, quantificar o seu contributo. A tabela seguinte sintetiza os 25 indicadores que compõem o referido Barómetro:

Dimensão Área		Indicador		
	Internacionalização	Exportações de bens     Investimento directo estrangeiro		
Crescimento e Produtividade	Investigação, Desenvolvimento e Inovação	Investimento em I&D     Regional Innovation Scoreboard     Doutorados		
	Dinâmica empresarial	Empresas gazela     Criação líquida de empresas		
	Criação de valor e produtividade	Produto Interno Bruto     Produtividade do trabalho		
	Educação e formação	Abandono escolar precoce     População jovem com formação superior     Resultados de exames nacionais		
Potencial humano	Formação de activos	13. Formação ao longo da vida		
	População e emprego	14. População residente 15. Taxa de desemprego 16. Taxa de desemprego jovem		
Qualidade de vida	Qualidade de vida	<ul><li>17. Satisfação dos residentes</li><li>18. Produto Interno Bruto por habitante</li></ul>		
Coesão	Coesão social	19. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção 20. Distribuição do rendimento		
	Coesão territorial	21. Dispersão da variação populacional 22. Dispersão do rendimento familiar		
Sustentabilidade ambiental e energética	Sustentabilidade	Energias renováveis     Emissão de gases com efeito estufa     Eficiência energética		

No capítulo 6, este contributo das BSE para a estratégia do Centro será abordado de forma mais detalhada.







# 3. Diagnóstico

1.	BSE: Impactos e lições do Plano Territorial de Desenvolvimento 2007-2013	25
2.	Caracterização actual da região das Beiras e Serra da Estrela	32
3.	BSE: Análise dos principais Agentes Locais e Sinergias	57
4	BSE: Análise SWOT desafios e factores críticos de sucesso	60







Diagnóstico Introdução

### Introdução

O presente capítulo procede ao diagnóstico do território das Beiras e Serra da Estrela numa lógica integrada e multidimensional. Uma primeira dimensão prendese com um ponto de situação face ao ciclo de programação comunitária 2007-2013, uma vez que importa fazer um ponto de situação quanto a opções assumidas e investimentos realizados. Importa, a este respeito, salientar que nesta fase o território era ainda coberto por duas Comunidades Intermunicipais (CIM) distintas.

Uma segunda dimensão tem a ver com a caracterização actual do território e que contará com a nova realidade de fusão das CIM, com a formação da CIM das Beiras e Serra da Estrela. Nessa caracterização serão atendidas quatro dimensões principais: económica, logística, demográfica e social.

Uma terceira dimensão de diagnóstico prende-se com a apresentação dos principais stakeholders locais e da sua tipologia de intervenção no território. Do conjunto destas dimensões resulta um posicionamento estratégico das Beiras e Serra da Estrela em termos da sua envolvente interna (forças e fraquezas) e da sua envolvente externa (oportunidades e ameaças), consubstanciado na análise SWOT. O capítulo conclui com um conjunto de desafios e de factores críticos de sucesso na elaboração da EIDT das BSE.







#### PTD das Beiras 2007-2013: Eixos e apostas estratégicas

Eixo Estratégico	Aposta estratégica
Eixo 1: Património histórico, turismo e ambiente	1. Requalificação da Serra da Estrela (marca âncora da região) 2. Promoção dos activos históricos medievais do Côa (arco de Aldeias históricas e centros históricos); das Descobertas (por ex. Pedro Álvares Cabral, Pêro da Covilhã, Rui Faleiro); e dos activos patrimoniais por segmento (por ex. construções militares, judiarias, arqueologia industrial e minas) 3. Promoção do ambiente e dos recursos naturais 4. Interligação dos activos turísticos (Serra da Estrela, gravuras de Foz Côa, Douro, rede de
	Aldeias históricas, castelos e fortificações, Aldeias de xisto e Região Raiana de Salamanca, etc.)
Eixo 2: Produtos do território	<ul> <li>5. Valorização dos produtos culturais</li> <li>6. Valorização dos produtos de especialização tradicional</li> <li>7. Reforço dos <i>clusters</i> tradicionais (por ex. têxtil, agroalimentar, silvicultura e floresta, pedras e granitos)</li> <li>8. Requalificação do comércio tradicional</li> </ul>
Eixo 3: Posicionamento transfronteiriço	<ol> <li>Desenvolvimento do eixo logístico ibérico (plataformas logísticas, aeroporto da Beira Interior, acessibilidades)</li> <li>Colaboração raiana e desenvolvimento transfronteiriço</li> <li>Promoção dos activos turísticos, históricos, e culturais nas cidades de fronteira com Espanha</li> </ol>
Eixo 4: Inovação e competitividade	12. Reforço de <i>clusters</i> emergentes (por ex. turismo, energías renováveis e ambiente, saúde e termalismo, software e multimédia) 13. Criação de um ecossistema de empreendedorismo 14. Estratégias para potenciação dos <i>clusters</i> tradicionais com base no empreendedorismo e na atracção de investimento 15. Formação aos jovens e desempregados, ligada aos serviços e com competências trilingues (português, inglês e castelhano) 16. Estratégia de marketing territorial integrada em função dos grandes activos e marcas regionais 17. Redução de custos de contexto e estratégias digitais nos serviços públicos 18. Estratégia acelerada de infra-estruturas e suportes digitais para a renovação da especialização da região
Eixo 5: Coesão social e territorial	19. Construção/requalificação das infra-estruturas básicas de saúde, educação, água, saneamento e gás 20. Requalificação das acessibilidades municipais 21. Requalificação de equipamentos desportivos e culturais 22. Desenvolvimento de infra-estruturas e de programas de apoio a jovens, idosos e pessoas com necessidades especias 23. Desenvolvimento de aldeias, vilas e cidades atractivas e com qualidade de vida

Esta Secção procede a uma descrição das Estratégias Territoriais e respectivos Planos de Acção do ciclo comunitário anterior, no sentido de, por um lado, reconhecer a continuidade do exercício diagnóstico e prospectivo e, por outro lado, sistematizar impactos e lições para o presente ciclo de programação.

A este respeito, importa recordar que, face ao enquadramento legal recente (Regime Jurídico das Autarquias Locais - Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro) o presente território em análise é mais abrangente relativamente ao anterior ciclo 2007-2013, uma vez que se procedeu à fusão de duas Comunidades Internunicipais a das Beiras (Comurbeiras) e a da Serra da Estrela (CIM-SE).

O Plano Territorial de Desenvolvimento (PTD) elaborado pela Comurbeiras para o período 2007-2013 contemplou os 12 municípios pertencentes às NUTS III da Beira Interior Norte e da Coya da Beira.

Da análise estratégica da Região quanto a tendências e respectivos desafios resultou a configuração do Plano em cinco eixos, tal como apresentados na Tabela ao lado.

O eixo 1 - Património histórico, turismo e ambiente - visou a afirmação do território dentro do conceito de "Região Fronteira da História". O eixo 2 - Produtos do território - dedicou-se a acções de valorização dos recursos endógenos, de reforço dos clusters tradicionais (como o têxtil, agro-alimentar, silvicultura e floresta) e de requalificação do comércio tradicional. O eixo 3 - Posicionamento transfronteiriço enquadrou as estratégias para tirar partido da posição geográfica do território, nomeadamente através do desenvolvimento do eixo logístico Ibérico, da colaboração raiana e desenvolvimento transfronteiriço, na promoção dos activos turísticos, históricos e culturais. O eixo 4 - Inovação e competitividade - visou o reforço de *clusters* em áreas emergentes (turismo, energias renováveis e ambiente, saúde e termalismo, o software e multimédia) e a aposta em estratégias digitais tanto em serviços públicos, como na promoção de activos e marcas regionais. O eixo 5 - Coesão social e territorial - visou promover a integração territorial e cooperação entre os municípios, com enfoque na promoção da qualidade de vida e na redução de disparidades.

Aos cinco eixos estratégicos do PTD da Comurbeiras corresponderam 23 apostas estratégicas, tal como sistematizado na Tabela ao lado.

Fonte: Global Change (2007). Plano de Desenvolvimento Estratégico da Comurbeiras 2007-13.







De acordo com a análise elaborada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC, 2013) <sup>1</sup>, a NUT II Centro foi a segunda maior beneficiária de fundos comunitários do QREN, concentrando 27,3% do total de fundos aprovados em Portugal. No âmbito de todas as subvenções contratualizadas entre as CIM da Região Centro e o "Mais Centro" foram aprovadas, até ao final de 2013, 666 candidaturas, a maioria das quais na área da Educação (requalificação do parque escolar) e da mobilidade territorial.

Da análise comparativa das CIM da Região Centro, no que respeita à taxa de realização e do valor de FEDER aprovado, é de destacar que enquanto a Comurbeiras apresentou baixos níveis de aprovação mas taxas de realização elevadas, a CIM-SE registou uma taxa de realização baixa e, simultaneamente, valores de aprovações reduzidos.

A análise que adiante se detalha refere-se ao nível de execução dos PTD da Comurbeiras e da CIM-SE 2007-2013, com dados reportados a 31 de Dezembro de 2013, por comparação ao conjunto de projectos inicialmente definido no Plano objecto de contratualização com a CCDRC.

PTD da Comurbeiras 2007-2013: Despesa pública validada por eixo estratégico

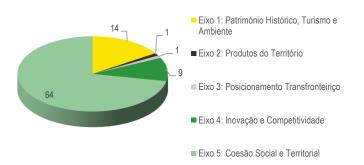
Fonte: Comurbeiras



<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> CCDRC (2013). *Políticas Públicas no Centro de Portugal – QREN 2007-2013*. Coimbra, Observatório das Dinâmicas Regionais do Centro, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional <a href="http://maiscentro.gren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/Politicas%20publicas\_31dez2013.pdf">http://maiscentro.gren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/Politicas%20publicas\_31dez2013.pdf</a> [Acedido em Janeiro de 2014].

PTD das Beiras 2007-2013: Projectos executados por eixo estratégico

Fonte: Comurbeiras



Para a Comurbeiras, a componente mais significativa de despesa pública validada – 73% - foi dirigida a projectos do eixo 5 – Coesão social e territorial – a que correspondeu uma comparticipação comunitária de cerca de €32 milhões e à execução de 64 projectos. Estes valores são seguidos pelo eixo 1 - Património histórico, turismo e ambiente - com 14 projectos e uma comparticipação comunitária superior a €5,5 milhões, bem como pelo eixo 4 – Inovação e competitividade – com nove projectos e comparticipação comunitária de € 3,2 milhões.

No conjunto das 23 apostas estratégicas definidas, destacaram-se a/o:

- Requalificação das acessibilidades municipais com 25 projectos executados e despesa pública validada de mais de €13 milhões;
- Desenvolvimento de aldeias, vilas e cidades atractivas, com 24 projectos, mais de €11 milhões de despesa pública validada;
- Construção/requalificação de infra-estruturas básicas de saúde, educação, água, saneamento e gás, com 6 projectos e cerca de €8,7 milhões de despesa pública validada;
- Requalificação de equipamentos desportivos e culturais com mais de € 3,4 milhões.







Tendo em conta o número de projectos, a Covilhã, Guarda e Fundão foram os municípios que mais executaram com 16, 13 e 10 projectos respectivamente. Quando considerado o montante de despesa pública validada, foi a Guarda que assegurou o maior montante de despesa pública validada, com de € 10,7 milhões, seguido da Covilhã e do Fundão com despesas públicas validadas de €8,9 e €6 milhões respectivamente.

PTD das Beiras 2007-2013: Distribuição de projectos por município

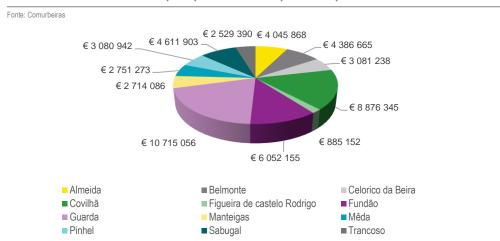
Fonte: Comurbeiras 4% 9% 7% 7% 18% 15% 2% 11% Almeida ■ Belmonte ■ Celorico da Beira ■ Covilhã ■ Figueira de castelo Rodrigo ■ Fundão Guarda Manteigas Pinhel Mêda

Para além da subvenção atribuída à Comurbeiras, que se focou em projectos infraestruturais, o território dispôs de outros instrumentos e mecanismos de apoio associados a projectos de carácter imaterial:

- ▶ Promoção do empreendedorismo e da formação para a modernização administrativa, através do Programa Operacional Potencial Humano (POPH);
- ▶ Promoção dos activos naturais e históricos, através dos Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE): como por exemplo as Aldeias Históricas, a rede de Aldeias de Xisto ou o Buy Nature;

- Cooperação transfronteiriça, através do INTERREG<sup>2</sup>;
- Apoio às pessoas mais desfavorecidas e à construção de equipamentos sociais, através do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) e do POPH;
- ▶ Apoio às empresas e às redes de cooperação, através do Programa Operacional Factores de Competitividade (COMPETE).

PTD das Beiras 2007-2013: Despesa pública validada por município



O PTD da Serra da Estrela 2007-2013 estruturou-se também em função de cinco dimensões estratégicas, neste caso em torno do conceito de desenvolvimento sustentável: territorial, ambiental, humana, económica e institucional. O PTD SE foi operacionalizado através de 13 acções estratégicas conforme a tabela seguinte.

<sup>2</sup>O INTERREG é um programa de Iniciativa Comunitária com objectivos relacionados com a implementação de estratégias conjuntas transfronteiriças transnacionais e programas de desenvolvimento e com o aprofundamento de parcerias entre diferentes níveis da administração com os agentes económico-sociais relevantes.







PTD SE 2007-2013: Dimensões e acções estratégicas

Dimensões	Acções Estratégicas
Dimensão Territorial	Acção 1: Mobilidade urbana
	Acção 2: Acessibilidades
Dimensão Ambiental	Acção 1: Ciclo urbano da água
Direction / triblethal	Acção 2: Energias renováveis
	Acção 3: Património natural
Dimensão Humana	Acção 1: Formação escolar e qualificação
	Acção 2: Iniciativas de carácter recreativo
Dimensão Económica	Acção 1: Novas tecnologias de informação
	Acção 2: Promoção do empreendedorismo e criação de condições para a fixação de negócios
	Acção 3: Investigação e desenvolvimento
	Acção 4: Turismo e produtos locais
Dimensão Institucional	Acção 1: Novas tecnologias de informação e comunicação
	Acção 2: Capacitação Institucional

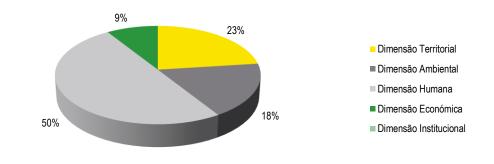
Fonte: ADRUSE (2007). "Programa Territorial de Desenvolvimento da NUTS III Serra da Estrela"

A dimensão ambiental centrou-se no ambiente enquanto elemento determinante, na medida em que apresenta valores únicos, mas também porque cria limitações à ocupação dos solos. A dimensão humana reportou para o investimento na coesão social, nomeadamente em condições que incentivassem a fixação de população. A dimensão económica colocou ênfase na atracção de novos investimentos, mas também na valorização dos recursos existentes. A dimensão institucional reconhecia a necessidade de existência de massa crítica e serviços com capacidade de resposta às exigências do mercado.

A materialização das acções estratégicas deu origem a um conjunto de projectos com um investimento total previsto de cerca de €80,4 milhões.

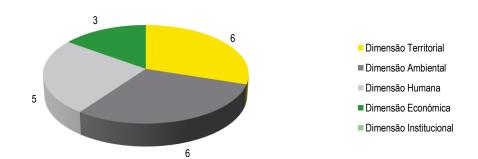
PTD SE 2007-2013: Despesa pública validada por dimensão

Fonte: CIM Serra da Estrela



PTD SE 2007-2013: Projectos executados por dimensão

Fonte: CIM Serra da Estrela









A análise dos gráficos revela que 50% da despesa pública validada em 31 de Dezembro de 2013 se enquadrou na dimensão humana do PTD da Serra da Estrela, que correspondeu a cinco projectos executados e a uma comparticipação comunitária validada de €5,3 milhões.

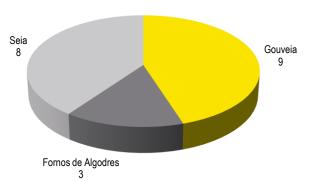
Nas dimensões seguintes - territorial e ambiental - foram realizados 12 projectos (seis em cada dimensão), com uma despesa pública validada de €2,9 e €2,3 milhões, respectivamente. De referir que não foi executado no âmbito da contratualização qualquer projecto com enquadramento na dimensão institucional.

No que se refere à execução de investimento por acções estratégicas, são de destacar a/o:

- ► Formação Escolar e Qualificação, na dimensão humana, com comparticipação comunitária de €4,9 milhões;
- Património Natural, na dimensão ambiental, com seis projectos executados e comparticipação comunitária superior a €1,9 milhões.
- Acessibilidade, na dimensão territorial, com quatro projectos executados e comparticipação comunitária superior a €1,7 milhões.

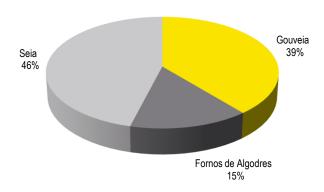
PTD SE 2007-2013: Distribuição de projectos por município

Fonte: CIM Serra da Estrela



programa operacional tassistência PTD SE 2007-2013: Despesa pública validada por município

Fonte: CIM Serra da Estrela



Tendo em conta o número de projectos executados, Gouveia foi o principal município com nove projectos, seguido de Seia e Fornos de Algodres com oito e três projectos respectivamente. Com base na despesa pública validada até 31 de Dezembro de 2013, Seia foi o que apresentou o maior volume de despesa pública validada.

Em resumo, a contratualização do PTD da Serra da Estrela 2007-2013 permitiu a execução de 20 projectos, com uma despesa pública validada de €12,7 milhões e uma comparticipação comunitária validada de €10,7 milhões.

Da implementação dos dois PTD das Beiras e da Serra da Estrela, resultaram as seguintes oportunidades de melhoria, que importa considerar no exercício de planeamento em curso:

► Fomentar a discussão, a consensualização e o compromisso em torno dos eixos estratégicos e projectos-âncora intermunicipais, envolvendo todos os presidentes dos municípios que compõem a CIM;





- Alargar o exercício de discussão em torno dos projectos-âncora a todos os agentes de desenvolvimento do território;
- ▶ Definir à partida o modelo de distribuição do financiamento público critérios de distribuição objectivos que obedeçam a um modelo de desenvolvimento que garanta a coesão territorial - antes da negociação contratual com a CCDRC;
- ▶ Procurar fontes de financiamento alternativas (públicas ou privadas) para a execução de projectos que materializem a estratégia definida para o território e que não estejam abrangidos pela contratualização negociando com a CCDRC e com a administração central o financiamento ou co-financiamento dos mesmos;
- Implementar um dispositivo de monitorização estratégica e de avaliação que permita conhecer a todo o momento o progresso da implementação da estratégia e os efeitos por ela produzidos.

A ausência de um dispositivo de monitorização estratégica e de avaliação dos instrumentos de planeamento e de programação das políticas na implementação dos PTD, limitou a existência de informação centralizada sobre o investimento público e privado e o seu impacto no território. A informação encontra-se actualmente dispersa pelos diversos gestores de programa e promotores de projectos, de natureza material ou imaterial, não contratualizados pela Comunidade Intermunicipal.

A monitorização estratégica e a avaliação dos instrumentos de planeamento/programação das políticas públicas constituem uma dimensão relevante no processo de gestão e desenvolvimento dos mesmos. A existência de um dispositivo desta natureza assume uma importância estratégica. Trata-se de uma função tanto mais relevante quanto a concepção, a programação, a gestão e a execução de um Programa Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal converge numa pluralidade de objectivos específicos e operacionais, uma multiplicidade de acções, de iniciativas e de projectos, a par de uma diversidade de actores públicos, associativos e privados com níveis de interesse e de envolvimento distintos.

Neste âmbito, a componente plano de Monitorização da EIDT 2014-2020 poderá contemplar duas dimensões:

- ▶ Institucional, a propor no âmbito da subvenção a contratualizar e que deverá reflectir o tecido de parceiros territoriais e sectoriais relevantes para o desenvolvimento temático e operacional do Programa;
- ▶ Técnica, que deverá reflectir a racionalidade e a coerência das intervenções, de acordo com os domínios de intervenção e a tipologia de operações seleccionadas, de forma a que o dispositivo concreto de monitorização seja estruturado em torno do padrão de resultados e efeitos esperados.

As dimensões de resultados e os efeitos a captar segundo uma bateria consistente e fiável de indicadores de acompanhamento, resultados e impactos deverão assegurar a produção de *outputs* regulares de apoio à gestão da EIDT 2014-2020, com vista a corrigir eventuais desvios e/ou a introduzir ajustamentos que melhorem a eficácia e a eficiência na aplicação dos recursos de financiamento e na concretização dos objectivos.

Os vectores temáticos de estruturação da EIDT 2014-2020, bem como o perfil de actores a envolver na gestão, no desenvolvimento e na execução de projectos, deverão contribuir para especificar aquela bateria de indicadores de apoio à monitorização, bem como a organização de elementos documentais (fichas de acompanhamento dos projectos, relatórios de desenvolvimento dos projectos, memorando/ponto de situação de evolução do Programa no seu conjunto, etc.).

O Plano de monitorização e de avaliação da EIDT 2014-2020 beneficiará também da possibilidade de reflectir níveis de articulação activos com o modelo de gestão do Programa, por forma a potenciar a utilidade da função monitorização e fornecer elementos de apoio avaliação externa.







## 3.2. Caracterização actual da região das Beiras e Serra da Estrela

Esta secção procede à caracterização do território integrado dos 15 Municípios. Inicialmente, é feita uma descrição breve da Região Centro como um todo e, em seguida, do conjunto dos 15 Municípios quanto às seguintes quatro dimensões:

- Sócio-demográfica;
- ▶ Económica e empresarial;
- Logística;
- Social.

### 3.2.1. Posicionamento da Região Centro no Panorama Nacional

A Região Centro representa, em face dos indicadores nacionais:

- ▶ 22% da população;
- 32% dos municípios;
- ▶ 18,6% do PIB nacional, sendo que esta estrutura se tem mantido constante ao longo dos últimos anos.

No que respeita à Região Centro, registam-se algumas assimetrias nas suas NUTS III, nomeadamente entre as NUTS III do litoral e do interior. A tabela seguinte evidencia as principais assimetrias entre as duas regiões (litoral e interior), sendo na sua maioria parâmetros comparados face aos indicadores nacionais.

Apesar das assimetrias identificadas na tabela, a Região Centro evidencia menores assimetrias territoriais, no que se refere à coesão, ou seja, ao acesso da população a equipamentos e serviços básicos coletivos, ao nível de inclusão social e ao grau de eficiência das políticas públicas que pretendem melhorar a qualidade de vida das populações.

Ainda assim, são de referir três NUTS III - Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul e Dão Lafões - situadas abaixo da média nacional.

#### MILITO III Litarial Cant.

- Valores do PIB inferiores face à média nacional, à excepção do Baixo Mondego;
- Maior índice global de desenvolvimento regional nomeadamente Baixo Vouga e Pinhal Litoral;
- Índice de competitividade superior face à média nacional;
- Maior densidade populacional no total da Região Centro.

#### NUITC III Intonion Contro

- Valores do PIB inferiores face à média nacional:
- Menor índice global de desenvolvimento regional;
- Índice de competitividade inferior face à média nacional;
- Menor densidade populacional no total da Região Centro

Fonte: CCDRC

Merece igualmente destaque o facto de metade dos municípios do Centro evidenciarem problemas de atractividade populacional e económica, concentrandose este perfil nos territórios de baixa densidade, sobretudo no interior da Região Centro (Beira Interior Norte e Sul, Pinhal Interior Norte e Sul, Serra da Estrela e Dão Lafões).

De modo a identificar os principais constrangimentos da Região Centro apresentase seguidamente uma análise SWOT³ estratégica, evidenciando as principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Uma vez apresentadas as forças e as fraquezas da Região Centro, onde são evidenciadas as características macroeconómicas, procedeu-se à enumeração das oportunidades e das ameaças, que podem ser desenvolvidas na Região Centro.

<sup>3</sup>SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats







### 3.2. Caracterização actual da região das Beiras e Serra da Estrela

#### Análise SWOT da região Centro

#### Forças

- Posição central no contexto nacional; acesso aos principais mercados
- Estrutura produtiva regional diversificada
- Novos focos de industrialização, com empresas de potencial de crescimento em termos de volume de negócio, exportações e criação de emprego qualificado, aliado a sistema científico e tecnológico de qualidade
- Patromónio histórico e arquitectónico relevante, forte identidade cultural e produtos regionais com tradição
- Existência de três bacias hidrográficas (Douro, Mondengo e Tejo)
- Áreas com valor ambiental e paisagístico
- Recursos naturais: hídricos, termais, geológicos, florestais (economia de carbono) e minerais
- Potencial de produção de energia com base em fontes renováveis

#### **Oportunidades**

- Valorizar a aposta nacional na reindustrialização e na exportação
- Promoção da competitividade das cidades através da requalificação e da estruturação das redes urbanas
- Aposta no ensino técnico e na articulação dos sistemas de ensino e de formação profissional emregime dual e em estratégias de requalificação profissional e inserção social dos desempregados de longa duração em serviços de proximidade e em áreas relacionadas com a economia social
- Explorar o potencial energético
- Valorização dos recursos naturais, patrimoniais e culturais para o desenvolvimento turístico
- Aumento da penetração da internet de banda larga e utilização generalizada das TICE
- Implementação de gestão integrada de resíduos industriais a nível regional
- -Desenvolvimento de plataformas de articulação intermodal e serviços de logística e criação no principal itinerário de trocas comerciais terrestres

Fonte: Análise EY

#### Fraquezas

- Debilidades estruturais do tecido produtivo (70% de microempresas)
- Baixa qualificação da população, do abandono escolar e oferta insuficiente de formação dual
- Ligações logísticas insuficientes da região Centro ao exterior, ausência de aeroporto regional e debilidades nas acessibilidades rodoviárias estruturantes
- Nível de despesa insuficiente em I&D e baixa utilização das TIC pelas empresas e famílias
- Desperdícios de energia em espaços públicos
- Problemas na gestão das florestas e risco de degradação do património natural e cultural
- Distribuição territorial desadequada das organizações da Administração Pública
- Pequena dimensão e organização territorial deficiente de interligação entre as cidades
- Nível de pobreza e exclusão social (desemprego, envelhecimento populacional, isolamento e desagregação familiar)

#### Ameacas

- Modelo de desenvolvimento baseado em actividades de trabalho intensivo e baixos salários
- Fraca presença de investimentos estrangeiros e risco de abandono de alguns investimentos
- Necessidade de conciliar nível reduzido de prioridade de políticas públicas com a subsistência de carências de determinandos investimentos na região de infraestruturas (transporte e logística)
- Descoordenação entre instituições da Administração Pública
- Desajustamentos entre a oferta e a procura de qualificações de mão-de-obra
- Desemprego estrutural
- Alguns défices de cooperação nos sectores público e privado
- Custos de contexto elevados (processos burocráticos, mercado laboral, fiscalidade, contencioso, acesso a financiamento, etc.)
- Envelhecimento da população e fraca capacidade de rejuvenescimento
- Exposição às alterações climáticas, gestão de riscos (secas, incêndios e cheias) e pressão sobre a protecção civil







Da análise SWOT destacam-se como pontos fortes o facto da Região Centro apresentar uma:

- Posição central no acesso aos principais mercados;
- ▶ Estrutura produtiva diversificada e ser alvo de aposta na fixação de grandes empresas na região, como por exemplo o projecto PT Data Center.

Com esta nova tendência, e com o plano estratégico CRER, surgem diversas oportunidades de investimento na Região Centro que promovem não só a retenção de capital humano, como a industrialização. O aumento da atractividade da Região contribuirá decisivamente para ultrapassar as ameaças apontadas na tabela. Os diversos Planos Estratégicos da Região Centro devem ser sensíveis a esta realidade.

Tendo presenta a análise SWOT, o plano estratégico CRER – Região Centro, detalha as áreas de desenvolvimento e respectivos sectores, fazendo um diagnóstico e estabelecendo o desafio a ultrapassar, tal como entendido no esquema infra.

> Especialização Inteligente

- Experiência na definicão e na implementação de estratégias de inovação;
- Elevado potencial em diversas áreas:
- Desafio: Potenciar uma estratégia de especialização inteligente, solidificar o saldo da balança comercial.

Sistemas Produtivos Territoriais

- Potencial de actividades de recursos naturais:
- Potencial de actividades tecnológicas;
- **Desafio**: Potenciar os domínios diferenciadores que proporcionam valor acrescentado, nomeadamente o Turismo.

Ensino Superior e Transferência do Conhecimento

- Bom posicionamento das instituições, promotoras da inovação e associadas à
- · Desafio: Aumentar o número de jovens formados.

Saúde e Inclusão Social

- Serviços de referência internacional;
- População envelhecida;
- Desafio: Proporcionar um envelhecimento saudável e activo.

Cultura

- Rede completa de equipamentos culturais:
- · Desafio: Criar sustentabilidade na cultura, preservação dos valores culturais da Sociedade e dinamização económica dos respetivos territórios.

Capitalização e Modernização dos Serviços Públicos • Desafio: simplificação e qualificação através de uma organização da Administração Pública.

Sistemas Ambientais e de Biodiversidade Regionais

- · Património ambiental inexplorado;
- **Desafio:** Proteger, preservar e valorizar o património de forma sustentável.

Prevenção de Riscos e Protecção Ambiental

- · Património ambiental vasto:
- · Desafio: Criar infra-estruturas de combate a incêndios, cheias e avanço do mar e inundação das áreas costeiras.

Ciclo Urbano da Água e Energia

- Redes hídricas e recursos energéticos;
- Desafios: Preservar os recursos hídricos; aumentar a eficiência do consumo de água e energia; diminuir os impactos ambientais negativos.







### 3.2. Caracterização actual da região das Beiras e Serra da Estrela

Transportes Sustentáveis e Sistema Urbano

- Rede de cidades em expansão;
- <u>Desafios:</u> Melhorar a organização urbana, reforçar a mobilidade, melhoria na acessibilidade a áreas de localização empresarial; promover maior equilíbrio entre os vários modos de transporte.

Agricultura, floresta e valorização dos recursos endógenos em zonas de baixa densidade

- Extensão terriorial para exploração agrícola;
- População agrícola e empresarial envelhecida e pouco qualificada;
- <u>Desafio:</u> Desenvolver o sector agrícola com mão-de-obra jovem e qualificada.

Educação e Abandono Escolar; Formação e Emprego

- Taxa de analfabetismo elevada (Interior Centro), elevado abandono escolar;
- · Baixo nível de qualificação;
- <u>Desafio:</u> Captar, desenvolver e reter talento; formação contínua nos empresários.

Fonte: Diagnóstico Prospectivo da Região Centro







### 3.2. Caracterização actual da região das Beiras e Serra da Estrela

#### Mapa das NUTS III de Portugal



#### 3.2.2. Principais indicadores das Beiras e da Serra da Estrela

A Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela – CIM-BSE - resulta do processo de fusão da Comunidade Intermunicipal das Beiras – Comurbeiras - e da Comunidade Intermunicipal da Serra da Estrela, no âmbito da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

As alterações promovidas ao nível do enquadramento legal das Comunidades Intermunicipais (CIM) assentam no reforço da sua escala como nível preferencial de actuação municipal, o qual depende necessariamente de um reforço do modelo de governação das CIM, da definição de um quadro legal para a contratualização e de uma correcta e efectiva descentralização administrativa de competências.

A este propósito, é de salientar que o novo período de programação comunitária conjugado com o enquadramento legal recente quanto às atribuições das autarquias locais criam um contexto com desafios relevantes para a elaboração da EIDT.

A EIDT das Beiras e Serra da Estrela 2014-2020 torna-se, assim, numa estratégia territorialmente mais abrangente, uma vez que, passa a integrar três NUTS III, correspondentes a 15 municípios - face aos anteriores 12 municípios incluídos no PTD das Beiras e 3 no PTD da Serra da Estrela contratualizado no período de programação 2007-2013. A Tabela à esquerda relembra a composição de cada uma das NUTS incluídas na nova CIM.

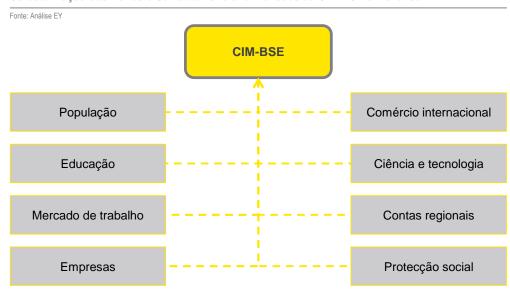
A elaboração de uma estratégia de desenvolvimento sustentável implica o conhecimento das realidades regionais, supra-locais e locais como ponto de partida para a definição de um plano de acção. A análise das dinâmicas demográficas, económicas e sociais e das especificidades do território é fundamental para a definição e a construção de modelos de desenvolvimento adaptados às necessidades reais.







#### Caracterização das Beiras e Serra da Estrela: dimensões da CIM-BSE em análise



Em seguida, é feito um breve enquadramento da Região Centro do ponto de vista estratégico e dos principais indicadores estatísticos. No que respeita ao território das Beiras e Serra da Estrela, são analisadas nas seguintes dimensões:

- ▶ População;
- ▶ Educação;
- Mercado de trabalho;
- Empresas;
- Comércio internacional:
- Ciência e tecnologia;
- Contas regionais;
- Protecção social.

Estas dimensões permitirão caracterizar o território da CIM Beiras e Serra da Estrela, comparando-o com o período de programação comunitária anterior (2007-2013), e constituirão o ponto de partida para a construção da matriz SWOT e consequente definição de desafios e áreas estratégicas de actuação no próximo quadro de programação 2014-2020. A análise estatística tem por base a informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

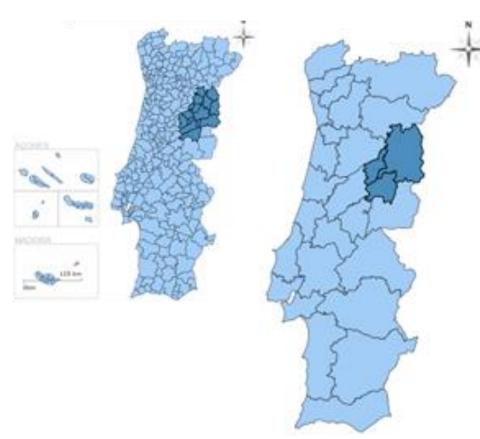






#### Território da CIM-BSE

Fonte: CCDRC



### 1) Dimensão Socio-Demográfica

O território da CIM Beiras e Serra da Estrela situa-se na Região Centro e ocupa uma superfície territorial de 6.305 Km² correspondendo a 22% do território da Região Centro, tendo de acordo com os censos de 2011 236.023 habitantes (apresentando uma densidade populacional de valor bastante abaixo das médias registadas pela Região Centro e por Portugal Continental).







BSE: Indicadores populacionais, 2012

,			População			Taxa	Taxa
Área	Total	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	65 e mais anos	crescimento efectivo (%)	crescimento natural (%)
Fornos de Algodres	4.920	10,7%	11,4%	49,2%	28,6%	(0,91)	(1,29)
Gouveia	13.655	10,3%	9,2%	48,9%	31,6%	(1,72)	(1,42)
Seia	24.121	10,5%	9,7%	54,4%	25,3%	(1,42)	(1,09)
Serra da Estrela	42.696	10,5%	9,7%	52,1%	27,7%	(1,46)	(1,22)
Almeida	6.835	7,5%	8,6%	49,1%	34,8%	(3,32)	(1,96)
Celorico da Beira	7.512	12,0%	9,7%	49,4%	28,9%	(1,27)	(0,87)
Figueira de Castelo Rodrigo	6.162	11,3%	9,9%	47,5%	31,4%	(1,00)	(0,87)
Guarda	41.549	13,2%	10,1%	55,9%	20,7%	(1,38)	(0,53)
Manteigas	3.347	10,3%	9,8%	53,6%	26,3%	(1,57)	(1,36)
Mêda	5.026	10,0%	8,2%	47,6%	34,2%	(1,81)	(1,26)
Pinhel	9.334	10,4%	9,6%	48,2%	31,8%	(1,79)	(1,39)
Sabugal	12.146	7,7%	7,6%	45,3%	39,4%	(1,67)	(1,76)
Trancoso	9.666	10,3%	10,6%	49,5%	29,5%	(1,53)	(1,32)
Beira Interior Norte	101.577	11,2%	9,6%	51,4%	27,9%	(1,60)	(1,04)
Belmonte	6.723	11,5%	10,1%	53,4%	25,0%	(1,26)	(0,99)
Covilhã	50.486	12,2%	9,0%	54,9%	23,9%	(1,40)	(0,61)
Fundão	28.560	11,9%	9,8%	51,4%	26,9%	(1,32)	(0,93)
Cova da Beira	85.769	12,0%	9,4%	53,6%	25,0%	(1,36)	(0,75)
Região Centro	2.298.938	13,5%	10,3%	54,0%	22,2%	(0,75)	(0,47)
Portugal	10.487.289	14,8%	10,7%	55,1%	19,4%	(0,52)	(0,17)

Fonte: INE

#### População

No que se refere aos indicadores populacionais, e de acordo com os dados disponibilizados pelo INE, o território da CIM Beiras e Serra da Estrela acompanha a tendência registada na Região Centro de diminuição de população, ainda que mais acentuadamente.

- ▶ Se considerada a população estimada de 2012, a tendência de decréscimo populacional mantém-se face a 2011, com maior incidência no território da NUT III Beira Interior Norte, com destaque para o concelho de Almeida com uma diminuição de cerca de 3,32% face a 2011.
- Na desagregação por NUTS III, constata-se que o território da Serra da Estrela é aquele que teve a maior diminuição de população entre os períodos censitários. Já a nível municipal, o concelho de Mêda (da NUTS III Beira Interior Norte) foi aquele que registou uma variação populacional negativa mais acentuada, na ordem dos 16%.
- ▶ A maioria da população das três NUTS III tem 25 ou mais anos de idade, e a população jovem entre os 0-14 anos representa entre 10% a 12% da população, enquanto que os jovens entre os 15-24 anos representam entre 9% a 10% da população total. Estes valores são menores do que aqueles verificados tanto na região Centro, como a nível nacional. Comparando a proporção de população com 65 e mais anos, é visível que nos territórios em análise esta é significativamente maior do que aquela verificada em Portugal (19,4%). A Beira Interior Norte é a NUT III que apresenta a maior proporção de pessoas com 65 e mais anos, cerca de 27,9%, seguida da Serra da Estrela com 27,7% e da Cova da Beira com 25.0%.
- O Sabugal é o município com maior peso de população com 65 e mais anos (39,4%), e a Guarda é o município com maior proporção de jovens entre os 0-14 anos (13,2%).







BSE: Indicadores populacionais, 2012 vs. 2007

Área	Densida Populacio		Proporção população jo		Índice		Taxa brut	
	2012	2007	2012	2007	2012	2007	2012	2007
Serra da Estrela	49,2	52,9	10,5	11,8	265,2	218,1	5,3	5,9
Beira Interior Norte	25,0	26,7	11,2	12,3	248,9	218,4	5,8	6,4
Cova da Beira	62,4	65,6	12,0	12,7	207,8	184,2	6,1	7,6
CIM-BSE	45,5	48,4	11,2	12,3	240,6	206,9	5,7	6,6
Região Centro	81,5	83,2	13,5	14,5	164,5	143,8	7,5	8,5

Fonte: CCDRC

## **Envelhecimento Populacional**

- Tendência de crescimento do índice de envelhecimento
- Sabugal como município mais envelhecido
- Guarda com maior proporção de jovens
- ► Em geral, taxa bruta de natalidade a diminuir

- ▶ Analisando a densidade populacional, verifica-se que, em 2012, a Região Centro registou 83,2 habitantes por Km², um valor ligeiramente inferior ao registado em 2007, ano de início do anterior ciclo de programação (81,5 habitantes por Km²). Na mesma linha, o território da CIM Beiras e Serra da Estrela regista uma ligeira diminuição da densidade populacional de 2007 para 2012, de 48,4 para 45,5 habitantes por Km², em resultado da diminuição registada em todos os municípios.
- ▶ É importante salientar que a população jovem no território da CIM Beiras e Serra da Estrela tem acompanhado a tendência verificada nos panoramas regional e nacional. Com efeito, entre 2007 e 2012, esta faixa etária da população diminuiu em todas as unidades territoriais de análise, com maior incidência nas Beiras e Serra da Estrela (redução de 1,1 p.p. face aos 0,7 p.p. de Portugal Continental e 1 p.p. da Região Centro). A NUTS III que mais contribuiu para esta tendência decrescente foi a Serra da Estrela com uma redução d 1,3 p.p. da população jovem entre 2007 e 2012. Ainda assim, o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo registou-se um ligeiro aumento da população jovem de 0,2 p.p..
- No que se refere ao índice de envelhecimento, calculado como o rácio entre a população média residente com 65 e mais anos e a população média residente com menos de 15 anos, verifica-se que este aumenta entre 2007 e 2012 nas principais unidades de análise, reflectindo o aumento do peso da população das faixas etárias maiores relativamente às menores. Esta tendência apresenta maior expressão na NUTS III Cova da Beira. Na análise por concelho, Figueira de Castelo Rodrigo registou em 2012 uma ligeira diminuição do índice de envelhecimento de 284,2 para 278,1, contrariamente ao verificado pelo concelho de Almeida com o maior aumento em todo o território da CIM Beiras e Serra da Estrela, de 346,8 para 463,9.
- ▶ Relativamente à taxa bruta de natalidade, constata-se que tem vindo a diminuir, registando-se, ainda assim, um aumento nos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo de 7,3‰ para 8,7‰, e do Sabugal, de 3,3‰ para 5,1‰.

A análise dos indicadores anteriores permite identificar um cenário agregado de acelerado envelhecimento populacional.

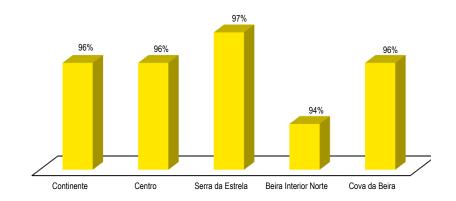






#### População servida por sistemas públicos de abastecimento de água, em 2009

Fonte: PORDATA



#### Proporção de superfície das áreas protegidas em 2007 e 2010

Fonte: CCDRC

44%

44%

10%

11%

Região Centro Serra da Estrela Beira Interior Norte Cova da Beira CIM

2010 ■ 2007

Relativamente ao acesso a sistemas públicos de abastecimento de água, um dos indicadores de qualidade de vida, o território da CIM Beiras e Serra da Estrela encontra-se alinhado com os valores nacionais e regionais abrangendo praticamente a totalidade da população, apresentando a NUTS III da Beira Interior Norte um valor ligeiramente inferior às referências regionais.

Para avaliar a qualidade de vida no território importa também conhecer a proporção de superfícies de áreas protegidas no território.

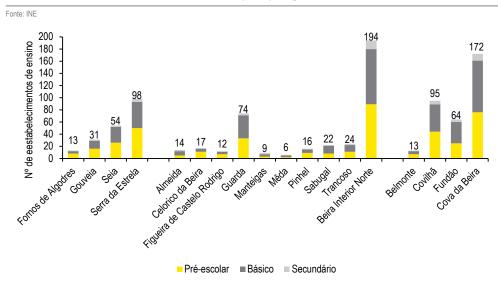
- ▶ O gráfico à esquerda demonstra que, entre 2007 e 2010 se registou uma diminuição dos territórios considerados como áreas protegidas. Foi no território da Serra da Estrela que se verificou diminuição mais acentuada, de 10 p.p..
- ▶ Esta diminuição implica que os *habitats* naturais e os ecossistemas estão mais sujeitos à intervenção humana, podendo colocar em causa a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos, com repercussões na saúde humana no bem-estar das pessoas, no desenvolvimento social e cultural das comunidades, bem como na melhoria da qualidade de vida.





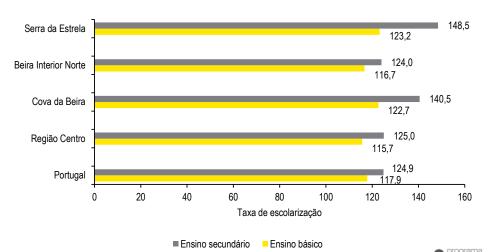


BSE: Número de estabelecimentos de ensino, por tipologia, 2012



Taxa bruta de escolarização das NUTS III da CIM-BSE, 2012

Fonte: INE



### Educação

No domínio da educação, os indicadores revelam uma evolução positiva em todo o território da CIM Beiras e Serra da Estrela.

Em Portugal existem 15.221 estabelecimentos de ensino, sendo que 43,3% destes são destinados ao ensino pré-escolar, 50,5% ao ensino básico e os restantes 6,2% ao ensino secundário.

A região Centro compreende 26,2% do total dos estabelecimentos de ensino de Portugal. Nesta região, localizam-se 3.989 escolas, sendo que, não diferindo significativamente do panorama nacional, 43,0% destas se destinam ao ensino préescolar, 51,1% ao ensino básico e 5,9% ao ensino secundário.

- Na CIM-BSE, a NUT III que detém maior número de estabelecimentos de ensino é a Beira Interior Norte, seguida da Cova da Beira, com um total de 194 e 172 estabelecimentos de ensino, respectivamente. Em contrapartida, a Serra da Estrela é aquela que detém um menor número de escolas, 98 no total.
- ► Tendo em conta os municípios da CIM-BSE, aqueles com menor número de estabelecimentos de ensino são os de Mêda (6), Manteigas (9), Figueira de Castelo Rodrigo (12), Fornos de Algodres (13) e Belmonte (13). Os municípios com maior número de estabelecimentos de ensino são os da Covilhã (95), Guarda (74), Fundão (64) e Seia (54).

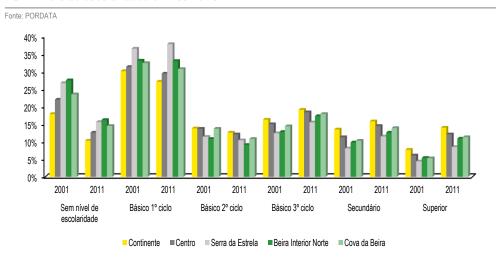
A taxa bruta de escolarização é a relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo.

- No que diz respeito ao ensino básico, a taxa bruta de escolarização é mais alta na CIM-BSE do que na região Centro. Comparando este indicador com o valor nacional, apenas a NUT III da Beira Interior Norte apresenta um valor menor do que o de Portugal.
- Relativamente à taxa de escolarização do ensino secundário, tanto na Serra da Estrela como na Cova da Beira os valores deste indicador são mais altos face aos da região Centro e aos de Portugal. Apenas a Beira Interior Norte apresenta uma taxa menor do que aquela verificada tanto a nível regional como a nível nacional.



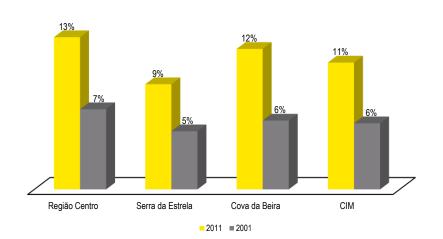


BSE: Níveis de escolaridade em 2001 e 2011



BSE: Proporção de população residente com ensino superior completo

Fonte: CCDRC



No domínio da educação, os indicadores revelam uma evolução positiva em todo o território da CIM Beiras e Serra da Estrela.

A análise do gráfico ao lado revela que a população sem qualquer nível de escolaridade diminuiu significativamente entre os anos de 2001 e 2011 em todos os níveis territoriais analisados.

- ▶ Em Portugal Continental, a redução verificada foi de 7,6 p.p.;
- ▶ Na Região Centro, os valores reduziram-se 9,4 p.p.;
- ▶ No território da CIM Beiras e Serra da Estrela, a redução foi de 10,5 p.p. superando os valores nacionais e regionais.

Saliente-se, neste contexto, que a população com frequência do ensino secundário registou um aumento de 3,3 p.p. no território da CIM Beiras e Serra da Estrela, superior à média nacional (2,3 p.p.) e à média regional (3,2 p.p.). Relativamente ao ensino superior o aumento registado no território da CIM foi de 5,3 p.p., revelando-se também inferior ao panorama nacional (7,9 p.p.) e regional (6 p.p.).

Ainda no domínio da educação merece registo o aumento da proporção de população residente com ensino superior completo no território da CIM, na ordem dos 5 p.p., com destaque para a Cova da Beira, com um aumento de 6,2 p.p., igualando a média regional.

## Educação

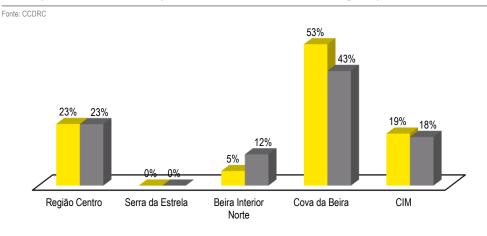
- Território com melhor desempenho face à NUT II
- Serra da Estrela e Cova da Beira com taxas brutas de escolarização mais altas que as regionais e nacionais







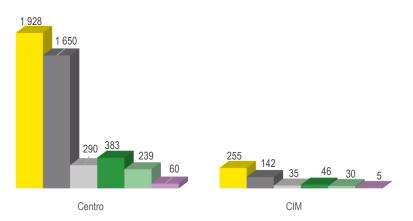
BSE: Diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por 1000 habitantes



2011 - 2012 2007 - 2008

BSE: Estabelecimentos de ensino em 2009

Fonte: PORDATA



■ Educação Pré-Escolar 2009 ■ Ensino Básico - 1º Ciclo 2009 ■ Ensino Básico - 2º Ciclo 2009

tecnológicas registado entre os anos lectivos de 2007/2008 e 2011/2012. Ao nível da Região Centro, a alteração face ao número de diplomados registado no ano de 2007/2008 é mínima. No território da CIM Beiras e Serra da Estrela, registou-se um ligeiro aumento na ordem dos 2 p.p.. No entanto, há que destacar positivamente a Cova da Beira com um aumento de 10 p.p. entre os dois períodos e com médias superiores às da Região Centro. Contrariando a tendência, refira-se a Beira Interior Norte com uma diminuição de diplomados em áreas científicas e tecnológicas de 7 p.p. <sup>4</sup>.

O gráfico à esquerda demonstra o aumento de diplomados nas áreas científicas e

No que se refere ao número de estabelecimentos de ensino, o território da CIM Beiras e Serra da Estrela representa apenas 13% da totalidade de estabelecimentos de educação pré-escolar existentes na Região Centro; 8% dos estabelecimentos de ensino básico – 1º Ciclo; 12% dos estabelecimentos de ensino básico – 2º e 3º Ciclo; 13% dos estabelecimentos de ensino secundário e apenas 8% dos estabelecimentos de ensino superior. No território da CIM Beiras e Serra da Estrela, a distribuição dos estabelecimentos está de acordo com a dimensão de cada uma das NUTS III, verificando-se o maior número de estabelecimentos de ensino na Beira Interior Norte e menor número na Serra da Estrela.

A análise dos indicadores anteriores demonstra que o território da CIM Beiras e Serra da Estrela apresenta uma proporção de população activa cada vez menor, em resultado de uma população progressivamente mais envelhecida e de uma taxa de natalidade cada vez menor. Este território apresenta um desempenho positivo no que se refere a indicadores de Educação, com uma evolução positiva do número de diplomados, nomeadamente em áreas científicas e tecnológicas.

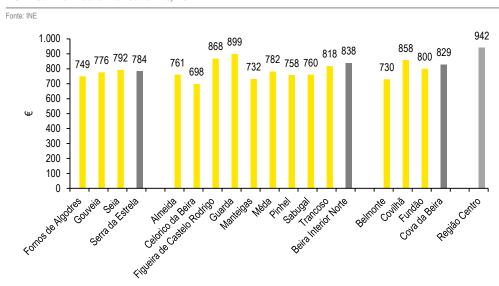
<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> A CCDRC não disponibiliza dados detalhados para a Serra da Estrela.



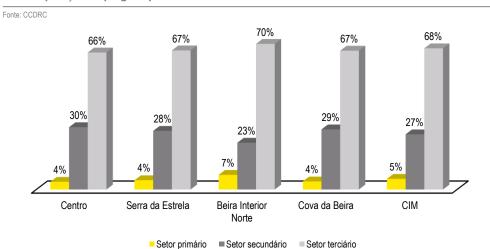




#### BSE: Ganho médio mensal em €. 2012



BSE: População empregada por sector de actividade em 2011



# programa operacional assistência técnica

### 2) Dimensão Económica e Empresarial

Nesta secção são analisados os principais indicadores económicos e empresariais da Região Centro e do território da CIM Beiras e Serra da Estrela.

#### Mercado de Trabalho

Em 2012, na região Centro um habitante ganhou por mês, em média, €942. Este valor é superior ao dos 15 municípios da CIM das Beiras e Serra da Estrela, e inferior ao montante médio mensal recebido pelos habitantes de Portugal continental, €1096.

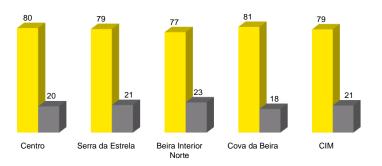
- Do território em análise, a Beira Interior Norte é a NUT III onde o ganho médio mensal é mais elevado – cerca de €838/mês – enquanto que a Serra da Estrela é aquela em que os trabalhadores ganham, em média, menos – cerca de €784 mensais.
- A nível de municípios, Celorico da Beira, Belmonte e Manteigas são aqueles com menor ganho médio mensal (€698, €730 e €732 respectivamente), e a Guarda, Figueira de Castelo Rodrigo e Covilhã são aqueles com maior ganho médio mensal (€899, €868 e €858 respectivamente).
- Relativamente aos dados de desemprego desagregados por NUTS III disponíveis, as taxas de desemprego global e de desemprego jovem por NUTS III para o ano de 2011 apresentam valores superiores aos registados na Região Centro. A NUTS III Cova da Beira registou as taxas mais elevadas, de 14% e 32%, respectivamente. Estas elevadas taxas vão ao encontro do panorama nacional, onde os níveis de desemprego têm registado sucessivos aumentos.
- ▶ No que se refere à população empregada por sector de actividade, o sector mais representativo na Região Centro é o terciário, com 66%. Sem prejuízo dos investimentos realizados e da atracção de novas empresas algumas de elevada especialização tecnológica e em sectores não tradicionais⁵ por alguns municípios, também o território da CIM Beiras e Serra da Estrela apresenta a maior percentagem de população empregada no sector terciário, com 68%, seguido do sector secundários com 27%.

<sup>5</sup>De que são exemplo o recente investimento do Data Center da PT, a instalação de unidades de desenvolvimento de software da ROF, TIM WE, Methodus ALTRAN e mais de uma dezena de startups no sector das TICE na Covilhã e no Fundão. Apesar de poderem ter impacto no emprego do território, o facto de estas empresas manterem a sua sede fora do mesmo, não permite verificar o seu impacto nas



#### BSE: Capacidade empreendedora, 2011

Fonte: CCDRC



- Proporção da população empregada por conta de outrem 2011
- ■Proporção da população empregada por conta própria 2011

Atendendo à capacidade empreendedora, aferida pela proporção da população empregada por contra de outrem e por conta própria em 2011, constata-se que apenas 20% da população da Região Centro se encontrava empregada por conta própria. Na mesma linha, o território da CIM registou maior proporção de população empregada por conta de outrem (79%). Estes dados demonstram a fraca propensão para o empreendedorismo da generalidade da população. Ainda assim, quem termos de NUTS III, a Beira Interior Norte é o território onde a capacidade empreendedora mais se destaca, uma vez que regista a maior proporção de população empregada por conta própria no ano de 2011, superando os valores regionais.

#### Mercado de trabalho

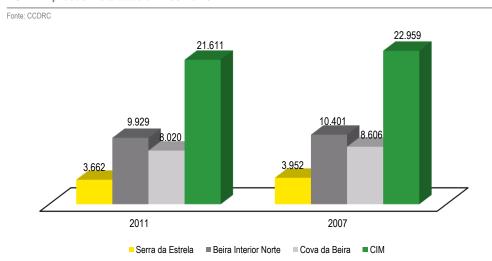
- Ganho médio mensal da população das NUTS III abaixo da média da região Centro
- ► Taxas de desemprego das NUTS III mais elevadas que na região Centro



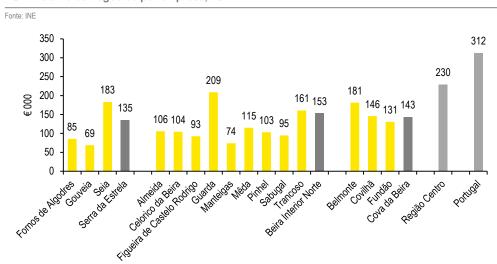




#### BSE: Empresas Instaladas em 2007 e 2011



BSE: Volume de negócios por empresa, 2011



#### **Empresas**

No âmbito do contexto macroeconómico marcadamente recessivo dos últimos anos em Portugal, o número de empresas instaladas no território das Beiras e da Serra da Estrela registou também um decréscimo em 2011, face a 2007, correspondendo 1.348 empresas.

Na região Centro, em 2011, o volume de negócios por empresa cifrou-se nos €230.000, valor significativamente menor do que aquele verificado em Portugal, de €312.000. Também no centro, em 2011 nasceram menos empresas que em Portugal (taxa de natalidade de 11,0% vs. 12,4%, respectivamente), mas a taxa de sobrevivência a dois anos das empresas é maior nesta Região do que no país. No que diz respeito à produtividade do trabalho, os níveis da região centro encontramse abaixo dos nacionais. Também na região Centro as taxas de investimento das empresas são inferiores às taxas de investimento a nível geral em Portugal.

Em 2011, das NUTS III da CIM-BSE, a Beira Interior Norte foi aquela onde o volume de negócios gerado por empresa foi maior, cerca de €153.000, seguindo-se a Cova da Beira, com um volume de negócios por empresa de €143.000 e por fim a Serra da Estrela, com um volume de €135.000 por empresa.

A análise da repartição do Valor Acrescentado Bruto (VAB) por sector de actividade destaca o terciário como o sector que cria mais valor acrescentado.

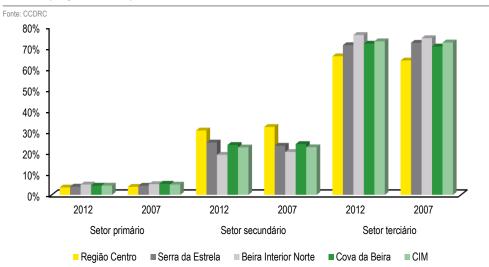
▶ Esta conclusão vai ao encontro dos dados revelados do emprego, onde se verificou que este é também o sector com maior capacidade empregadora. Entre os anos de 2007 e 2012 os sectores primário e secundário registaram diminuições do VAB, ainda que pouco relevantes − 0,3 p.p. na Região Centro e 0,5 p.p. no território da CIM Beiras e Serra da Estrela. No sector terciário, observou-se a tendência contrária, registando aumentos ligeiros (na ordem dos 2 p.p.) em todos os territórios. A diminuição de VAB registada na NUTS III Serra da Estrela não comprometeu o crescimento do VAB no sector terciário da CIM.



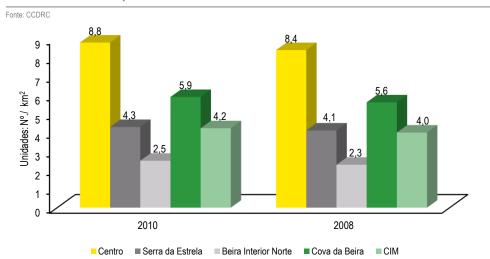




BSE: Proporção do VAB por sector de actividade em 2007 e 2012



BSE: Densidade de empresas em 2008 e 2010



No que se refere à densidade empresarial, isto é, ao número de empresas por km², registou-se, entre os anos de 2008 e 2010, um ligeiro aumento em todas as NUTS que compõem a CIM Beiras e Serra da Estrela (2 p.p.). No entanto, a densidade de empresas na CIM foi bastante inferior à média da Região Centro que registou 8,4 empresas por Km² em 2008, e 8,8 empresas por Km² em 2010.

No seguimento da análise anterior, importa também avaliar o saldo de criação de empresas.

- Relativamente à taxa de natalidade das empresas, a Cova da Beira foi a NUT III onde nasceram mais empresas, e a Serra da Estrela a NUT III onde nasceram menos. No geral, em 2011, as taxas de natalidade de empresas nestas NUTS foram inferiores à taxa nacional.
- ▶ Apesar da Serra da Estrela ser a NUT III com menor taxa de natalidade de empresas, é a região onde a taxa de sobrevivência das empresas a 2 anos é maior (58,7%). A Beira Interior Norte é a área da CIM-BSE com menor taxa de sobrevivência a dois anos (55,2%), ainda assim este valor é superior tanto à taxa da região Centro (53,0%) como à taxa verificada em Portugal (48,8%).

BSE: Indicadores das empresas, 2011

Área	Taxa de natalidade	Taxa de sobrevivência (a dois anos)	Prod. do trabalho ajustada ao salário	Taxa de investimento
Serra da Estrela Beira Interior Norte Cova da Beira	9,8 10,0 11.0	58,7 55,2 57.7	102,3 111,0 107,4	16,0 25,5 13,1
Cova da Beira 	11,0	53,0	119,9	15,7
Portugal	12,4	48,8	127,6	19,6

Fonte: IINE







- No que diz respeito à produtividade do trabalho, os valores das três NUTS III da CIM-BSE foram, em 2011, significativamente inferiores aos da região Centro. A Serra da Estrela apresentou uma produtividade do trabalho ajustada ao salário de 102,3%, a Beira Interior Norte de 111,0% e a Cova da Beira de 107,4%.
- A Beira Interior Norte é a NUT III onde a taxa de investimento das empresas (relação entre a formação bruta de capital fixo e o valor acrescentado bruto) é mais elevada, cerca de 25,5%, valor este superior à taxa de investimento das empresas do centro e de Portugal. A Serra da Estrela verificou uma taxa de 16,0%, superior à da região centro, mas inferior à nacional, e a Cova da Beira registou uma taxa de 13,1%, inferior tanto à da região centro como à de Portugal.

#### **Empresas**

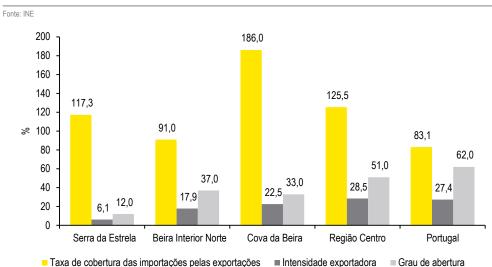
► Taxa de sobrevivência das empresas a 2 anos, nas NUTS III, maior que a taxa regional e nacional







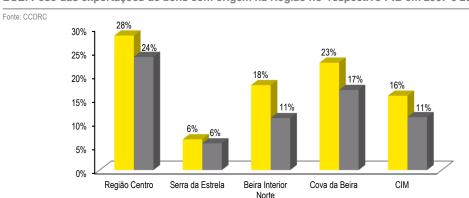
BSE: Indicadores de comércio internacional, 2012 e 2013



Notas ao gráfico

1. A taxa de cobertura das importações pelas exportações é referente ao ano de 2013, , enquanto que os outros dois indicadores são referentes ao ano de 2012

#### BSE: Peso das exportações de bens com origem na Região no respectivo PIB em 2007 e 2012



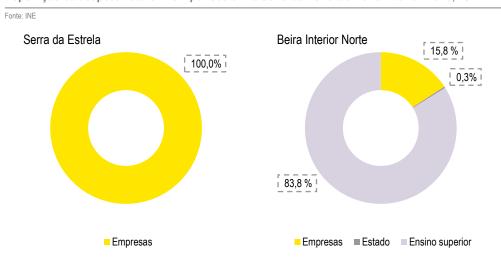
2012 ■ 2007

#### Comércio Internacional

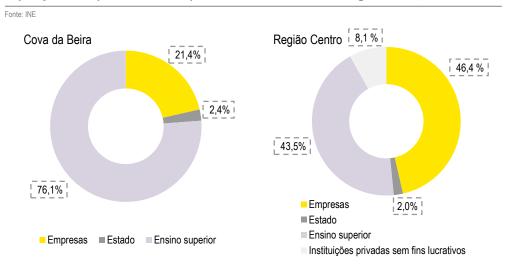
A taxa de cobertura das importações pelas exportações consiste na percentagem de compras ao resto do mundo que é compensada pelas vendas ao resto do mundo. Em Portugal, esta taxa foi de 83,1% em 2013, o que significa que se importou mais do que aquilo que se exportou. Em contrapartida, o valor deste indicador para a região Centro foi de 125,5%, e portanto esta região exportou mais do que aquilo que importou. Em 2012, a intensidade exportadora da região Centro foi de 28,5%, o que significa que esta foi a percentagem de bens e serviços que foi vendida ao exterior. Este valor encontra-se em linha com o observado a nível nacional, de 27,4%. Relativamente ao grau de abertura ao exterior, em 2012, comparando a região centro com Portugal, verifica-se que o país em geral estava mais aberto ao exterior do que a região centro (62,0% vs. 51,0%).

- ▶ A NUT III da CIM-BSE que apresentou a maior taxa de cobertura das importações pelas exportações foi a Cova da Beira, e a que apresentou a menor taxa foi a Beira Interior Norte. Enquanto que a Cova da Beira e a Serra da Estrela exportaram mais do que aquilo que importaram, a Beira Interior Norte importou mais do que aquilo que exportou.
- ▶ A Cova da Beira foi a região que teve maior intensidade exportadora (22,5%), ainda assim esta taxa foi menor que aquela verificada a nível regional e nacional. A Serra da Estrela foi a região que apresentou menor intensidade exportadora (6,1%), com uma taxa significativamente abaixo da média regional e da média que se verificou em Portugal.
- ▶ A Beira Interior Norte foi, em 2012, a NUT III com maior grau de abertura ao exterior, cerca de 37,0%, seguindo-se a Cova da Beira com cerca de 33,0% e por fim a Serra da Estrela, com 12,0%. Estes valores situam-se abaixo da média da região centro e do país.
- ▶ Relativamente à relevância das exportações de produtos do território no seu respectivo PIB, no ano de 2012 a Cova da Beira foi o território que se aproximou mais da média regional, com 23%. As exportações de produtos com origem na Serra da Estrela são ainda pouco representativas no PIB respectivo, com médias de 6% em 2007 e 2012. Contudo, o peso das exportações dos produtos do território da CIM registou um aumento de 5 p.p. entre os anos de 2007 e 2012.

#### Repartição da despesa total em I&D por sector na Serra da Estrela e Beira Interior Norte, 2012



#### Repartição da despesa total em I&D por sector na Cova da Beira e Região Centro, 2012



### Ciência e Tecnologia

Em 2012 a despesa nacional em Investigação e Desenvolvimento (I&D) no PIB foi de 1,5%, enquanto na região Centro esta percentagem foi de 1,4%. Na Beira Interior Norte esta despesa foi de apenas 0,2%, significativamente abaixo dos níveis regionais e nacionais. Já na Cova da Beira a despesa em I&D no PIB foi de 1,9%, superior aos níveis tanto da região Centro como do País. Para a Serra da Estrela estes dados não foram disponibilizados pelo INE.

Em matéria de sector de I&D, a maioria da despesa foi executada pelas empresas (49,7%), seguida pelo Ensino Superior (36,5%), seguido pelas instituições privadas sem fins lucrativos (8,5%) e por fim o Estado (5,4%). Considerando a região Centro, esta repartição não foi significativamente diferente da do país, já que 46,4% da despesa em I&D foi executada pelas empresas, 43,5% pelo Ensino Superior , 8,1% pelas instituições privadas sem fins lucrativos e 2,0% pelo Estado.

- ▶ A nível das NUTS III, a Serra da Estrela não diversificou, em 2012, o seu investimento em I&D, dado que 100% foi executado por empresas.
- ▶ Na Beira Interior Norte, a maior parte do investimento foi executado pelo ensino superior (83,8%), seguindo-se as empresas (15,8%) e uma pequena percentagem foi executada pelo Estado.
- ▶ No que diz respeito à Cova da Beira, o investimento em I&D foi quase totalmente dedicado ao Ensino Superior, cerca de 76,1%, enquanto que uma pequena minoria foi repartida por empresas (21,4%) e pelo Estado (2,4%).

## Sociedade da Informação

Em 2012, 66,1% da população portuguesa tinha acesso a computador, e 61,0% da população teve ligação à internet. Na região Centro, apenas 61,1% da população teve acesso a computador e 55,2% teve ligação à internet. Estes valores situaramse abaixo daqueles observados a nível nacional.







#### BSE: Indicadores das contas regionais das NUTS III em análise. 2010

		PIB		VAB	Emprego	Prod.	Remun.
Área					total	aparente do	Média
Alea						trabalho	
	€ 000 000	% Portugal	Per capita (€)	€ 000 000	nº pessoas	€ 000	
Serra da Estrela	395	0,2	8.464	346	17.429		16
Beira Interior Norte	1.202	0,7	11.214	1.053	57.928	18	18
Cova da Beira	975	0,6	10.881	854	47.668	18	17
Região Centro	32.019	18,5	13.477	28.050	1.146.987	24	18
Portugal	172.860	100,0	16.250	151.426	4.936.996	31	20

#### BSE: VAB em % do total da região centro, 2010

Fonte: INE



#### Notas ao gráfico

- Indústrias extrativas e transformadoras também inclui produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição
- 2. Comércio por grosso e a retalho também inclui reparação de veículos automóveis e motociclos: transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração
- Administração pública e defesa também inclui segurança social obrigatória; educação; saúde humana e ação social
- Atividades de consultoria, científicas e técnicas também inclui atividades administrativas e dos servicos de apoio
- Atividades artísticas e de espectáculos também inclui reparação de bens de uso doméstico e outros serviços

#### PIB

Centro: 18,5% do PIB nacional

Centro: PIB per capita de €13.477

### **Contas regionais**

Portugal apresentou, em 2010, um Produto Interno Bruto (PIB) de €172.860 milhões. A região Centro contribuiu em 18,5% para o total deste valor, gerando um PIB de €32.019 milhões no mesmo ano. No que diz respeito ao PIB per capita, este teve um valor de €16.250 a nível nacional, aproximadamente mais €3.000 do que aquele verificado na região centro, de 13,5 milhares de euros per capita. Relativamente à produtividade aparente do trabalho, que afere o valor acrescentado por trabalhador, esta é significativamente menor na região centro do que a média nacional (€24.000 e €31.000 respectivamente). Também a remuneração média é menor na região Centro - menos €2.000 do que a média nacional de €20.000 por ano.

- ▶ O PIB da Serra da Estrela em 2010 ascendeu a €395 milhões, o que representou 0,2% do total do PIB de Portugal, e 1,2% do PIB da região Centro. Das três NUTS em análise, esta foi aquela que apresentou uma menor contribuição para o PIB da região nacional, e foi também aquela com menor PIB per capita. A remuneração média nesta região era, em 2010, de €16.000 de euros por ano, inferior à media da região Centro e inferior às médias da Beira Interior Norte e Cova da Beira. Apesar destes dados, a Serra da Estrela foi a NUT III com maior produtividade aparente do trabalho da CIM-BSE.
- A Beira Interior Norte gerou, em 2010, um PIB de €1.202 milhões, 0,7% do PIB nacional, e 3,8% do PIB da região Centro. No âmbito da CIM-BSE, foi a área que gerou o maior PIB e o maior PIB per capita. A remuneração média verificada foi também a mais elevada, de 18 mil euros ao ano, em linha com o valor médio da região centro. Relativamente à produtividade aparente do trabalho, a Beira Interior Norte apresentou valores baixos relativamente à região centro.
- ▶ O PIB da Cova da Beira totalizou 975 milhões de euros em 2010, tendo contribuído em 0,6% para o PIB nacional e em 3,0% para o PIB da região centro. A produtividade aparente do trabalho foi significativamente inferior à da região centro (€18.000 vs. €24.000 por trabalhador), e o valor da remuneração média foi também inferior à media regional em cerca de €1.000.

Na região Centro, os sectores que mais contribuíram para o Valor Acrescentado Bruto (VAB) foram as indústrias extractivas e transformadoras com 24,4% do VAB em 2010, o comércio por grosso e a retalho com 23,3% e a administração pública e





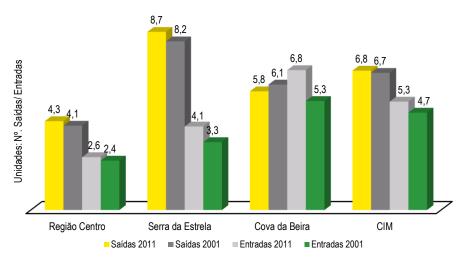
#### BSE: Mapa de acessibilidade da Região Centro

Fonte: Portugal Global



Proporção da população residente que sai e entra da unidade territorial (movimentos pendulares)

Fonte: CCDRC:



### 3) Dimensão Logística

Esta dimensão comporta as infraestruturas de apoio à competitividade territorial.

Para a presente unidade territorial e no que diz respeito ao mapa de acessibilidades constata-se um isolamento reflectido nas grandes distâncias e duração dos percursos rodoviários entre este território e os principais pólos de desenvolvimento e dinamismo nacionais e mesmo internacionais (Badajoz e Salamanca).

É de realçar ainda que face aos principais portos marítimos (Aveiro e figueira da Foz) o território em análise também não apresenta um posicionamento favorável ao multimodalismo imprescindível ao reforço da capacidade competitiva entendida como competitividade, ao nível territorial.

Segundo dados disponibilizados pela CCDR Centro, nos anos de 2001 e 2011 registaram-se mais saídas do que entradas de pessoas em todos os territórios. A proporção de entradas face a saídas manteve-se constante nos dois anos analisados. A falta de capacidade de retenção de capital humano, nomeadamente qualificado, tem sido uma preocupação constante, quer no anterior quadro de programação 2007-2013, quer no período de programação 2014-2020. A fraca capacidade de retenção de pessoas do território da CIM poderá ser justificada pela falta de oportunidades de emprego, e de atractividade do território, sendo estes alguns dos factores fulcrais a considerar na estratégia para os próximos 6 anos.

Em síntese, os indicadores analisados na dimensão logística revelam que existem barreiras ao nível das acessibilidades que condicionam um melhor desempenho económico e social do território da CIM. É necessário diminuir as distâncias e reduzir os custos de mobilidade, para que o território se torne ponto de referência ao nível económico (instalação de empresas, retenção de capital humano), social e de qualidade de vida.

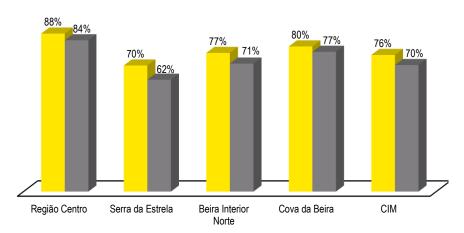






#### BSE: Poder de compra per capita em 2007 e 2011





Poder de compra per capita 2011 PT=100

■ Poder de compra per capita 2007 PT=100

#### 4) Dimensão Social

Esta secção pretende caracterizar o território da CIM Beiras e Serra da Estrela ao nível de alguns indicadores que contribuem para a qualidade de vida dos cidadãos.

O gráfico à esquerda revela que o poder de compra per capita registou diminuições de, em todos os territórios, entre os anos de 2007 e 2011. Esta diminuição está associada às elevadas taxas de desemprego que se têm registado, bem como ao aumento de preços generalizado. Salienta-se que comparativamente à média regional de 84 % e 88% para os anos de 2007 e 2012 respectivamente, o território da CIM Beiras e Serra da Estrela, apresentou nos dois períodos médias inferiores (70% para o ano de 2007 e 76% pra o ano de 2011), com destaque negativo para o território da Serra da Estrela, que registou as médias mais baixas, 62% e 69,8%.

Os indicadores analisados na dimensão económica e empresarial permitem-nos caracterizar o território da CIM Beiras e Serra da Estrela, marcado pelas elevadas e crescentes taxas de desemprego, onde o sector terciário é o principal criador de emprego, e simultaneamente o sector que mais valor acrescentado cria.

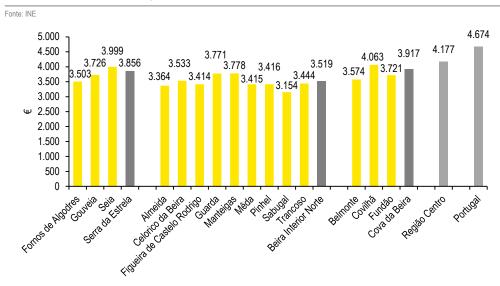
Ao nível empresarial, o território da CIM registou em 2012 um menor número de empresas com sede no território, registando também um rácio negativo entre criação e encerramento de empresas. Saliente-se de forma positiva o aumento da despesa em I&D realizado pelas empresas entres os anos em análise, que revela uma mudança de postura do tecido empresarial no território. O território da CIM Beira e Serra da Estrela também apresenta um melhor desempenho ao nível dos seus produtos, espelhado no aumento do peso das exportações destes produtos no PIB nacional.





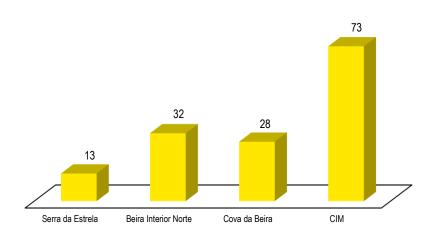


#### BSE: Valor médio anual das pensões em euros, 2012



#### BSE: Creches em 2012

Fonte: Carta Social



#### Protecção Social

O valor médio anual das pensões em Portugal é de € 4.674, enquanto que na região Centro este valor é inferior, situando-se nos €4.177 por beneficiário.

- Na CIM-BSE, o valor médio anual das pensões é significativamente inferior aos valores médios observados na região centro e no País. Deste território, a Cova da Beira é aquele que apresenta um valor médio de pensões mais elevado, de €3.917, enquanto que a Beira Interior Norte é aquele que apresenta um valor mais reduzido, de cerca de €3.519.
- O Sabugal é o município da CIM das Beiras e Serra da Estrela com o valor médio das pensões mais baixo (€3.154 anuais) e a Covilhã é o município com o valor médio das pensões mais elevado (€4.063 por ano).

De acordo com a Carta Social, no ano de 2012 existiam no território da CIM Beiras e Serra da Estrela 73 creches, 32 das quais no território da Beira Interior Norte. No ano em análise, a rede instalada de creches superou as necessidades em todas as NUTS III.

A existência de equipamentos e serviços de apoio social é um indicador fundamental para a promoção da coesão e da qualidade de vida num determinado território, atuando como elemento de base para a promoção da igualdade de oportunidades.

A população idosa (idade superior a 65 anos) nos territórios da Cova da Beira, Beira Interior Norte e Serra da Estrela representa mais de 60 mil pessoas, onde se registam índices de envelhecimento bastante elevados.

O gráfico na página seguinte demonstra que o território da CIM Beiras e Serra da Estrela apresenta uma boa cobertura de equipamentos de apoio à 3ª idade (centros de convívio, centros de dia, centros de noite, lar e residência e serviços de apoio domiciliário), num total de 599, destacando-se o município da Covilhã com 74 equipamentos de apoio a esta franja da população. Apesar da necessidade cada vez maior de proporcionar condições de vida melhoradas à população sénior, a capacidade instalada no ano de 2012 superou as necessidades apresentadas pelo território, o que valida algumas pretensões de capacitar estes equipamentos com serviços inovadores e de qualidade acrescida capazes de atrair novos clientes fora da CIM.





#### BSE: Equipamentos Sociais de apoio à 3ª idade em 2012

Fonte: Carta Social

Nº de Equipamentos	Sociais por Região
Almeida	36
Belmonte	11
Covilhã	74
Celorico da Beira	42
Fig. de Castelo Rodrigo	21
Fornos de Algodres	25
Fundão	63
Gouveia	51
Guarda	71
Manteigas	7
Meda	20
Pinhel	35
Sabugal	66
Seia	44
CIM	599

#### BSE: Creches em 2012

Fonte: Carta Social 16.962 12.822 6.501 3.573 2.748 Beira Interior Norte CIM Serra da Estrela Cova da Beira ■ Capacidade utilizada Capacidade instalada

Em suma, o território da CIM Beiras e Serra da Estrela oferece condições para a fixação de população, seja população activa (famílias jovens e com filhos), seja população sénior, onde a componente de cuidados de saúde é privilegiada. O conhecimento da realidade local, baseado na interpretação de documentos e de dados estatísticos disponíveis, e nos momentos de contacto com os agentes de desenvolvimento, permitiu sistematizar a matriz SWOT onde se identificaram as principais Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças do território da CIM Beiras e Serra da Estrela.







## 3.3. BSE: Análise dos principais Agentes Locais e Sinergias

A preparação de uma estratégia para o território das Beiras e Serra da Estrela, que seja coerente e integrada requer uma perspectiva holística quanto ao conjunto de agentes com intervenção local e ao entendimento das suas dinâmicas de relação.

Se é certo que as Comunidades Intermunicipais assumem uma posição nevrálgica na elaboração, condução e promoção das EIDT, não é menos verdade que estas entidades operam num ambiente em que outros stakeholders intervêm. É precisamente da consideração dessa coexistência e da importância da sua interacção que a tabela do Anexo I faz um levantamento de algumas das principais entidades com intervenção no território.

Nesse sentido, e não sendo o exercício exaustivo quanto à totalidade de entidades – inclusive pela dimensão que esta teria – o que importa reter é a necessidade das várias tipologias de agentes participarem tanto na construção da visão para o território, como nos projectos que venham a ser definidos, como ainda na monitorização do Plano.

Para efeitos de tipologia de agentes locais, consideram-se os seguintes domínios:

- Associativo: composto por associações empresariais, associações de produtores em diversos sectores de actividade:
- ▶ Grupos de Acção Local: esta tipologia de entidades, apesar de associativa, foi autonomizada uma vez que se tratam de entidades promotoras associadas aos DLBC;
- Sistema Científico e Tecnológico: composto por Universidades, Institutos Politécnicos, Escolas Profissionais, Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras;
- ▶ Sistema de Saúde e Terceiro Sector: entidades da rede de cuidados primários, da rede de cuidados secundários, da rede de cuidados continuados integrados, equipas domiciliárias, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Numa perspectiva mais estruturante, importa para além das entidades mapear as áreas de conhecimento e de *expertise* que esta rede permite assegurar no território. A tabela seguinte sintetiza as algumas das principais entidades locais e respectivos centros de competências, alguns dos quais resultam de uma lógica de parceria.

Entidades Locais do Sistema Científico e Tecnológico e Centos de Competências

Entidade	Localização
Universidade da Beira Interior (UBI)	Covilhã
Instituto Coordenador da Investigação (ICI)	Covilhã
Gabinete de Inovação e Desenvolvimento (GID)	Covilhã
Centro de Formação Interacção UBI Tecido Empresarial (CFIUTE)	Covilhã
Centro de Recursos de Ensino e Aprendizagem (CREA)	Covilhã
UBI Medical	Covilhã
Centro de Testes de Software	Covilhã
Centro de Biotecnologia (em parceria com IPCB)	Covilhã
Centro de Óptica	Covilhã
Instituto Politécnico da Guarda	Guarda
Inovação e Empreendedorismo - Polytechnic Two Business (P2B)	Guarda
Projecto Agritraining	Guarda
Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPBC)	Castelo Branco
Centro de Biotecnologia (em parceria com UBI)	Castelo Branco
Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã (Parkurbis)	Covilhã
Plataforma Logística de Iniciativa Empresarial (PLIE)	Guarda
Mercado Abastecedor da Cova da Beira	Covilhã
Incubadora Empresarial e Social	Fundão
Centro de Incubação Tecnológica da Guarda	Guarda
Centro Hospitalar da Cova da Beira	Fundão
Unidade de Medicina Nuclear	Fundão
Unidade Móvel de Saúde	Fundão

Fonte: Análise EY

No que se refere à UBI, são de referir diversos centros de competências relevantes. O Instituto Coordenador de Investigação (ICI) coordena as actividades de investigação da UBI, divulgando a actividade científica na instituição.







## 3.3. BSE: Análise dos principais Agentes Locais e Sinergias

O Gabinete de Inovação e Desenvolvimento (GID) desenvolve actividades no âmbito da gestão de projectos de I&D e de desenvolvimento tecnológico da UBI, de transferência de conhecimento e respectiva valorização económica, bem como de gestão e valorização da propriedade intelectual, dinamizando as relações empresariais e o apoio ao empreendedorismo. Trata-se, portanto, do centro de interface de referência da Universidade com o tecido empresarial.

O Centro de Formação Interacção da UBI Tecido Empresarial (CFIUTE), dedica-se a actividades formativas dirigidas a empresários, trabalhadores do sector público e privado, colaboradores e alunos da UBI, operando também numa lógica interacção entre a Universidade e as empresas. Neste âmbito, são entidades associadas do Centro o Parkurbis, o Centro de Inovação Empresarial da Beira Interior (CIEBI) e a Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior (AFTEBI).

O UBI Medical está vocacionado para actividades relacionadas com a Saúde, agregando diversos laboratórios e uma incubadora, estruturados nas vertentes de qualidade de vida e caracterização dos parâmetros de saúde pública. A ligação à comunidade local é um elemento fundamental do projecto.

O centro de testes de software resulta de uma parceria na área das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) entre a UBI e o Município do Fundão, que se consubstancia na instalação de um pólo em cada uma das entidades e que numa fase posterior avançará para a certificação de software.

O centro de biotecnologia resulta de uma parceria entre o Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) e a UBI e respeita às áreas da biologia da reprodução animal e da biotecnologia de plantas. Em particular, está em curso a criação do Centro de Biotecnologia de Plantas da Beira Interior no Fundão.

O centro de óptica da UBI (COUBI) é outro instituto de I&D da Universidade dedicado aos domínios da óptica e da caracterização e análise de materiais, que existe desde a década de noventa.

No âmbito do Instituto Politécnico da Guarda (IPG), há a referir o Polytechnic Two Business, o interface de relação entre o IPG e o tecido empresarial. Este centro coloca ênfase nas competências politécnicas de desenvolvimento de projectos empresariais, sejam de iniciativa interna (spin-offs), sejam de iniciativa externa (start-ups), visando o aparecimento de novos produtos e ou processos.

O projecto Agritraining insere-se no âmbito das Estratégias de Eficiência Colectiva, nomeadamente o cluster agro-industrial, e consistiu na colaboração na área formativa com um conjunto de parceiros , nomeadamente o IPG, a UBI, o IPCB e o InovCluster.

Em matéria de sinergias nas áreas de acolhimento empresarial no domínio científico e tecnológico, há também a destacar o Parkurbis - Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, que resulta da cooperação de um conjunto de Municípios (Covilhã, Belmonte, Manteigas), empresas (Portugal Telecom, Frulact, Caixa Geral de Depósitos, Auto Jardim Automóveis, Caixa de Crédito Agrícola), Associações (ANIL, AECBP, NERCAB, FLAD e IAPMEI) e da UBI. Esta estrutura, já por si colaborativa, actua como facilitadora da actividade empresarial, permitindo às empresas aí localizadas acederem e beneficiarem de factores críticos para a sua implantação e competitividade: investigação e desenvolvimento (I&D), inovação, financiamento (incluindo incentivos), informação e redes informais de colaboração.

O Parkurbis apresenta dois focos principais em termos de actividade empresarial:

- Incubação de empresas: a partir de ideias locais fundamentalmente originadas no sistema científico e tecnológico local e na UBI em particular. Há também a referir a prestação de serviços de apoio desta instituição a empresas e o desenvolvimento de projectos de I&D em consórcio.
- Instalação na Região de empresas ou departamentos com elevado conteúdo de I&D e tecnológico como é o caso dos "centros de desenvolvimento" provenientes de outras regiões. O Parkurbis proactivamente aposta na captação de investimento, tendo já assegurado a instalação de *call centers* Teleperformance e PCmedic e de centros de desenvolvimento de produto Infosistema, Methodus Inovação, Roff SDF, TIM we Lab e Winprovit.

A proximidade institucional com a Universidade, o Centro Hospitalar, as Associações Industriais, Municípios e empresas localizadas na Região propicia a mobilização de recursos e de infra-estruturas num mesmo sentido e que é, igualmente, favorável a empreendedores e investidores que, assim, encontram numa mesma rede os contactos e recursos de que necessitam.







## 3.3. BSE: Análise dos principais Agentes Locais e Sinergias

Em matéria de acolhimento de negócios, há ainda a referir a incubadora empresarial e social do Fundão, incluindo o Fab Lab Aldeias do Xisto, e o centro de incubação tecnológico da Guarda.

No âmbito das entidades das Beiras e Serra da Estrela e respectivas sinergias há a referir um conjunto de infra-estruturas económicas como o mercado abastecedor e a Plataforma Logística de Iniciativa Empresarial (PLIE).

Esta plataforma configura-se como um centro logístico empresarial que visa concentrar um conjunto de serviços de apoio ao sector industrial, posicionando-se como eixo entre Lisboa, Porto e Madrid, na facilitação das operações comerciais por meio terrestre.

No que se refere ao domínio da Saúde são de referiralques projectos de cooperação tecnológica dos Centros Hospitalares da Cova da Beira (CHCB) e da Guarda.

Ainda em matéria de sinergias, há a referir um conjunto de entidades formativas, com vocação tanto generalista, como sectorial, espalhadas pelo território, conforme sintetizado na tabela seguinte. Este conjunto de entidades presta serviços formativos, tanto de âmbito generalista - em áreas transversais - como de âmbito sectorial, quando especificamente vocacionados para um determinado sector de actividade.

#### Entidades Locais de Formação e Âmbito

Designação	Âmbito	Localização
Centro de Formação Profissional de Vilar Formoso (CAIS)	Geral	Almeida
Instituto de Emprego e Formação Profissional da Guarda	Geral	Celorico da Beira
Centro de Formação Profissional Agrária de Castelo Rodrigo	Agrícola	Figueira de Castelo Rodrigo
Ás d'Aprender - Apoio Escolar e Formação Profissional	Geral	Guarda
Centro de Formação Agrícola da Guarda (CAP)	Agrícola	Guarda
Centro de Formação Assistência e Desenvolvimento	Geral	Guarda
Centro de Formação e Gestão (CFG)	Geral	Guarda
Serviços Clínicos e Formação (Cliniform)	Saúde e segurança no trabalho	Guarda
Escola Profissional da Guarda (Ensiguarda)	Geral	Guarda
Filomarketing	Geral	Guarda
Gesto Apreciativo	Geral	Guarda
Microguarda - Formação Profissional	Geral	Guarda
Núcleo Empresarial da Região da Guarda (NERGA)	Geral	Guarda
Licinio Ribeiro Estrela	Tecnológico	Manteigas
Comunilog	Geral	Mêda
Centro de emprego de Pinhel	Geral	Pinhel
Associação dos Jovens Agricultores da Beira Interior	Agrícola	Pinhel
Associação de Criadores Ruminantes e Produtores Florestais do Concelho do Sabugal	Florestal	Sabugal
Associação Desenvolvimento Sabugal (ADES)	Geral	Sabugal
Associação Empresarial do Nordeste da Beira (AENEBEIRA)	Geral	Trancoso
IEFP	Geral	Trancoso
Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira (Raia Histórica)	Geral	Trancoso
Talentos de topo	Geral	Belmonte
Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor (AECBP)	Geral	Covilhã
Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior (AFTEBI)	Tecnológico	Covilhã
Centro de Apoio Empresarial (Aport Gest)	Geral	Covilhã
Assistência a Empresas e Consultadoria (ASSEC)	Geral	Covilhã
Associação Empresarial da Covilhã	Geral	Covilhã
Centro de Inovação Empresarial da Beira Interior (CIEBI)	Geral	Covilhã
Centro de Formação Profissional para a Indústria de Lanifícios (CILAN)	Indústria e lanificios	Covilhã
Centro Tecnológico das Industrias Têxtil e do Vestuário de Portugal (CITEVE)	Indústria têxtil e do vestuário	Covilhã
CODINFOR - Consultoria e Formação	Geral	Covilhã
CooLabora CRL	Geral	Covilhã
Escola Profissional Agricola Quinta da lageosa	Geral	Covilhã
Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Baixa (ADIBB)	Geral	Covilhã
Cooperativa de Educação e Formação Profissional (Cecobeira Prof.)	Geral	Covilhã
Centro de Formação Avançado	Polimentos, relojoaria e joalharia	Fundão
Comunilog	Geral	Fornos de Algodres
Associação de Promoção de Fornos de Algodres	Geral	Fornos de Algodres
Instituto de Gouveia	Geral	Gouveia
Conclusão - Estudos e Formação	Geral	Seia
Computação Gráfica e Imagem (EDICAD)	Tecnológico	Seia
Forinova, Consultoria e Formação	Geral	Seia









No que se refere ao posicionamento estratégico das Beiras e Serra da Estrela, a tabela infra sintetiza os principais elementos da sua envolvente interna (forças e fraquezas) e da sua envolvente macro (oportunidades e ameaças).

Relativamente às forças desta sub-Região do Centro de Portugal, há desde logo a salientar o posicionamento geográfico, sobretudo na lógica Ibérica. A valia do património natural e o conjunto de recursos endógenos associados ao clima e aos produtos das actividades agrícola e florestal fornecem uma base relevante tanto de exploração económica, como de valorização territorial e de preservação ambiental. Outro conjunto de elementos que resultam da envolvente interna das BSE reside na diversidade de instituições, seja na componente científica e tecnológica (universidades, centros tecnológicos, incubadoras), seja na componente de apoio ao empreendedorismo, seja ainda na componente social (cuidados de saúde e assistência social) e cultural (equipamentos de educação, cultura e lazer).

As especificidades dos recursos endógenos e a sua exploração pelos agentes locais, seja na agro-indústria, seja no turismo, seja noutro tipo de actividades económicas tem proporcionado casos bem sucedidos que importa intensificar numa lógica de actuação e de promoção agregada. É o caso das produções agroindustriais e das Associações de produtores, bem como da oferta turística em segmentos diferenciadores como o turismo natureza, o turismo senior ou o turismo de bem-estar.

Do lado das fraquezas, o contexto empresarial do território encerra em si um conjunto de características que importa combater. É o caso da reduzida dimensão, capacidade inovadora e internacionalização do tecido produtivo local, bem como a falta de cultura de cooperação entre stakeholders. Estes factores limitam a dinâmica económica local, bem como a atractividade de novos investimentos, existindo no entanto uma base para a sua resolução, mediante:

▶ A aposta num ciclo virtuoso de colaboração que promova a massa crítica e confira visibilidade à Região e à ao seu perfil de especialização económica em torno do turismo, do agro-alimentar;

A combinação de actividades tradicionais (agro-indústria, têxtil) com o investimento em sectores emergentes, nomeadamente o turismo de nicho, as tecnologias de informação e comunicação e os serviços, aproveitando as competências de entidades locais no domínio científico e tecnológico, bem como as respectivas infra-estruturas, equipamentos e actividades.

Apesar do investimento em infra-estruturas no ciclo comunitário anterior, existe ainda espaço e oportunidade para a capacitação em infra-estruturas económicas como a rede logística, o transporte ferroviário (pessoas e mercadorias) e o transporte rodoviário.

O elemento de desertificação, tanto populacional, como do solo que caracteriza parte da Região deve ser combatido com uma dinâmica económica que favoreça a fixação de pessoas e a valorização territorial.

A análise das oportunidades das BSE destaca a possibilidade de atrair investimento com base nas infra-estruturas e competências locais, bem como no efeito de arrastamento que investimentos recentes como data center da PT na Covilhã ou o Centro de Serviços Partilhados da Altran no Fundão.

A aposta em sectores emergentes, baseados no conhecimento e qualificações, mas apoiados nos recursos endógenos será também uma oportunidade para alavancar a dinâmica económica local, promover o emprego qualificado e atrair a fixação de jovens quadros.

No caso do turismo, a promoção conjunta através de marcas-chapéu e alavancagem no património, actividades e recursos locais, constitui uma estratégia de enriquecimento da experiência turística e da oferta de valor diferenciador face a outras localizações. Ainda no campo de exploração económica cabe referir o potencial associado às energias renováveis e ao aproveitamento da biomassa.

Para todas estas apostas, há a referir o potencial oferecido pelo associativismo e pelo alcance de massa crítica.







No que se refere às ameaças, o território das BSE não é alheio ao contexto macroeconómico e às dificuldades económicas e financeiras que o País atravessou nos últimos anos. Apesar dos sinais recentes de recuperação, subsistem também carências estruturais no plano de acessibilidades e infra-estruturas, cuja resolução é dificultada pela falta de prioridade de intervenção pública neste domínio e pelas características de baixa densidade do território.

A concorrência de outros territórios, tanto na Região Centro, como noutras NUT II, pela atracção de investimento é também um aspecto a ter em linha de conta no posicionamento estratégico das BSE. Neste âmbito, os custos de contexto associados à interioridade são uma característica estrutural mais vincada, que podem ser contrariados, sobretudo numa lógica de discriminação positiva em sede de incentivos financeiros ou de outra natureza.

Há também que referir o impacto das alterações climáticas no contexto ambiental e a continuação do processo de desertificação humana e do solo, cuja resposta requer um processo de reforço de atractividade económica, via novos investimentos, que dinamizem o território do ponto de vista económico mas também social.

Na sequência da caracterização do território das Beiras e Serra da Estrela, e dos seus 15 municípios integrantes, é possível posicionar estrategicamente aquele território, quanto às forças e fraquezas da envolvente interna, mas também ameaças e oportunidades da envolvente externa.

Neste contexto, é da maior importância sintetizar os principais desafios que se colocam na elaboração da EIDT em geral, e do Beiras e Serra da Estrela 2020 em particular.

No que se refere aos desafios transversais a uma EIDT, há a referir a importância de apostar em projectos que promovam e potenciem:

▶ Redes de cooperação: pela participação conjunta de entidades de naturezas diversas – municípios, empresas, sistema científico e tecnológico e outros facilitadores;

- Especialização produtiva inteligente: pela combinação virtuosa de áreas de conhecimento e sectores de actividade económica:
- ▶ Infra-estruturas existentes: alavancar as estruturas existentes, apostando na sua dinamização numa lógica integrada.

No que se refere aos desafios do Beiras e Serra da Estrela 2020 (BSE 2020), há, adicionalmente, a referir a importância de reconhecer um conjunto de características.

#### Governação

Um primeiro grande desafio da EIDT das Beiras e Serra da Estrela está relacionado com a governação da estratégia e do respectivo plano de acção.

A este respeito, há a destacar duas dimensões principais. Uma que resulta da capacidade que a CIM-BSE, enquanto promotora da estratégia, tem de assegurar no sentido de promover a articulação virtuosa dos diversos stakeholders, reconhecidas que são as suas competências e valências para o território.

De facto, o diagnóstico estratégico revelou que tanto a Região Centro, como as Beiras e Serra da Estrela padecem de um défice de coordenação inter-institucional e de reduzida cultura de parcerias e, nesse sentido, a capacidade de mobilizar os agentes para um fim comum, também promovida pela ênfase das orientações do Novo Ciclo 2014-2020 de atribuição de fundos comunitários que privilegiam a natureza conjunta dos projectos, é um factor crítico para o sucesso da EIDT BSE 2020 e para a resposta a problemas estruturais do território das Beiras e Serra Estrela.

Uma segunda dimensão de governação está relacionada com as alterações legais no enquadramento das Autarquias Locais e que, no caso do território em apreço, significou a fusão de duas Comunidades Intermunicipais — Comurbeiras e CIM-SE. Se é verdade que esta fusão veio promover a massa crítica ao nível da organização intermunicipal, ela veio também lançar desafios quanto à conciliação de culturas diferentes de funcionamento das Comunidades Intermunicipais e à passagem de 12 para 15 municípios.







#### **Análise SWOT**

#### Forças

Localização geográfica estratégica no contexto ibérico

Recursos naturais preservados

Património natural e construído de interesse, nomeadamente Serra da Estrela, Serra da Gardunha, Serra da Malcata e áreas protegidas

Potencial turístico e existência de unidades de alojamento

Imagem das marcas Serra da Estrela, Aldeias Históricas, Aldeias de Xisto, Aldeias de Montanha e Rede de Judiarias

Produtos endógenos de qualidade

Cobertura de equipamentos sociais para assistência a diversos grupos (Idosos, Crianças e Pessoas portadoras de deficiência)

Existência de agências de desenvolvimento local/regional

Existência de serviços de apoio aos investidores

Capacidade de atração de empresas em sectores emergentes

Bacia Hidrográfica do Mondengo (barragens, abastecimento de águ, energia, pesca, turismo)

Existência de infra-estruturas e equipamentos de Educação, Cultura e de Lazer

Existência de Entidades do Sistema Científico e Tecnológico relevantes (Instituições do EnsinoSuperior, Centros e Unidades de Investigação,

Parques Industriais e Tecnológico com especializações sectoriais, incubadoras)

#### Fraguezas

Tecido produtivo dominado por empresas de reduzida dimensão e fraca capacidade de internacionalização

Introdução diminuta de factores inovadores nos sectores tradicionais e das TIC

Desarticulação e desfragmentação da oferta turística

Desarticulação entre entidades e serviços de apoio ao empreendedorismo

Inexistência de plataformas logísticas, transporte aéreo de passageiros e mercadorias

Rede de transportes deficitária

Limitações à ocupação e utilização do território e degradação do solo

Cobertura insuficiente ao nível da drenagem e tratamento de águas residuais

Abandono dos espaços rurais e elevados fluxos migratórios

Nível do PIB per capita abaixo da média regional e nacional

Subordinação a centros de distribuição exteriores à região

Dificuldade de articulação entre entidades locais

#### Oportunidades

Efeito spillover de investimentos realizados por empresas de base tecnológica

Construção e requalificação das infraestruturas de transportes e comunicação

Fixação de quadros qualificados como base de rejuvenescimento económico e populacional

Potencial de procura de produtos de qualidade e incorporação de valores naturais

Oferta turística diversificada alavancada nos recursos endógenos e nas marcas do território

Potencial económico e ambiental das energias renováveis

Possibilidade de aproveitamento da biomassa

Fortalecimento de parcerias público/privadas

Atracção de investimentos estruturantes e acolhimento de empresas em sectores de base tecnológica, aproveitando as infra-estruturas existentes

Ameaças

Condições Macroeconómicas

Persistência de debilidades no plano de acessibilidades e em infraestruturas

Concorrência directa de territórios mais competitivos e atractivos e de sistemas urbanos em desenvolvimento

Falta de capacidade inovadora e organizativa dos produtos agrícolas regionais

Custos de contexto associados à interioridade

Alterações dimáticas

Continuação do processo de desertificação humana (decréscimo e envelhecimento populacional) e do solo

Território de baixa densidade

Fraca cultura de cooperação institucional

Fonte: Análise EY







### Monitorização e Avaliação

Um segundo desafio da EIDT BSE 2020 – associado à unidade territorial e à estruturação do território em três NUTS III (Beira Interior Norte, Cova da Beira e Serra da Estrela) – prende-se com a capacidade de monitorizar a Estratégia Intermunicipal. Tratando-se as Beiras e Serra da Estrela de um território recente do ponto de vista de organização administrativa, não estão disponíveis pontos de partida que estabeleçam as bases de definição de metas e de monitorização do seu progresso. Tratando-se de um desafio, é também uma oportunidade para definição de bateria de indicadores alinhadas com o barómetro da Região Centro coordenado pela CCDRC.

Reconhecimento da baixa densidade na política de intervenção (discriminação positiva)

Tratando-se as Beiras e Serra da Estrela de um território de baixa densidade, caracterizado pela relativa extensão de território face à sua ocupação e concentração populacional e perfil de exploração económica, importa, por um lado reconhecer actuações distintas entre o Eixo Urbano e as zonas de menor densidade e, por outro lado, reconhecer a necessidade de implementar projectos na área na prestação de serviços públicos de saúde e de saúde, mas também de transporte adaptados a essa realidade de reduzida massa crítica.

Ligação do território das Beiras e Serra da Estrela com diversas geometrias, uma vez que a dimensão territorial nem sempre coincide com a área de intervenção económica

- Cooperação transfronteiriça (Castela Leão e Extremadura)
- Outras Comunidades Intermunicipais: nomeadamente CIM-Beira Baixa
- Grupos de Acção Local

#### Optimização das fontes de financiamento

O sucesso da EIDT BSE 2020 está dependente da optimização de fontes de financiamento comunitário, atendendo ao novo paradigma de investimento público, sobretudo assente no recurso a fontes comunitárias, em face das limitações orçamentais nacionais e da imperiosa necessidade de reequilíbrio das contas públicas:

- ▶ Programa Operacional Regional (Centro 2020)
- ▶ PRODER
- Programas Operacionais Temáticos
- Abordagens Territoriais Integradas

Em suma, o território das Beiras e Serra da Estrela resulta de uma estrutura territorial recente, na sequência da fusão das Comunidades Intermunicipais locais. Apesar da fraca cultura de coesão e de cooperação, das características de baixa densidade e, consequentemente, dos problemas de atractividade, o território das Beiras e Serra da Estrela dispõe também de um conjunto de valências em torno dos seus recursos endógenos (Serra da Estrela, produtos agro-alimentares e florestais, rede de aldeias e património cultural, entre outros), bem como dinâmicas económicas que se tem vindo a afirmar. De referir, em concreto, tanto as actividades em torno da exploração desses recursos endógenos – associadas ao turismo e actividades conexas (animação turística, agro-alimentar, saúde e bemestar) – mas também a actividades emergentes, como as tecnologias de informação.

Existe, portanto, uma janela de oportunidade para que este território recentemente estruturado tire partido das suas especificidades – recursos endógenos, baixa densidade e interioridade – através de uma visão concertada dos agentes locais e de intervenções ajustadas a essa realidade.







## 4. Estratégia "BSE 2020"

1.	Missão e Visão da EIDT Beiras e Serra da Estrela 2020	65
2.	Posicionamento da BSE no contexto de política pública comunitária, nacional e regional	68
3.	EIDT BSE 2020: Eixos e áreas temáticas	71
1	Árgas Tamáticas das Reiras a Sarra da Estrela 2020	76







Estratégia "BSE 2020" Introdução

## Introdução

O presente capítulo procede à estruturação da EIDT "Beiras e Serra da Estrela 2020", no que se refere à ambição, eixos estratégicos e às áreas temáticas de intervenção.

A EIDT BSE 2020 apresenta, no novo quadro de fusão de Comunidades Intermunicipais (CIM), a especificidade de ter resultado de um processo de fusão, no âmbito do novo quadro legal, nomeadamente da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. Apesar da transversalidade de algumas características — o território em causa apresenta realidades e dinâmicas distintas. Atendendo a essas características, os stakeholders locais reconhecem a necessidade de unirem esforços em prol de uma visão comum e de uma estratégia integrada para a Região das Beiras e da Serra da Estrela, que se constitua efectivamente como uma marca de planeamento local.







## 4.1. Missão e Visão da EIDT Beiras e Serra da Estrela 2020

A identidade do território e das populações que integram a actual Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIM-BSE) nasce de uma herança que se caracteriza por ser:

- marcadamente forte, definida desde sempre pela adaptação do homem a um ambiente simultaneamente agreste e de elevada beleza natural, que resultou na adaptação das gentes à paisagem e na criação de uma cultura própria, baseada numa ética de trabalho rigorosa e na capacidade de assumir os próprios destinos:
- genuinamente interior, autêntica enquanto território único, dinâmica enquanto encruzilhada de ligação entre regiões, central pelo que o seu posicionamento raiano representa nas dinâmicas de comércio e na ligação entre povos;
- orgulhosamente Portuguesa, herdeira dos desígnios iniciais da fundação, fonte de produtos e marcas que são ícones da agricultura e da gastronomia nacionais, símbolo de preservação de património histórico, religioso, cultural e natural;

A ausência de investimento em infra-estruturas de ligação ao resto do País e de apoio às empresas locais, tardiamente atenuada, tolheu desde sempre o potencial de desenvolvimento económico da Região, resultando numa situação de empobrecimento visível num PIB per capita claramente inferior à média nacional. A Região orgulha-se da rede internacional que resultou do arrojo dos que foram levados a emigrar à procura de melhores perspectivas de vida mas que nunca perderam a ligação ao território.

É também central à identidade da Região o espírito de não conformação às dificuldades, de que resulta uma herança importante em termos industriais e agrícolas. Com alguns dos sectores tradicionais severamente afectados pela globalização, a capacidade e o sacrifício dos empresários da região tem sido essencial para:

▶ Proteger os produtos tradicionais, assegurando a sua adaptação às exigências modernas de mercado sem deixar de respeitar os princípios artesanais que lhes granjearam reconhecimento, e acautelando a protecção das marcas que os ligam ao território;

- ▶ Dinamizar novas actividades económicas que valorizam o património natural, cultural e arquitectónico, projectando a imagem da Região pela promoção de novos fluxos turísticos e de uma maior visibilidade global dos produtos regionais;
- Inovar assegurando uma melhor ligação à Universidade e aos centros de investigação e aproveitando a maior qualificação das populações para atrair novas actividades de valor acrescentando, baseadas nas novas tecnologias e na capacidade de acesso instantâneo aos mercados globais.

Sem que estejam superadas as consequências de séculos de sub-investimento, o inconformismo das gentes da CIM-BSE une-se na Visão de uma região:

- Autêntica, que vai acautelar um progresso económico baseado no respeito dos valores naturais, culturais e patrimoniais da Região;
- Inclusiva, propriciadora de oportunidades para as novas gerações, com capacidade de enquadramento das competências e valências dos que quiserem regressar à sua origem e com um acompanhamento próximo das gerações mais experientes, enquanto guardiãs das tradições e dos valores do território e merecedoras, pelos seus sacrifícios passados, dos benefícios económicos dos novos tempos:
- ► Empreendedora, com capacidade para gerar e atrair empreendedores, criando emprego e gerando valor acrescentado;
- ▶ Internacional, com empresários locais activamente envolvidos nos mercados globais, promovendo produtos regionais e atraindo fluxos turísticos, tornando a Região atractiva para a relocalização de actividades de outras partes do País e para investidores estrangeiros.

Através desta Visão, a Região pretende a médio prazo, isto é, nos próximos cinco anos reforçar o processo de convergência económica e social, tanto com a média da Região Centro, como com os referenciais médios nacionais. A região das Beiras e Serra da Estrela têm vindo a fazer progressos assinaláveis, tal como retratado no capítulo anterior, mas existe uma caminho a percorrer no sentido de sustentar essa trajectória.







## 4.1. Missão e Visão da EIDT Beiras e Serra da Estrela 2020

Neste contexto, o processo de convergência, reflectido na criação de riqueza, e, consequentemente no aumento sustentado do PIB local será reflexo das seguintes áreas de aposta:

- ▶ Vocação exportadora, aferida pelas exportações
- Capacidade de inovação, aferida pelo investimento em I&D
- Aumento de produtividade
- ▶ Rejuvenescimento demográfico, aferido pelo aumento da população.







## 4.2. Posicionamento da BSE no contexto de política pública comunitária, nacional e regional

Esta secção visa posicionar a Região das Beiras e da Serra da Estrela no contexto das principais orientações de política pública, tanto comunitária, como nacional e regional.

Com efeito, a elaboração da EIDT BSE 2020 não pode ser alheia aos documentos de política e respectivas linhas directrizes, nomeadamente de enquadramento comunitário, nacional e regional.

Este enquadramento é crítico não apenas para a consistência da EIDT em termos de alinhamento com as políticas públicas vigentes ou em curso – como acontece com a preparação do período de programação de fundos 2014-2020 – mas também como base futura de consistência dos projectos que venham a ser desenvolvidos, seja com recurso a fundos comunitários, seja com outro tipo de recursos financeiros.

O exercício de estruturação da EIDT-BSE parte do alinhamento com duas dimensões principais:

- ▶ Directrizes comunitárias, nacionais e regionais em matéria do Novo ciclo de programação comunitária 2014-2020: Europa 2020, Portugal 2020, RIS3 (Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation) e CRER (Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente) e respectivo Programa Operacional da Região Centro;
- ▶ Políticas públicas nacionais de âmbito sectorial, nomeadamente nas áreas do 1) ordenamento do território; 2) agricultura; 3) transportes; 4) turismo; 5) saúde; 6) educação; 7) inovação; e 8) logística.

Com efeito, a tabela seguinte sintetiza os eixos orientadores aos diversos níveis de intervenção no âmbito do novo ciclo de programação comunitária 2014-2020. Os vectores de crescimento inerentes à estratégia europeia – inteligente, sustentável e inclusivo - salientam a ênfase no conhecimento, na inovação, na eficiência e nas qualificações enguanto base do crescimento e desenvolvimento da União Europeia.

EIDT BSE 2020: Alinhamento Macro com Orientações Comunitárias

União Europeia	Portugal	Região Centro -CCDRC	CIM-PEDI
Europa 2020	Portugal 2020	Estratégia CRER 2014-20/RIS3	BSE 2014-2020
Crescimento:  Inteligente: conhecimento e inovação  Sustentável: competifividade e eficiência Inclusivo: capacitação e qualificações	Directrizes:  Orientação para resultados Prioridade à competitividade Integração de fundos Racionalidade económica Articulação de fontes de financiamento Simplificação de procedimentos	Competifividade:  Responsável: ambiente, qualidade de vida  Estruturante: valor acrescentado  Resiliente: sustentada  Prioridades nucleares:  Rede policêntrica de médias cidades  Tecido industrializado, exportador, inovador  Coesão territorial  Gerar, captar e reter talento  Sustentabilidade das infraestruturas existentes  Consolidar a capacitação industrial	Desaílos  Redes de cooperação  Especialização produtiva inteligente  Enfoque em infraestruturas existentes

Fonte: Análise EY

A declinação de cada Estado-membro quanto a esses princípios resultou, no caso Português, no Portugal 2020, cujas directrizes beneficiam também da experiência e aprendizagem face a ciclos de programação comunitária anteriores. Nesse sentido, e para o período 2014-2020, Portugal encara como orientações críticas para assegurar uma estratégia de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, ênfase na (i) orientação para resultados e racionalidade económica, (ii) competitividade; (iii) integração de fundos e articulação de fontes de financiamento; e (iv) simplificação de procedimentos.







## 4.2. Posicionamento da BSE no contexto de política pública comunitária, nacional e regional

No que se refere ao nível regional, há a destacar duas iniciativas estratégicas principais: por um lado, a estratégia de competitividade cujos vectores – responsável, estruturante e resiliente – estão em linha com aqueles europeus, promovendo uma linha de actuação que promova a qualidade de vida, o valor acrescentado e seja sustentável; por outro lado, a estratégia RIS3, de Investigação e Inovação para Especialização Inteligente. As prioridades nucleares da estratégia regional vão também ao encontro das directrizes europeias, definindo-se em torno da promoção económica baseada na inovação, nas qualificações, na coesão territorial e na sustentabilidade das infra-estruturas existentes.

Este enquadramento comunitário, nacional e regional suscita, desde logo, como factores críticos para a EIDT BSE 2020:

- ▶ Aposta nas redes de cooperação, desenvolvendo projectos que resultem da participação conjunta dos stakeholders locais (municípios, empresas, entidades do sistema científico e tecnológico e outros facilitadores);
- ► Especialização produtiva inteligente: combinação virtuosa de áreas de conhecimento e sectores de actividade económica:
- ▶ Enfoque nas infra-estruturas existentes: alavancar as estruturas existentes, apostando na sua dinamização numa lógica integrada, bem como em iniciativas imateriais.

A tabela seguinte, relativa ao alinhamento micro de políticas comunitárias, sintetiza a estrutura de cada estratégia e a sua operacionalização.

O alcance das metas europeias reflecte-se, a nível nacional, na estruturação de um conjunto de programas, com realce para os quatro temáticos — (i) competitividade e internacionalização; (ii) inclusão social e emprego; (iii) capital humano; e (iv) sustentabilidade e eficiência no uso de recursos e os cinco regionais, correspondentes às NUTS II de Portugal Continental.

#### EIDT-BSE 2014-2020: Alinhamento micro de Políticas Comunitárias

União Europeia	Portugal	Região Centro -CCDRC	CIM-PEDI
	Portugal	•	
Europa 2020	Portugal 2020	Estratégia CRER 2014-20/RIS3	BSE 2014-2020
Metas:  *75% da população entre os 20 e os 64 anos empregada  *3% do PIB da EU investido em I&D  *Cumprimento das metas em matéria de energia  *Redução de 10% da taxa de abandono escolar precoce e 40% da geração mais jovem com formação superior  *20 milhões de pessoas não estarem sujeitas ao risco de pobreza	Competitividade e internacionalização Inclusão social e emprego Capital humano Sustentabilidade e eficiência no uso de recursos	Eixos:  Internacionalização da economia regional e afirmação de tecido económico resiliente  Reforçar o potencial humano e institucional  Fortalecer a coesão social e territorial  Consolidar a atractividade e a qualidade de vida  Afirmar a sustentabilidade dos recursos  RIS3:Estratégia de Especialização Inteligente  Reforçar a I&D+i  Melhorar o acesso e a utilização de TIC  Domínios diferenciadores:  Agricultura  Floresta  Mar  Turismo  TICE  Materiais  Biotecnologia  Saúde e bem-estar  RIS3 Domínios transversais prioritários:  Produtividade industrial sustentável  Eficiência energética  Inovação rural	Reforçar a atractividade e conectividade do território  Afirmar o posicionamento estratégico da Região combase na inovação e no conhecimento  Promover uma Região inclusiva  Consolidar uma Região inclusiva  Consolidar uma Região Sustentável  Áreas terráticas  Inovação, internacionalização e atracção de investimento produtivo  Turismo e Agro-Industrial  Logistica, Mobilidade e Serviços Básicos  Capital Humano e Modernização Administrativa  Saúde, Terceiro Sector e Desenvolvimento Social

Fonte: Análise EY







## 4.2. Posicionamento da BSE no contexto de política pública comunitária, nacional e regional

No que se refere à estratégia regional, há a destacar os cinco eixos da Estratégia CRER:

- Internacionalização da economia regional;
- Reforço do potencial humano e institucional;
- Coesão social e territorial
- Consolidação da atractividade e da qualidade de vida;
- Sustentabilidade dos recursos.

Estes eixos estão também alinhados com a estratégia de Investigação e Inovação para Especialização Inteligente (RIS3) do Centro que coloca ênfase na I&D e inovação, bem como no recurso às tecnologias de informação e comunicação.

O alinhamento regional estratégico é também assegurado em termos de domínios de intervenção, sendo que a Estratégia CRER centra-se em áreas temáticas onde a Região Centro apresenta vantagens competitivas — onze domínios diferenciadores no total (oito temáticos e três transversais) — e a RIS3 destaca a eficiência energética, a inovação rural e, mais genericamente, a a produtividade industrial como domínios prioritários. Em particular, a RIS3 do Centro define quatro áreas transversais de actuação que se consubstanciam nas seguintes 10 apostas:

#### RIS 3 do Centro de Portugal

Fonte: CCDRC

		Plataformas	de Inovação	
	Soluções Industriais Sustentáveis	Valorização e uso eficiente dos recursos endógenos	Tecnologias ao serviço da qualidade de vida	Inovação territorial
	Optimização sustentada da produtividade industrial	Fontes energéticas alternativas	Futuro digital	Inovação rural
Apostas indicativas	Desenvolvimento e utilização	Desenvolvimento das cadeias de valor associadas aos	Inovação centrada na saúde	Cidades sustentáveis, criativas e inteligentes
	le materiais recursos endógenos naturais		Envelhecimento activo e saudável	I&D e inovação no turismo







## 4.3. EIDT BSE 2020: Eixos e áreas temáticas

O território das Beiras e Serra da Estrela apresenta uma Visão autêntica, inclusiva, empreendedora e internacional. Neste contexto, a Estratégia da Região estrutura-se em torno de quatro eixos estratégicos e de dois eixos transversais, tal como representado na figura seguinte.

EIDT-BSE 2020: Eixos Estratégicos

Fonte: EY

#### Governação do PEDI: capacitação da CIM

Eixo I: Reforçar a atractividade e conectividade do território

 Redes, Coesão Territorial, Capacitação hard infraestruturas públicas - logística, água e saneamento, incubação de negócios como PCT e incubadoras - TIC

Eixo II: Afirmar o posicionamento estratégico da Região com base na inovação e no conhecimento

 Redes soft - cooperação com SCT, acções promocionais do território, Empreendedorismo, Internacionalização, Especialização produtiva

Eixo III: Promover um Região inclusiva

 Qualificações, Educação, Terceira Economia, Igualdade de Género, Jovens e Demografia

Eixo IV: Consolidar uma Região Sustentável

• Tecnologias verdes, utilização eficiente de recursos

Interconectividade da Região com a sua envolvente externa

Os quatro eixos - (i) atractividade e conectividade; (ii) posicionamento estratégico com base na inovação e no conhecimento; (iii) região inclusiva; e (iv) região sustentável – estão estruturados de acordo com dois princípios-base:

- ▶ Envolvimento inclusivo de entidades no Plano: municípios, mas também empresas, sistema científico e tecnológico, entidades da saúde e do terceiro sector, bem como outros facilitadores;
- Aposta em projectos de redes/parcerias.

Para além dos eixos estratégicos da EIDT-BSE, consisderam-se dois eixos transversais à EIDT-BSE. Um primeiro eixo reporta à governação do Plano e pretende reconhecer explicitamente a importância de capacitar a CIM resultante da fusão para gerir, implementar, comunicar e negociar o Plano.

Um segundo eixo refere-se à interconectividade e visa integrar todos os projectos e iniciativas cujo racional está em linha com o plano estratégico de desenvolvimento das Beiras e Serra da Estrela, mas cujas características - seja de âmbito, seja de dimensão - os colocam fora do financiamento no âmbito da EIDT. De facto, o diagnóstico estratégico deve ser exaustivo, não se cingindo às fronteiras de acção por via da EIDT-BSE. Este eixo de interconectividade refere-se, também, aos projectos e iniciativas que relacionam o território das Beiras e Serra da estrela com o seu meio envolvente, desde outras NUTS III, passando por NUTS II ou mesmo limites transfronteiriços.

A este propósito, importa manter presente a necessidade de manter uma perspectiva holística quanto ao diagnóstico estratégico do território e aos desafios resultantes das tendências verificadas. Neste âmbito, a CCDRC surge como interlocutor para diversas instâncias e geometrias (ver Figura seguinte), nomeadamente:

- ▶ A contratualização subjacente à EIDT através dos Investimentos Territoriais Integrados (ITI);
- ▶ Outras abordagens territoriais integradas previstas no Portugal 2020, nomeadamente o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) e as Acções Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS);
- As candidaturas ao Programa Operacional do Centro, nomeadamente em matéria de atribuições dos municípios.



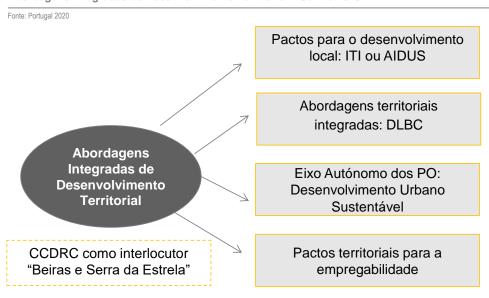




Ohiectivo temáticos

## 4.3. EIDT BSE 2020: Eixos e áreas temáticas

#### Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial - Centro 2020



Genericamente, o Programa Operacional do Centro prevê os seguintes tipos de abordagens integradas de desenvolvimento territorial, (AIDT), nomeadamente:

- ▶ Pactos para o desenvolvimento local, tendo por base investimentos territoriais integrados (ITI) ou Acções Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS)
- ▶ Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), correspondentes a Estratégias de desenvolvimento local em territórios específicos coordenados pelos Grupos de Acção Local (GAL)
- ▶ Eixo do PO do Centro dedicado ao Desenvolvimento Urbano Sustentável. dedicado ao domínio da regeneração e da revitalização urbana e focado nas cidades de nível superior e nas respectivas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU)
- Pactos territoriais para a empregabilidade, visando respostas adequadas aos territórios em matéria de qualificação, emprego e inclusão social, promovidos pelas CIM

## A tabela infra sistematiza objectivos, prioridades de investimento e áreas de intervenção dos ITI.

Área de Intervenção

Investimento Territorial Integrado: objectivos temáticos, prioridades e áreas de intervenção

Prioridade de Investimento

Objectivo temáticos	Prioridade de Investimento	Área de Intervenção
02 - Melhoria do acesso às TIC, bem como a sua utilização e a sua qualidade	2.3. Reforço das aplicações de TIC na administração em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	-Modernização da Administração Local
04 - Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os sectores	4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente de energia e à utilização das energias renováveis nas infra-estruturas públicas, nomeadamente nos edificios públicos e no sector da habitação	-Eficiência energética e energias renováveis nas infra-estruturas públicas, nomeadamente nos edificios públicos da Administração Local (exclui habitação social)
06 - Preservação e protecção do ambiente e promoção da utilização eficiente dos recursos	6.3. Conservação, protecção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	-Conservação, protecção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural
08 - Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores	8.3. Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras  8.8 A concessão de apoio ao desenvolvimento dos	-Criação de emprego por conta própria, mico empreendedorismo e criação de empresas
	viveiros de empresas e o apoio à actividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	
09 - Promoção da inclusão social e combate à pobreza e à discriminação	9.1. Inclusão activa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação activa e a melhoria da empregabilidade	-Inclusão activa de comunidades marginalizadas e grupos de risco
	9.7. Investimentos na saúde e nas infra-estruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	-Investimentos em infra-estruturas e equipamentos sociais
10 - Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	10.1. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	-Prevenção e redução do abandono escolar e promoção da igualdade no acesso ao ensino
	10.5. Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infra-estruturas educativas e formativas	-Infra-estruturas educativas no pré-escolar e no ensino básico







## 4.3. EIDT BSE 2020: Eixos e áreas temáticas

Abordagens Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável - Centro 2020

Âmbito de Actuação	Modalidades
	Plano de mobilidade urbana sustentável: definido ao nível de NUT III
Valorização da estruturação urbana dos seus territórios de incidência e de promoção da atractividade e da competitividade das cidades	Plano de acção para a regeneração urbana para as áreas específicas seleccionadas: com enfoque territorial, no que diz respeito à dimensão territorial, será critério base constituir uma área territorialmente delimitada, incidindo em espaços inframunicipais das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), em concreto centros históricos, zonas ribeirinhas ou zonas de conversão de zonas industriais abandonadas;
	Planos de acção integrados para a comunidade desfavorecida objecto de intervenção: com delimitação territorial definida no plano integrado local, correspondendo a pequenas áreas inframunicipais, de acordo com as características socio-funcionais do espaço

Fonte: Centro 2020

Relativamente às AIDUS, importa ter presente a existência de mecanismos específicos no domínio da reabilitação e regeneração urbana, conforme os planos de acção definidos na tabela supra.

Relativamente aos DLBC, que estarão a cargo dos GAL, importa enquadrar a actuação dos mesmos e coordená-los com a actuação da CIM-BSE em matéria das seguintes prioridades:

- Conservação, protecção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural;
- Criação de emprego por conta própria , empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras
- Concessão de apoio ao desenvolvimento de viveiros de empresas e apoio à actividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
- Inclusão activa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação activa e a melhoria da empregabilidade

Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação.







### 4.3. EIDT BSE 2020: Eixos e áreas temáticas

No que se refere às tarefas seguintes – nomeadamente a definição e a selecção de projectos a implementar no âmbito da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial das Beiras e da Serra da Estrela – é de salientar que a concretização dos quatro eixos estratégicos e dos dois eixos transversais do BSE 2020 exige a definição de áreas temáticas.

Com efeito, as áreas temáticas permitem, numa perspectiva funcional estruturar a intervenção do território das Beiras e Serra da Estrela.

Neste contexto, a EIDT BSE 2020 apresenta intervenções nas seguintes cinco áreas temáticas:

- ▶ Inovação, Internacionalização e Atracção de Investimento Produtivo;
- Turismo e Agro-Industrial;
- ▶ Logística, Mobilidade e Serviços Básicos;
- Capital humano e modernização administrativa;
- Saúde, terceiro sector e desenvolvimento social.

#### Matriz de Projectos EIDT-BSE 2020

		Eixos Estratégicos			Eixos Estratégicos		
		I: Reforçar	а	II: Afirmar o		IV: Consolidar uma	Transversal:
		atractividad		posicionamento	região inclusiva	região sustentável	Interconectividade
		conectividad	de do território	estratégico da Região			
				com base na inovação			
_				e no conhecimento			
	Inovação,	Rede	Geometria				
	Internacionalização e		variável				
	Atracção de						
	Investimento Produtivo						
		Municipais	Transversais				
icas	T · A						
mát	Turismo e Agro-						
Te	Industrial						
√reas Temátii	Logística, Mobilidade e Serviços Básicos						
À	Capital Humano e						
	Modernização						
	Administrativa						
	Saúde, Terceiro						
	Sector e						
	Desenvolvimento						
	Social						

Fonte: EY

Estes domínios de intervenção da EIDT BSE 2020, reflectindo as valências e recursos deste território, estão também alinhados com a RIS3 do Centro. A este respeito, importa destacar o alinhamento com as seguintes quatro áreas temáticas.

O território das Beiras e Serra da Estrela tem como cartão de visita um conjunto de recursos endógenos que tem potencial para alavancar as dinâmicas económica, demográfica e social.

No que respeita aos produtos agrícolas, a RIS 3 já destaca o padrão de especialização do Centro, associado a actividades como a pecuária, a fruticultura ou a indústria agro-alimentar.







### 4.3. EIDT BSE 2020: Eixos e áreas temáticas

As Beiras e Serra da Estrela (BSE) dispõe de um conjunto de produtos – lacticínios, fruta, enchidos – cuja produção e transformação está associada a métodos tradicionais e a um património cultural que os torna produtos de nicho e de excelência.

No que respeita à actividade florestal, outro domínio diferenciador do Centro, o território das BSE dispõe de um património natural rico e que necessita de uma adequada gestão, planeamento e exploração, numa dupla lógica de valorização e protecção. Para além do combate à desertificação do solo que alguns stakeholders locais destacaram, existe um potencial interessante de exploração económica associado à produção de biomassa.

O turismo é, sem dúvida, uma actividade económica central para o território das BSE, que funciona como chapéu de um conjunto de outros activos locais. Com efeito, a diferenciação da oferta turística deste território assenta nos seguintes activos:

- ▶ Produtos do território, resultantes das actividades agro-alimentares;
- ▶ Marcas territoriais, rede de infra-estruturas e equipamentos rurais existentes: Serra da Estrela, Aldeias de xisto, Aldeias históricas, Rede de judiarias, etc.;
- Património e actividades culturais
- Património paisagístico como base de aposta no turismo natureza
- ► Competências na área da saúde e na rede de equipamentos termais como base de aposta nas prestação de cuidados de saúde especializados e nos segmentos de turismo senior e de turismo de bem-estar.

A oportunidade reconhecida na RIS3 do Centro, de responder aos novos padrões de consumo com enfoque em destinos que ofereçam experiências diversificadas, autênticas e de contacto com a natureza, encontra portanto eco nos recursos e no perfil do território das Beiras e Serra da Estrela.

A quarta área de especialização temática do Centro com potencial neste território tem a ver com a Saúde e Bem-Estar. Para além das unidades hospitalares de referência, este território conta com uma boa oferta de alojamentos e com a existência de projectos relevantes na prestação de cuidados de saúde em territórios de baixa densidade.

Mais estruturalmente, o território das BSE tem a beneficiar da aposta na inovação rural, atendendo às especificidades de baixa densidade que o caracterizam. O desenvolvimento de soluções integradas de transporte, de prestação de cuidados de saúde e de assistência social, que tirem partido das tecnologias de informação e comunicação, bem como de um planeamento em rede dos agentes locais, é condição de reforço de atractividade territorial e de qualidade de vida dos cidadãos.

Outra dimensão da concretização da EIDT BSE 2020 tem a ver com a incidência territorial dos projectos, tal como esquematizado na Figura anterior. Efectivamente, os projectos serão integrados em um ou mais eixos estratégicos, de acordo com a área temática principal, atendendo aos seguintes âmbitos:

- ▶ Projectos de rede: intra-regionais, que englobam os 15 Municípios;
- ▶ Projectos de geometria variável: inter-municipais, que respeitam a projectos com dois ou mais municípios;
- Projectos municipais: cuja incidência se refere a um município;
- ▶ Projectos transversais: projectos das Beiras e Serra da Estrela com o seu meio envolvente (inter-regionais).

Uma quarta e última dimensão desta matriz, não directamente representada na figura anterior, é a inovação. Com efeito, uma prioridade transversal da EIDT BSE 2020 – em linha com a Estratégia Europa 2020, Portugal 2020 e RIS3 – é a capacidade dos projectos contribuírem para a capacidade de diferenciação da área de intervenção, acrescentando valor. A inovação é também aqui entendida em sentido amplo, podendo dizer respeito a novas formas de abordagem ao mercado, novas organizações internas das actividades ou a novos produtos e serviços.

Em suma, a EIDT BSE 2020, e os respectivos projectos, estruturam-se de acordo com quatro dimensões:

- 1. Eixos estratégicos;
- 2. Áreas temáticas:
- Incidência territorial;
- 4. Inovação.







Esta secção procede à apresentação das linhas de intervenção estruturantes da Região das Beiras e Serra da Estrela, através da descrição dos projectos âncora e respectivas acções associadas – designados projectos de base – que organizam a lógica de actuação desta Região. Este exercício é complementado com a proposta das linhas metodológicas para a descrição, detalhe e selecção dos projectos micro a incluir no Plano de Acção BSE 2020.

O objectivo é, deste modo, apresentar as bases de intervenção da Região das Beiras e Serra da Estrela concretizando as cinco áreas temáticas referidas anteriormente, sem prejuízo do maior detalhe e quantificação serem remetidos para uma fase subsequente de elaboração do Plano de Acção.

O racional de intervenção pública inerente à EIDT BSE-2020, liderado pela Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, mais genericamente, das respectivas funções do Estado está relacionado com o princípio de subsidiariedade e apresenta como linhas de acção:

- ► Resolução de falhas de mercado e reorganização;
- Incremento de valor;
- Redução de custos.

No que adiante se detalha, e para cada uma das áreas temáticas, especifica-se, sempre que oportuno, o tipo de intervenção da Comunidade no território das Beiras e da Serra da Estrela de acordo com as três linhas de acção supra.

Sem prejuízo do racional da intervenção pública, nomeadamente da acção concertada dos Municípios, há que recordar a pertinência e utilidade da intervenção conjunta entre os sectores público e privado na promoção do desenvolvimento sustentado e coeso de um território. Se é certo que a expressão "parceria público-privada" está genericamente associada ao desenvolvimento de infra-estruturas de transporte e de saúde, cuja relação encargo-benefício tem gerado discussão, não é menos verdade que esta forma de cooperação entre o público e privado é incontornável para a definição das estratégias de actuação territoriais e para a implementação dos projectos inerentes.

Em seguida, e para cada uma das cinco áreas temáticas, é apresentado o racional de intervenção em sede da EIDT do sector público, com a indicação dos projectos âncora e respectivos projectos de base. Tratando-se de uma perspectiva macro, não deixa de ser exaustiva uma vez que engloba os projectos que, pelo seu âmbito, conformam a actuação em cada uma das áreas temáticas, em prol do desenvolvimento territorial nas suas diversas dimensões (económica, social, demográfica, cultural). Subjacente às cinco áreas temáticas e ao racional de intervenção em sede da EIDT 2014-2020, nomeadamente aos projectos âncora, está o objectivo último de combate à desertificação e de valorização dos territórios de baixa densidade populacional. Os projectos que são apresentados no presente documento nas mais diversas áreas procuram ir ao encontro e dar resposta a essa necessidade da Região das Beiras e da Serra da Estrela.

Com efeito, o actual ciclo vicioso de desertificação pode e deve ser transformado numa lógica virtuosa, através da criação de valor económico e social, de que a atracção de investimento é a dimensão mais directa. Com efeito, a atracção de investimento proporciona uma dinâmica económica relevante de potenciação de actividade económica, de criação de emprego e de criação de condições para a fixação de quadros jovens qualificados, que será também potenciada pelas medidas no domínio da regeneração urbana e de revitalização comercial.

Uma vez definidos estes projectos – âncora e de base – funcionarão, subsequentemente, como chapéu para o encaixe dos projectos mais detalhados, que resultam da auscultação ao conjunto dos 15 Municípios, bem como a outros agentes locais relevantes – empresas (representadas pelas diversas Associações Empresariais), Universidade e Politécnico, Centro Hospitalar da Cova da Beira, Unidade Local de Saúde da Guarda e Agência Regional de Energia e Ambiente (ENERAREA).

A Tabela seguinte sintetiza os projectos âncora por área temática e respectivos projectos base. Mais estruturalmente, operacionaliza o racional de organização da EIDT das Beiras e da Serra da Estrela 2014-2020 em torno de projectos de cooperação, que aproveitam as infra-estruturas existentes e com enfoque no conhecimento e recursos endógenos como base de diferenciação e de competitividade.







### Projectos âncora por área temática e respectivos projectos base

Fonte: EY

Área temática	Projectos Âncora (PA)	Projectos de Base (PB)
A. Inovação, Internacionalização e Atracção de Investimento Produtivo	<ol> <li>Internacionalização: Criação da A3I (Agência para o Investimento, Inovação e Internacionalização);</li> <li>Agenda para a Inovação através de Living Labs Regionais</li> <li>Criação de uma incubadora para a revitalização económica;</li> </ol>	1.1 Directório Empresarial e Diagnósticos: 1.1.1 Observatório de Empresas e de Produtores: 1.1.2 Elaboração do Diagnóstico de Internacionalização; 1.1.3 Estudo da relação procura-oferta do solo industrial nas BSE; 1.1.4 Requallificação de infra-estruturas industriais; 1.1.5 Identificação de Centros de Excelência Sectoriais (excluindo os sectores Turismo e Agro-Industrial);  1.2 Serviços A3I: 1.2.1 Constituição de Centro de formalidades; 1.2.2 Criação de um centro low cost para registo de patentes; 1.2.3 Estruturação do agenciamento internacional; 1.2.4 Dinamização de um Plano de Acção de Internacionalização; 1.2.5 Preparação de um Dossier de Investimento e de Atractividade Regional; 1.2.6 Capacitação dos Centros de Excelência Sectoriais (excluindo os sectores Turismo e Agro-Industrial).  2.1 Living Lab da Beira Interior Norte; 2.2 Living Lab da Cova da Beira; 2.3 Living Lab da Cova da Serra da Estrela.  3.1 Definição de Áreas de Reabilitação Urbana;  3.2 Reabilitação dos imóveis públicos e dos imóveis de particulares com fins diversos e refuncionalização de edificios: 3.2.1 Bolsa de arrendamento; 3.2.2 Promoção de segunda residência; 3.3.3 Dinamização turistica.  3.3 Escola das Regenerações: 3.3.1 Capacitação - veículos e equipamentos; 3.3.2 Reorganização de recursos, regulamento e formação.







Área temática	Projectos Âncora (PA)	Projectos de Base (PB)
<b>B.</b> Turismo e Agro- Industrial	Associação entre marcas-chapéu, produtos do território e destinos turísticos	1.1 Valorização e capacitação dos Consórcios numa lógica de promoção conjunta e de associação entre Produtos do território, Marcas e Destinos Turísticos:  1.1.1 Consórcio das Aldeias Históricas;  1.1.2 Consórcio das Aldeias de Montanha;  1.1.3 Consórcio das Aldeias de Xisto;  1.1.4 Consórcio do Arco Urbano da BI;  1.1.5 Consórcio das Áreas Protegidas;  1.1.6 Consórcio Património Judaico.  1.2 Identificação e Capacitação de Centros de Excelência dos sectores do Turismo e Agro-Alimentar.
C. Infra-estruturas, Logística e Mobilidade	1. Infra-estruturas de transportes;  2. Constituição de um Parque de Máquinas e de Recursos Intermunicipal;  3. Promoção da Mobilidade Sustentável em baixa densidade;  4. Promoção da eficiência nas infra-estruturas básicas.	1.1 Projectos infra-estruturais: rodoviários, ferroviários, aeroportuários e portuários;  2.1 Parque: 2.1.1 Capacitação do Parque com máquinas e viaturas; 2.1.2 Formação, central de compras partilhadas e gestão de transportes municipais.  3.1 Mobilidade Sustentável: 3.1.1 Planos de mobilidade de áreas urbanas contíguas; 3.1.2 Estratégias digitais (TIC); 3.1.3 Promoção da mobilidade suave.  4.1 Capacitação infra-estrutural nos sistemas de água: águas pluviais; 4.2 Promoção da eficiência do modelo existente na gestão de resíduos sólidos.
D. Capital Humano e Modernização Administrativa	Diagnóstico de avaliação da oportunidade para serviços partilhados na Região	<ul> <li>1.1 TIC - capacitação;</li> <li>1.2 Plano de Formação;</li> <li>1.3 Partilha de infra-estruturas, equipamentos e recursos (ver PA da área de Infra-Estruturas, Logística e Mobilidade) - Componente intangível.</li> </ul>
E. Saúde, Terceiro Sector e Desenvolvimento Social	Agenda para a Inovação através do Living Lab Temático na área da Saúde;      Rede social supramunicipal.      Infraestruturas e equipamentos de saúde: capacitação	1.1 Programa de Envelhecimento Activo: 1.1.2 Capacitação do Pólo de Investigação em Telemonitorização; 1.1.3 Projecto associado ao Bioclimatismo e à saúde respitatória.  2.1 Rede social: 2.1.1 Desenvolvimento de serviços partilhados e funcionamento em rede; 2.1.2 Actividades de certificação e de formação.







Para efeitos da estruturação dos projectos, optou-se pela seguinte classificação:

- Áreas temáticas definidas pelas letras A a E (cinco áreas);
- Projectos âncora definidas numericamente;
- Projectos base: projectos que suportam e consubstanciam o(s) âncora(s), definidos numericamente.

O exercício será subsequentemente completo em sede de Plano de Acção, com a inserção de todos os projectos recolhidos individualmente e acordados pelos 15 Municípios, resultantes da abordagem a cada Município, sob chapéu de um dos seguintes projectos.

# 4.4.1. Área temática A. Inovação, Internacionalização e Atracção de Investimento Produtivo

O racional da estratégia das Beiras e Serra da Estrela é, genericamente, criar condições à dinamização do mercado, isto é, mais do que substituir-se ao mercado, o objectivo é interagir com o privado.

Internacionalização: Projectos âncora e de base

Área temática	Projectos âncora (PA)	Projectos de Base (PB)
A Inovação, Internacionalização e Atracção de Investimento Produtivo	Internacionalização: Criação da A3I (Agência para o Investimento, Inovação e Internacionalização)	1.1. Directório Empresarial e Diagnósticos: 1.1.1. Observatório de Empresas e de Produtores 1.1.2. Elaboração do Diagnóstico de Internacionalização; 1.1.3. Estudo da relação procura-oferta do solo industrial nas BSE; 1.1.4. Requalificação de infraestruturas industriais; 1.1.5. Identificação de Centros de Excelência Sectoriais (excluindo os sectores Turismo e Agro-Industrial); 1.2. Serviços A3I: 1.2.1. Constituição de Centro de formalidades; 1.2.2. Criação de um centro low cost para registo de patentes; 1.2.3. Estruturação do agenciamento internacional; 1.2.4. Dinamização de um Plano de Acção de Internacionalização; 1.2.5. Preparação de um Dossier de Investimento e de Atractividade Regional; 1.2.6. Capacitação dos Centros de Excelência Sectoriais (excluindo os sectores Turismo e Agro-Industrial).

Fonte: Análise EY com base na auscultação aos agentes locais

O mercado das Beiras e da Serra da Estrela beneficiará de uma identificação mais sistematizada e exaustiva, seja na componente de oferta, isto é, de produtores e respectivas empresas, seja na componente de procura, isto é, de mercados de destino. A lógica de intervenção é, assim, de **organização do mercado**.

A análise da oferta da Região das Beiras e da Serra da Estrela permitirá:

- ▶ Fazer um levantamento de empresas por tipo de produtos;
- ▶ Sinalizar a capacidade produtiva por tipo de produto;
- ▶ Identificar competências e posicionar os produtos nas cadeias de valor;
- Assinalar problemas e/ou estrangulamentos na cadeia produtiva que careçam de intervenção pública ou que possam ser reencaminhados para outras entidades.

A análise da procura da Região das Beiras e da Serra da Estrela permitirá:

- ► Elaborar um diagnóstico estratégico do mercado;
- Sintetizar tendências de evolução sectorial com impacto local e global;
- ▶ Posicionar os sectores de actividade e respectivos segmentos nos centros de excelência da região, sejam estratégias de eficiência colectiva (PCT, Clusters, PROVERE, PRU), sejam centros tecnológicos (como o CITEVE no sector têxtil);
- ▶ Identificar mercados de destino actuais e potencias, de acordo com o posicionamento dos produtos do território.

Na dimensão de incremento de valor, o Observatório terá como funções e respectivos projectos:

- Apostar em novos ciclos de industrialização;
- Desenvolver marcas e o design, com base na qualidade e na certificação;
- ▶ Dinamizar os *living labs*: os *living labs* correspondem à triangulação (*triple helix*) virtuosa entre as empresas, o sistema científico e tecnológico e o sector público, aqui representado pelos Municípios, para o desenvolvimento de projectos estruturantes e com elevado valor acrescentado, associados às valências complementares de cada entidade.







Para efeitos do presente exercício de definição de projectos estruturantes para a Região das Beiras e da Serra da Estrela, importa ressaltar que estes *living labs* configuram-se como estruturas para detecção de oportunidades. Actualmente, existe o *Living Lab* (ver Caixa seguinte para mais detalhes) da Cova da Beira que deve ser complementado com mais dois *Living Labs* que assegurem cobertura territorial – Beira Interior Norte e Serra da Estrela;

- Apostar num Fab lab;
- ▶ Reforçar o apoio à componente logística local: este reforço de apoio respeita a duas dimensões, cujo impacto se prende com a criação de condições que podem fazer a diferença, aumentando a capacidade instalada e facilitando a fluidez da cadeia produtiva e de distribuição:
  - Centros de Apoio Logístico: infra-estruturas e equipamentos de apoio aos produtores (exemplo: Centros de frio para a recolha de leite e armazenamento de soro); Pequenas estruturas logísticas de apoio a produções específicas;
  - Apoio ao transporte de mercadorias.

Na dimensão de redução de custos, o Observatório terá como funções e respectivos projectos:

- Processos de desburocratização;
- ▶ Definição de centros de formalidades;
- ▶ Registo *low cost* de patentes.

No que se refere ao domínio da internacionalização, há a referir um racional duplo: por um lado, a promoção externa do território; por outro lado, a atracção de investimento. Outro elemento a reter nesta linha de actuação é a importância conferida à interacção entre os municípios, as empresas, as associações empresariais, entidades do sistema científico e tecnológico, bem como agências governamentais.

O ponto de partida para a estratégia de internacionalização e de promoção é a existência no território de marcas que são reconhecidas e associadas a segmentos de excelência e a produtos *gourmet / premium*.

A intervenção na área da internacionalização consubstanciar-se-á no projecto âncora da criação da Agência para o Investimento, Inovação e Internacionalização (A3I), enquanto veículo agregador das acções concertadas dos agentes locais. Trata-se de uma entidade em que o elemento-chave é a articulação entre as entidades.

Este projecto para além de promover a reorganização do mercado, no sentido de concertar acções dos diversos agentes, estimula também a criação de valor e a redução de custos de contexto.

O objectivo da A3I é configurar-se como um veículo de internacionalização de produtos de origem, na lógica de marcas de excelência. A Agência conta com a presença da Comunidade Intermunicipal mas confere um papel central aos privados, constituindo-se de natureza predominantemente privada, com fins lucrativos. Esta configuração é essencial para a lógica de concertação de todos os agentes relevantes para a promoção económica regional e para a elegibilidade em sede de fundos comunitários.

O A3I será também um meio de afirmar a Região das Beiras e da Serra da Estrela como uma região de "conhecimento", promovendo a capacidade de ensino e investigação — atração de estudantes estrangeiros - e a capacidade de desenvolvimento e transferência de tecnologia em vários sectores industriais e de serviços — atração de empresas.

Nas funções da A3I incluem-se os respectivos projectos:

- ▶ Elaboração do Diagnóstico de Internacionalização, isto é, áreas, produtos e mercados-alvo;
- ▶ Estruturação do agenciamento internacional, protocolando com a AICEP um âmbito de trabalho comum, que assegure a colocação de gestores especializados em mercados específicos, de acordo com o diagnóstico efectuado. A definição destes gestores dedicados ao território das Beiras e da Serra da Estrela assumirá a forma de prestação de serviço pela AICEP;
- ▶ Dinamização de um Plano de Acção de Internacionalização, através do agendamento de road-shows, missões com empresários e outros formatos de promoção territorial;







- Preparação de um Dossier de Investimento e de Atractividade Regional, com a proposta de valor do território através de um documento que que sintetize as infra-estruturas e valências diferenciadoras das Beiras e Serra da Estrela. servindo de base para a atracção e fixação de investimento;
- ▶ Criação de um Gabinete especificamente direccionado para as questões relacionadas com a cooperação ibérica.

Em síntese, são três os projectos âncora (PA) no domínio da Inovação, Internacionalização e do Investimento Produtivo:

- 1. PA1: "Criação da A3I: Agência para o Investimento, Inovação e Internacionalização"
- 2. PA2: "Agenda para a Inovação através de Living Labs"
- 3. PA3: "Programa de regeneração para a revitalização económica"

O projecto âncora relativo à Agência A3I consubstancia-se em dois tipos de intervenção base: uma relativa à componente de diagnósticos e à estruturação de um Directório empresarial; outra relativa à componente de serviços que essa Agência virá a prestar à Comunidade e ao meio onde se insere.

Nesse sentido, o PA1 é composto por onze projectos de base (PB) como a seguir se detalha:

### Directório Empresarial e Diagnósticos:

1. Observatório de empresas e de produtores

#### Metas:

- ▶ Intervenção ao nível da organização do mercado, do incremento do valor e da redução de custos de contexto através da criação da estrutura.
- 2. Elaboração do diagnóstico de internacionalização

#### Metas:

- Sistematização de marcas e produtos para intervenção
- Selecção dos mercados-alvo preferenciais para essas marcas e produtos.

- 3. Estudo de relação entre procura e oferta do solo industrial nas Beiras e Serra da Estrela
- 4. Requalificação de infra-estruturas industriais
- 5. Identificação de centros de excelência sectoriais (excluindo os sectores do Turismo e Agro-Industrial, abordados em área temática própria).
- Estudo diagnóstico dos centros de excelência territoriais;
- ▶ Interacção com centros na lógica semelhante à dos living labs.

### Serviços prestados pela A3I:

6. Constituição do Centro de formalidades

#### Metas

- ▶ Constituição entre três, correspondentes às NUT III Beira Interior Norte, Cova da Beira e Serra da Estrela, e cinco centros.
- 7. Criação de um centro low cost para registo de patentes

#### Metas

- Estrutura preferencialmente perto da Universidade da Beira Interior, enquanto ligação preferencial à disponibilidade de ideias e conhecimento patenteável.
- 8. Estruturação do agenciamento internacional

#### Metas

- Estabelecimento de protocolo com a AICEP, na lógica de prestação de serviço ou outra modalidade de interacção; Definição de três mercados para unidade de missão e respectivo Delegado Regional para a Internacionalização.
- 9. Dinamização de um Plano de acção de internacionalização

#### Metas

▶ Estabelecimento dos eventos de promoção e definição de *timings*.







10. Preparação de num Dossier de Investimento e de atractividade regional

#### Metas

- ▶ Preparação de um documento que sirva de cartão de visita da Região das Beiras e da Serra da Estrela para a promoção e atracção de investimento.
- 11. Capacitação dos centros de excelência sectoriais (excluindo os sectores do Turismo e Agro-Industrial, abordados em área temática própria).

O segundo projecto âncora da área temática de Inovação, Internacionalização e de Atracção de Investimento Produtivo prende-se com a Agenda para a Inovação através de *Living Labs*, que se operacionaliza em três projectos base:

- 1. Living Lab da Beira Interior Norte;
- 2. Living Lab da Cova da Beira;
- 3. Living Lab da Serra da Estrela.

Os *living labs* são encarados enquanto estruturas que funcionam como faróis/radares para detecção de oportunidades e que estão também perto de opções e fontes de financiamento relevantes (ex. *business angels*).

Agenda para a Inovação: Projectos âncora e de base

Área temática	Projectos âncora (PA)	Projectos de Base (PB)
A Inovação, Internacionalização e Atracção de Investimento Produtivo	Agenda para a Inovação através de Living Labs Regionais	Living Lab da Beira Interior Norte     Living Lab da Cova da Beira     Living Lab da Serra da Estrela

Fonte: Análise EY com base na auscultação aos agentes locais

Neste contexto, as metas visadas com este projecto âncora envolvem a dinamização do *Living Lab* da Cova da Beira e a criação de dois *living labs* – Beira Interior Norte e Serra da Estrela – que cubram o território em análise.

#### Living Lab da Cova da Beira

O Living Lab da Cova da Beira consiste num consórcio promovido pelo Município do Fundão em parceria com empresas, universidades, banca e instituições públicas e privadas. Resulta numa abordagem à inovação que congrega num ecossistema de comunidades e serviços os seguintes objectivos:

Disponibilizar espaços de incubação de empresas e de novos projectos de empreendedorismo em espaços de trabalho partilhado;

Disponibilizar casas-oficina na zona antiga do Fundão e nas Aldeias Históricas e do Xisto;

Apoiar o funcionamento de centros de formação e de escolas adaptadas à nossa realidade;

Estabelecer polos de investigação e desenvolvimento e criar laboratórios de prototipagem;

 Reunir condições para acolher pessoas seniores através de produtos na área da saúde como serviços de acolhimento e tele-monitorização de saúde;

Mobilizar e qualificar os agentes e instituições sociais locais;

Promover internacionalmente os produtos nacionais e empreendedores locais.

Seguindo estas directrizes, o Living Lab oferece diversos serviços como uma incubadora de empresas e social, uma escola rural, um centro de formação avançada, um polo de investigação e desenvolvimento em telemonitorização para a saúde entre outros.

Fonte: Living Lab (http://www.cm-fundao.pt/movetofundao/Living\_Lab)

O terceiro projecto âncora desta área temática respeita a um Programa de regeneração para a revitalização económica.

O racional de intervenção deste território em matéria de regeneração urbana, a enquadrar tanto no âmbito do eixo de desenvolvimento urbano sustentável do POR, como das AIDUS e dos planos de acção de regeneração urbana enquanto fontes de financiamento dirigidas à reabilitação urbana, é o de conceber uma visão concertada dos 15 Municípios, que seja também integrada em termos dos objectivos visados.

O objectivo central da intervenção pública em matéria de regeneração é promover a fluidez do mercado, permitindo aos agentes dinamizar os imóveis e os espaços. A estratégia abrange diversas dimensões de intervenção pública, nomeadamente na lógica de:

- Reorganização do mercado;
- ▶ Incremento de valor: através da valorização dos espaços e imóveis;
- Redução de custos de contexto.







### Regeneração para a revitalização económica: Projectos âncora e de base

Área temática Projectos á	incora (PA) Pro	rojectos de Base (PB)
	a de Regeneração para a 3.0 o Económica 3.2 co: 3.2 3.2 3.2 3.2 3.2 3.2 3.2 3.2 3.2 3.2	1. Definição de Áreas de Reabilitação Urbana; 2. Reabilitação dos imóveis públicos e dos imóveis de particulares om fins diversos e refuncionalização de edificios 2.1. Bolsa de arrendamento; 2.2. Promoção de segunda residência 2.3. Dinamização turística 2.4. Urbanismo comercial 2.5. Dinamização do segmento de escritórios 3. Criação de incubadora de cariz urbano 3.1. Capacitação - veículos e equipamento; 3.2. Reorganização de recursos, regulamento e formação. 4. Eficiência energética

Fonte: Análise EY com base na auscultação aos agentes locais

O projecto âncora nesta área temática visa promover os segmentos residencial e de negócios (escritórios, estabelecimentos comerciais e estabelecimentos turísticos), como base de atracção de residentes, turistas e de revitalização económica e comercial deste território.

No que se refere à reabilitação de imóveis particulares, a intervenção pública vai no sentido de criar condições para o acesso dos privados aos instrumentos financeiros públicos ou de promover o financiamento privado em condições sustentáveis em acções de regeneração urbana, em antecipação ao novo regime legal que resultará do novo enquadramento da Lei de Bases da Política dos Solos do Ordenamento do Território e do Urbanismo.

A intervenção na área da regeneração urbana é, pois, indissociável da estratégia de promoção económica local e da promoção de condições para a atracção de investimento e respectiva fixação de recursos humanos no território.

Associado ao programa de regeneração para a revitalização económica há a referir oito projectos base tal como em seguida se detalha:

### PB 3.1. Definição de áreas de reabilitação urbana

Este projecto visa a definição de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) no conjunto dos Municípios, enquanto projecto da rede, como ponto de partida da intervenção neste domínio. Partindo de um modelo de organização territorial para o conjunto dos municípios, com base na definição de ARU, é importante definir projectos comuns e assegurar a devida promoção via marketing territorial.

PB 3.2: Reabilitação de imóveis públicos e dos imóveis de particulares com fins diversos e refuncionalização dos edifícios

- Bolsa de arrendamento, criando, através de projectos de regeneração urbana, as condições para o aumento da fluidez do mercado e disponibilização de imóveis por particulares para arrendamento, condição essencial para a mobilidade de recursos humanos;
- 2. Promoção de segunda residência, para gerações mais novas, estimulando o regresso às origens, mas também para estrangeiros;
- 3. Dinamização turística, através de segmento bed & breakfast, hostel ou city break e que envolve componente hard, de recuperação de imóveis e espaços, mas também uma componente soft, de divulgação dessa oferta estruturada, nomeadamente através do desenvolvimento de Portais:
- 4. Urbanismo comercial: associar a promoção de produtos do território e áreas criativas à dinamização de estabelecimentos comerciais adequados;
- Dinamização do segmento de escritórios: disponibilização de escritórios low cost.
- Promoção do segmento residencial para estudantes, professores e investigadores nacionais e estrangeiros, com o objectivo de os atrair e fixar na região.

PB 3.3: Criação de incubadora de cariz urbano

A incubadora de cariz urbano desempenhará uma actuação na área de regeneração, através da constituição de piquetes de intervenção intermunicipal para pequenas reparações.







Atendendo à distribuição da população e à baixa densidade populacional, o mercado não tem resposta, pelo que, com base nos recursos humanos dos municípios, é pertinente organizar equipas de intervenção para o território. Este projecto poderá envolver:

- Capacitação, isto é, investimentos hard em termos de veículos e de equipamentos;
- Reorganização das actividades, isto é, investimentos soft: nomeadamente, a (i) reorganização dos recursos humanos; (ii) a definição de regulamento próprio; e (iii) uma componente formativa, em formato de workshop, oficina "Faça você mesmo".

### PB 3.4: Eficiência energética

Este PB aponta para a necessidade de promover na Região das Beiras e da Serra da Estrela a eficiência energética e a redução de custos com a energia, cujo enquadramento resulta das metas comunitárias e da sua declinação a nível local, em termos do Pacto dos Autarcas, tal como descrito na caixa infra:

#### **Pacto Autarcas**

No pacole "Energia para o Mundo em Mudança", adoptado em 2007, a União Europeia (UE) comprometeu-se a reduzir as emissões de CO2 em 20% até 2020, através de 20% de aumento da eficiência energética aliada a 20% de quota de energias renováveis no consumo total de energia.

O Pacto dos Autarcas é um compromisso formal para superar os objectivos 20-20-20 da UE em termos das reduções das emissões de CO2. A assinatura do Pacto compromete o signatário a:

- Preparar um inventário de referência das emissões:
- Desenvolver um Plano de Acção em Matéria de Energia Sustentável (SEAP);
- Apresentar um relatório de execução a cada 2 anos;
- ·Participar na conferência anual do Pacto dos Autarcas:
- ·Partilhar experiências em outras áreas:
- Promover o Pacto.

### 1. Rede de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Eléctrica (RePECEE)

A RePECEE é um projecto com a participação da Associação de Municípios da Cova da Beira (de que fazem parte os 15 municípios da CIM) à escala nacional, com o objectivo de desenvolver metodologias de educação energética e ambiental, que visem a eficiência energética dos diversos sectores. O veículo de informação é uma plataforma digital, que permite ao utilizador interagir com especialistas em vários temas como auditorias, iluminação, certificação, URE, CO<sub>2</sub>, legislação e juventude.

2. Sistema de Gestão de Consumo Intensivo de Energia (SGCIE)

O SGCIE consiste em auditorias energéticas exaustivas às instalações assumidas como instalações com consumo intensivo de energia, isto é, onde o consumo energético é superior a 500Tep/ano. Para estes locais, a lei prevê a apresentação de um relatório de auditoria energética e de um plano para a implementação de medidas de eficiência energética.

3. Levantamentos energéticos edifícios municipais

Os estudos técnico-económicos nos edifícios municipais consistem na elaboração de uma auditoria a cada uma das instalações de maior consumo energético a cargo do município. Esta auditoria efectua um levantamento exaustivo às condições de utilização do edifício, bem como determina o seu comportamento energético, sendo estes elementos inseridos numa base de dados que, por sua vez, dará lugar à elaboração de planos de actuação, onde serão indicadas as medidas a tomar com vista a reduzir a dependência energética e aumentar a eficiência energética.

4. Levantamentos da rede de iluminação pública

Os trabalhos para optimização da rede de iluminação pública consistem no levantamento rigoroso de todas as infra-estruturas de abastecimento de iluminação pública, sendo cartografados todos os pontos de luz, postos de transformação e elementos que compõem o sistema.







Paralelamente, foi criado um sistema que permite ter todos os dados georreferenciados para consulta num sistema de informação geográfico (SIG). Esta iniciativa visa melhorar as condições de utilização dos dispositivos de iluminação pública através da instalação de reguladores de fluxo luminoso, balastros de duplo nível, substituição de luminárias com mais de 10 anos ou ineficientes que apresentem estado de degradação, introdução de tecnologia LED bem como a implementação de tecnologias de controlo, gestão e monitorização da rede.

De acordo com estudos da Associação de Municípios da Cova da Beira (AMCB), existe um potencial de redução energética superior a 30% com medidas, cujo período de retorno é inferior a 4 anos.

### 5. Projectos de Instalações para Aproveitamento Hidreléctrico

A Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior (ENERAREA) liderou o processo de licenciamento para a recuperação de uma pequena central hidroeléctrica no município de Manteigas. Trata-se de um projeto de recuperação e aumento da capacidade instalada, pretendendo-se instalar uma potência de 100 kVA com a necessidade de remodelar toda a infraestrutura existente. Mediante o estudo levado a cabo, verifica-se que o local em questão apresenta um potencial de produção média anual de 417 GW.h que se traduz numa receita de € 33.000,00.

Actualmente, esta obra encontra-se concluída estando as produções ligeiramente acima do previsto.

### 6. Microgeração e Minigeração

A produção de energia descentralizada tem sido, nos últimos tempos, uma das grandes apostas do País nas politicas energéticas. Actualmente, já se encontram em produção algumas das unidades instaladas, nomeadamente nos municípios de Pinhel, Figueira de Castelo Rodrigo, Fundão, Guarda e Manteigas.

Há a referir instalações para o município de Figueira de Castelo Rodrigo, que se encontram em fase de instalação/adjudicação de sistema de minigeração.

### 7. Projectos de Instalações Solares Térmicas

### 8. Optimização do Tarifário/Contratação Pública

A opimização do tarifário consiste na análise a todos os contratos que os Municípios têm com a contratação de energia, para adequação do tarifário. Este estudo identifica deficiências nos contratos actuais de fornecimento de energia eléctrica, sendo catalogados três tipos de situações irregulares de contratação:

- ► Tipo 1: para os edifícios/instalações que apresentem consumo nulo ou muito próximo de nulo (inferior a 10 kWh anuais);
- ▶ Tipo 2: para os edifícios/instalações que apresentem consumo reduzidos, compreendidos entre 10 kWh anuais e 200 kWh anuais por cada kVA de potência contratada;
- ▶ Tipo 3: para as instalações cuja utilização seja destinada ao bombeamento de água.

### 9. Correcção do fator de potência

A correcção do factor de potência consiste em aniquilar o consumo de energia recativa, através da aplicação e respectivo dimensionamento de baterias de condensadores. Esta tarefa será realizada simultaneamente com as auditorias nos edifícios municipais, estando já a mesma avaliada para a maioria dos edifícios/infraestruturas municipais.

### 10. Formação de técnicos do município - Gestor Energético Municipal

Esta formação visa dotar os técnicos dos municípios de conceitos sobre eficiência energética, bem como adquirir formação para manutenção das bases de dados provenientes dos estudos entregues aos municípios, sendo este um trabalho de continuidade e de sustentabilidade do plano de racionalização energética levado a cabo em cada município.

### 11. Levantamento do potencial de Biomassa

Trata-se de um levantamento georreferenciado em plataforma SIG sendo possível a identificação e densidade de cada uma das espécies separadamente. Consta ainda do relatório a avaliação do poder calorífico de cada uma das espécies existentes.







### 4.4.2. Área temática B. Turismo e Agro-Industrial

O racional da estratégia neste domínio temático é dinamizar as marcas com reputação e reconhecimento no mercado – Serra da Estrela, Aldeias Históricas, Beira Baixa, Côa, e Cova da Beira – associando-as a produtos desses territórios que, em conjunto, com outras valências e activos como o património cultural favoreçam a promoção de destinos turísticos coincidentes com essas marcas.

Agenda para a Inovação: Projectos âncora e de base

Área temática	Projectos âncora (PA)	Projectos de Base (PB)
B. Turimo e Agro-Industrial	Associação entre marcas-chapéu, produtos do território e destinos turísticos	1.1. Valorização e capacitação dos Consórcios numa lógica de promoção conjunta e de associação entre Produtos do território, Marcas e Destinos Turísticos: 1.1.1. Consórcio das Aldeias Históricas; 1.1.2. Consórcio das Aldeias de Montanha; 1.1.3. Consórcio das Aldeias de Xisto 1.1.4. Consórcio do Arco Urbano da Bl 1.1.5. Consórcio das áreas protegidas 1.1.6. Consórcio Património Judaico 1.1.7. Consórcio do Vale do Côa  1.2. Identificação e Capacitação de Centros de Excelência dos sectores do Turismo e Agro-Alimentar, nomeadamente o InovCluster 1.3. Ampliação do regadio na Região

Fonte: Análise EY com base na auscultação aos agentes locais

Trata-se, assim, de uma estratégia de aposta nas infra-estruturas *hard* (edifícios e equipamentos) e *soft* (marcas e estruturas de governação) existentes, alavancando no *know-how* e nos resultados já alcançados por estas estruturas.

Na dimensão de reorganização do mercado, a intervenção no turismo e promoção cultural terá como funções e respectivos projectos:

▶ Programação cultural e desportiva conjunta nos municípios do Arco Urbano (Castelo Branco, Covilhã, Fundão e Guarda) seja para eventos pontuais (espectáculos), seja para eventos permanentes e programas de animação.

Na dimensão de incremento de valor, a intervenção no turismo e promoção cultural terá como funções e respectivos projectos:

- Turismo natureza: aproveitamento do selo de qualidade iNature para dinamizar marcas territoriais a este tipo de oferta;
- ▶ Turismo cultural: Dinamização da intervenção territorial em matéria de calendário de animação, animação permanente e qualificação da oferta: compreende as Aldeias Históricas, Aldeias de Xisto, Judiarias, Aldeias de Montanha, Rede de Áreas Protegidas;
- ► Turismo Bed & Breakfast (B&B): definição do plano para este tipo de produto turístico (comunicação, animação e valorização da oferta), em estreita ligação com o sector privado, que terá interesse em que os respectivos imóveis ganhem visibilidade para este fim, de pequenas estadas turísticas (short stay packages).

O projecto âncora nesta área temática prende-se com a "Associação entre marcaschapéu, produtos do território e destinos turísticos" combinando as potencialidades locais em termos de recursos endógenos e a capacidade de potenciação desses recursos para dinamização económica e atracção turística. A combinação dos sectores do turismo e do agro-industrial pretendem, deste modo, potenciar a sua valorização económica, social e cultural.

Este PA operacionaliza-se em nove projectos de base (PB):

- 1. Consórcio das Aldeias Históricas
- 2. Consórcio das Aldeias de Montanha
- Consórcio das Aldeias de Xisto
- 4. Consórcio do Arco Urbano da Beira Interior

#### Metas:

- ▶ Alinhar programação entre Belmonte, Castelo Branco, Covilhã e Fundão.
- 5. Consórcio das Áreas protegidas

#### Metas:







- Dinamizar o selo de qualidade iNature
- Integrar as rotas internacionais de turismo da natureza
- 6. Consórcio do Património Judaico
- 7. Consórcio do Vale do Côa

Os outros dois projectos base desta área de intervenção temática dizem respeito ao sector agro-industrial e envolvem:

- 8. Capacitação do centro de excelência regional InovCluster
- Aposta na ampliação do regadio na Região das Beiras e da Serra da Estrela, nomeadamente na Cova da Beira, como base de valorização a montante dossistema de produção autóctone.

Com efeito, o aumento da capacidade produtiva e do valor acrescentado no agroindustrial passa, entre outros, por:

- Apostar nas estruturas de rede existentes e nos projectos em curso;
- Capacitar o sistema produtivo e as condições de produção.

### 4.4.3. Área temática C. Logística Mobilidade e Serviços Básicos

O racional da estratégia em torno da logística, da mobilidade e dos serviços básicos centra-se no aproveitamento das estruturas existentes, através de uma articulação concertada.

O aprofundamento da multimodalidade dos interfaces de transporte e das plataformas e redes logísticas é encarado por este território como uma prioridade. Tal aprofundamento é, aliás, condição-chave para a coerência e a eficiência interna dos sistemas, bem como para a competitividade e a valorização territorial.

No centro desta intervenção, encontra-se a preocupação com a sustentabilidade das infra-estruturas e estruturas, no sentido de responder às necessidades de transporte, de comunicação e de logística e de promover a qualidade de vida das populações, o desenvolvimento urbano e rural integrado e o respeito pelo meio ambiente.

Logística, Mobilidade e Serviços Básicos: Projectos âncora e de base

Área temática	Projectos âncora (PA)	Projectos de Base (PB)
C. Logística, Mobilidade e Serviços Básicos	1. Infraestruturas de transportes; 2. Construção de um Parque de Máquinas e de Recursos Intermunicipal; 3. Promoção da Mobilidade Sustentável em baixa densidade; 4. Promoção da eficiência nas infraestruturas básicas.	1.1. Projectos infra-estruturais rodoviários, ferroviários, aeroportuários e portuários  1.2. Rede logística de proximidade: componentes hard (infraestruturação) e soft (monitorização da capacidade logística)  2.1. Parque:  2.1.1. Capacitação do Parque com máquinas e viaturas  2.1.2. Formação, central de compras partilhadas e gestão de transportes municipais  3.1. Mobilidade Sustentável  3.1.1. Planos de mobilidade de áreas urbanas contíguas;  3.1.2. Estratégias digitais (TIC)  3.1.3. Promoção da mobilidade suave  4.1. Capacitação infra-estrutural nos sistemas de água e melhoria da eficiência dos consumos  4.2. Promoção da eficiência do modelo existente na gestão de resíduos sólidos

Fonte: Análise EY com base na auscultação aos agentes locais

Atendendo ao carácter estruturante e transversal desta área temática no território, são definidos quatro projectos âncora que compreendem as três dimensões – logística, mobilidade e serviços básicos – necessariamente interligadas.

Neste âmbito, um PA refere-se, desde logo, ao conjunto de projectos de infraestruturas de transporte rodoviários, ferroviários, aeroportuários e portuários.

No que respeita às Beiras e Serra da Estrela (BSE) e ao seu mapa de acessibilidades, subsiste actualmente algum isolamento, reflectido nas distâncias e na duração dos percursos rodoviários entre este território e os principais pólos nacionais, agravado pela introdução de portagens nas auto-estradas nacionais n.º 23 e 25 e espanholas (Badajoz e Salamanca). De assinalar também que as BSE não apresentam um posicionamento favorável ao multi-modalismo relativamente aos portos marítimos de Aveiro e Figueira da Foz.







Assim, no âmbito do PB 1. Projectos infra-estruturais são de considerar os seguintes:

- ▶ Aeroporto regional da Covilhã, infraestruturas de suporte ao transporte de passageiros (turismo) e mercadorias (logística);
- ► Túneis da Serra da Estrela, enquanto alternativa de ligação a Coimbra e ao Porto da Figueira da Fo;
- ► Construção dos Itinerários Complementares n.º 6 e 7 para a ligação to território da CIM a outros territórios da Região Centro (Covilhã-Coimbra e Oliveira do Hospital-Fornos de Algodres);
- Reactivacção da via férrea para o transporte de passageiros e de mercadorias entre a Covilhã e a Guarda, permitindo a ligação à linha do Norte através da linha da Beira Alta;
- ► Construção de terminais ferroviários de suporte aos parques empresariais existentes (ex. Fundão);
- ► Consolidação da Plataforma Logística de Iniciativa Empresarial da Guarda (PLIE), como "porto seco" da Beira Interior;
- ▶ Beneficiação de estradas municipais, na sequência do aumento significativo recente do trânsito de veículos pesados de mercadorias desviados da A25 e da A23, na sequência da introdução de portagens nessas vias.

Uma infra-estrutura relevante associada ao transporte respeita à logística na lógica de resolução de pequenos estrangulamentos ao funcionamento das actividades económicas e à cadeia de valor, enquanto condição de base à promoção daquelas actividades e ao papel de facilitador do sector público.

O projecto base 2. Rede logística de proximidade apresenta as seguintes componentes:

▶ Componente hard (infra-estrutura): capacitação e equipamentos junto às zonas produtoras locais (ex. centro de frio e ligação com o centro logístico da Guarda) enquanto contributo para o incremento da cadeia de valor (inovação organizacional);

▶ Componente *soft*: monitorização da capacidade logística local e avaliação contínua dos factores de estrangulamento.

Um segundo projecto âncora diz respeito à lógica de criação de condições para a manutenção das condições das infra-estruturas, através da Constituição de um Parque de Máquinas e de Recursos Intermunicipal.

Trata-se de um centro de recursos partilhados para intervenção urbana e viária do conjunto de 15 Municípios, cujo enfoque é a manutenção das infra-estruturas a cargo dos Municípios, numa lógica de serviços partilhados. Este projecto, por sua vez, apresenta diversas componentes, traduzidas nos seguintes dois projectos de base:

- 1. Componente *hard*: capacitação do parque com máquinas e viaturas; parque de reparações e manutenções;
- 2. Componente *soft*: formação, central de compras partilhadas e gestão de transportes municipais, incluindo da rede escolar.

O terceiro projecto âncora desta área temática prende-se com a mobilidade, numa óptica sustentável, através da Promoção da Mobilidade Sustentável em baixa densidade.

A este respeito, a Estratégia Europa 2020 é clara em assumir a sustentabilidade como um dos pilares do crescimento, que se reflecte também na área da mobilidade e dos seus novos paradigmas. O próprio conceito de mobilidade é também bastante abrangente e transversal, respeitando a pessoas, infra-estruturas, bens e serviços, mas também informação e, nesse sentido, envolvendo as TIC. Para efeitos do presente projecto, e tendo presente de que se trata de um território de baixa densidade, incluem-se fundamentalmente a seguinte tipologia de projectos base:

1. Planos de mobilidade em áreas urbanas contíguas

Reforço da mobilidade e da pendularidade entre os vários municípios e a sua ligação às principais vias estruturantes:

▶ Por exemplo, o Plano de mobilidade da Cova da Beira, em resposta aos movimentos pendulares entre a Covilhã e o Fundão e Belmonte e a Covilhã;







### 2. Estratégias digitais

Associadas ao investimento em Tecnologias de Informação e Comunicação.

Promoção da mobilidade suave

Esta linha de intervenção está associada a investimentos relacionados com a fileira de mobilidade eléctrica de duas rodas.

O quarto projecto âncora desta área temática agrega intervenções que assegurem as condições de vida locais e promovam a qualidade e o bem-estar das populações do território, numa lógica de oferta de serviços básicos.

No que se refere às infra-estruturas básicas, não obstante o progresso na capacitação do território quanto às áreas de águas, saneamento e resíduos, há ainda margem de progresso, nomeadamente na promoção da eficiência dessas infra-estruturas.

Uma área de intervenção prende-se, assim, com um projecto âncora de Promoção da eficiência nas infra-estruturas básicas, em particular através dos seguintes dois projectos de base:

- 1. Capacitação infra-estrutural nos sistemas de água e melhoria da eficiência de consumos;
- Promoção da eficiência do modelo existente no tratamento na gestão de resíduos sólidos.

## 4.4.4. Área temática D. Capital Humano e Modernização Administrativa

O racional da estratégia das Beiras e Serra da Estrela em torno do capital humano e da modernização administrativa centra-se, por um lado, nas qualificações da mão-de-obra local, na formação profissionalizante (educação vocacional), adaptadas à realidade e padrão de especialização económico local; e, por outro lado, na promoção da eficiência por via da reorganização de serviços municipais numa lógica de partilha de recursos, em prol de uma Administração Pública eficiente.

Capital humano e modernização administrativa: Projectos âncora e de base

Área temática	Projectos âncora (PA)	Projectos de Base (PB)
D. Capital Humano e Modernização Administrativa	serviços partilhados na Região	1.1. TIC - capacitação  1.2. Plano de Formação  1.3. Partilha de infraestruturas, equipamentos e recursos (ver PA da área de Infraestruturas, Logística e Mobilidade) - Componente intangível

Fonte: Análise EY com base na auscultação aos agentes locais

Neste âmbito, o projecto âncora define-se precisamente ao nível da avaliação da oportunidade para serviços partilhados. Esta análise serve como ponto de partida para definir as áreas de partilha de recursos e estabelecer as acções para a concretizar. Nesse sentido, os projectos de base, que corporizam esta actuação prendem-se com:

- Capacitação em torno das tecnologias de informação e comunicação, no sentido de facilitar a partilha de serviços;
- 2. Plano de formação

Delinear de um plano de formação para a Região das Beiras e da Serra da Estrela em torno das áreas para serviços partilhados e de outras tidas como relevantes, com base no diagnóstico inicial.

3. Partilha de infra-estruturas, equipamentos e de recursos

De que é exemplo a constituição do "Parque de Máquinas e Recursos Intermunicipal", tal como descrito na área temática de Logística, Mobilidade e Serviços básicos ou a organização de um "Piquete para pequenas reparações/intervenções" com base no aproveitamento de frotas e colaboradores municipais, tal como descrito na área temática de Inovação, Internacionalização e Atracção de Investimento Produtivo.







Neste domínio, e reconhecendo o papel que os Municípios vão assumir na gestão de Fundo Social Europeu, importa assegurar acções, eventualmente mais desconcentradas, de disponibilização de oferta formativa concertada e de intervenções locais ao nível de fenómenos relevantes como sejam o abandono escolar.

### 4.4.5. Área temática E. Saúde, Terceiro Sector e Desenvolvimento Social

O racional da estratégia de intervenção pública das Beiras e Serra da Estrela nesta área temática centra-se em assegurar condições de vida que promovam a qualidade e o bem-estar das populações do território. A este respeito, importa considerar três áreas de intervenção principais:

- Saúde
- ▶ Terceiro Sector
- Desenvolvimento Social

Saúde, Terceiro Sector e Desenvolvimento Social: Projectos âncora e de base

Área temática	Projectos âncora (PA)	Projectos de Base (PB)
E. Saúde, Terceiro Sector e Desenvolvimento Social	Agenda para a inovação através do Living Lab Temático na área da Saúde     Rede social supramunicipal	1.1. Programa de Envelhecimento Activo: 1.1.2. Capacitação do Pólo de Investigação em Telemedicina 1.1.3. Projecto associado ao Bioclimatismo e à saúde respiratória 2.1. Rede social: 2.1.1. Desenvolvimento de serviços partilhados e funcionamento em rede 2.1.2. Actividades de certificação e de formação
	3. Infraestruturas e equipamentos de	
	saúde: capacitação	

Fonte: Análise EY com base na auscultação aos agentes locais

Com efeito, se o Portugal 2020 se centra em torno do reforço da competitividade, no sentido de contribuir efectivamente para a criação de riqueza, também não é menos verdade que as preocupações com o desenvolvimento social adquirem particular relevância, sobretudo numa lógica de apoio a grupos mais vulneráveis — jovens, idosos, deficientes, imigrantes — em áreas como a saúde, a segurança social e a promoção da sua inclusão na sociedade.

No que se refere à área da Saúde, e à promoção das condições de vida locais através da prestação de cuidados de saúde de qualidade, há, desde logo, a destacar a pertinência de associar as infra-estruturas e cuidados de sáude aos recursos locais. De facto, o território diferencia-se pelo seguinte conjunto de factores, nomeadamente:

- ▶ Aposta em sub-sectores da saúde, como o software e os equipamentos médicos (através do Parkurbis, UBIMedical, CHCB, UBI, ULS da Guarda) e no termalismo (termas do Cró, Unhais da Serra, Longroiva e Águas Santas);
- ► Capacidade hoteleira, com cerca de 3.400 camas;
- Disponibilidade de estruturas especializadas, como residências seniores privadas, unidades hoteleiras de referência para turismo de saúde e rede de casas de turismo rural de qualidade a que se soma uma rede de casas de aldeia (de montanha, xisto, aldeias históricas);
- Preços competitivos na prestação de cuidados quando comparados com os praticados nos grandes centros urbanos ou em países como a Alemanha. O custo médio actual por utente em "lar ou residência sénior" situa-se nos 927 euros por mês;
- ▶ Entidades do ensino superior nas áreas dos cuidados seniores, cuidados de saúde e apoio social, electrónica e software;
- Capacidade de I&D com projectos em curso nas áreas do ambient assisted living (AAL), dos cuidados continuados, da telemedicina e da telemonitorização (UBI, Instituto de Telecomunicações, CHCB);
- ▶ Especialização no domínio das doenças respiratórias (ULS da Guarda);
- ▶ Rede de vias de comunicação e investimentos de relevo em infra-estruturas e serviços digitais (cloud);
- ► Empresas a desenvolver projectos de AAL na Região das Beiras e da Serra da Estrela, tais como, a PT, a HopeCare, a Plux ou a Siemens.

O projecto âncora no domínio da Saúde prende-se com uma agenda para a inovação através do *living lab* temático.







### Este PA envolve três projectos de base:

1. Programa de envelhecimento activo

O programa tem como público-alvo os habitantes – residentes permanentes – como os turistas/visitantes, nomeadamente através de uma rede de percursos, tirando partido das condições geográficas e dos recursos naturais do território, como base de promoção da qualidade de vida local, mas também de alavancagem da oferta turística.

2. Capacitação do Pólo de Investigação em Telemonitorização para a Saúde

Este projecto integra o conjunto de iniciativas do *Living Lab* da Cova da Beira e resulta da parceria entre o Município do Fundão, a Universidade da Beira Interior (UBI) e o Centro Hospitalar da Cova da Beira (CHCB). Desta iniciativa, há a referir a Unidade Móvel de Saúde – um dispositivo de monitorização da saúde das populações mais desfavorecidas da Região das Beiras e da Serra da Estrela - e a Unidade de Medicina Nuclear, projectos cuja implementação deve ser prosseguida, no sentido de promover uma maior autonomia e controlo da doença.

3. Projecto associado ao bioclimatismo, à saúde respiratória e ao termalismo

O Município da Guarda assinou recentemente um protocolo com a Unidade Local de Saúde da Guarda, o Instituto Politécnico da Guarda (IPG), a UBI e a Associação para a Promoção do Ambiente e Saúde no Concelho da Guarda (Guard'Ar), no sentido de promover um centro de excelência na investigação e tratamento de doenças do foro respiratório, com vocação turística, com base na recuperação do Sanatório Sousa Martins.

No que se refere às termas, disponíveis em diversos Municípios – Almeida, Mêda, Manteigas e Sabugal – há a destacar o seu potencial em matéria de turismo de saúde e da prestação de cuidados de saúde especializados, tirando partido do stock de unidades hoteleiras e de equipamentos hospitalares disponíveis, que podem ser articulados com a presença de médicos especialistas.

Estes projectos são agregados no *Living lab* da Saúde, em torno da prestação de cuidados de saúde especializados e de alavancagem do terceiro sector.

Este projeto-âncora passa por mobilizar e qualificar agentes turísticos e instituições sociais das Beiras e Serra da Estrela, tendo por intuito, mediante uma abordagem estratégica de todo o território, reunir condições para acolher pessoas seniores (turismo ativo, convalescença, tratamento casuístico ou demência), com elevado nível de qualidade, proporcionando-lhes, simultaneamente, serviços de acompanhamento e tele-monitorização de saúde.

Após qualificação dos agentes locais e do cumprimento de requisitos de qualidade (logística e recursos humanos) necessários, o projeto abordará temáticas relacionadas com a promoção de imagem em territórios externos, procurando a captação de novos clientes que garantam a sustentabilidade dos serviços de apoio sénior no território.

Uma das valências do projecto será a investigação e desenvolvimento de novas tecnologias, e serviços, ligados aos cuidados de saúde dirigidos a pessoas seniores (UBI, CHCB, ULS da Guarda), que possibilitarão a tele-monitorização e acompanhamento de doenças crónicas (acompanhamento remoto de doentes com doenças crónicas, como a hipertensão arterial, a insuficiência cardíaca, dor crónica, doenças pulmonares crónicas).

As acções a desenvolver poderão incluir:

- ▶ No eixo de Investigação e Desenvolvimento I&D Saúde e AAL:
  - Formação Técnica e Tecnológica;
  - Empreendedorismo Saúde e devices médicos;
  - Clustering Programa de Interface;
  - Integração em redes nacionais e internacionais.
- ▶ No eixo de capacitação:
  - Rede de Teleassistência;
  - Tele-monitorização e AAL;
  - Certificação das respostas sociais;







- Selo de qualidade;
- Formação aos agentes hoteleiros e de ação social;
- Empreendedorismo social;
- Portal de compras;
- Recursos partilhados;
- Gestão de protocolos
- ▶ No eixo de Promoção Nacional e Internacional:
  - Portal de Reservas;
  - Campanha Promocional;
  - Turismo Sénior e de Saúde;
  - Divulgação de marca no turismo sénior;
  - Programas de turismo sénior;
  - Candidatura à rede europeia de Living Labs.

No que se refere ao terceiro sector, o racional da estratégia de intervenção é a sustentabilidade das IPSS é uma dimensão relevante do território, uma vez que estas entidades prestam um serviço socialmente relevante, sobretudo numa região desertificada e envelhecida, constituindo-se também como importantes empregadores locais.

De acordo INE, o Terceiro Sector representa em Portugal 55.000 instituições, que asseguram cerca de 260.000 empregos e um contributo de 2,8% para o PIB, que aumenta para 3,8% se contabilizado o trabalho voluntário. O território em análise – Beiras e Serra da Estrela (BSE) – conta actualmente com uma rede de 265 instituições sociais, relativas a lares, residências seniores, centros de dia e apoio domiciliário. Em particular, existem 150 instituições a prestar apoio de lar e residência sénior, a 5489 utentes, geradoras de 5000 empregos.

Num território caracterizado por uma baixa densidade, envelhecimento populacional e, mais recentemente, afectado pelo fenómeno do desemprego – tal como apresentado no Capítulo 3 - o Terceiro Sector adquire particular importância no/a:

- Atendimento das necessidades sociais das populações, no apoio à infância e educação, à terceira idade e à reinserção dos grupos socialmente desfavorecidos;
- ▶ Promoção do bem-estar da Comunidade.

Estas instituições, usualmente sem fins lucrativos, desempenham um papel muito relevante de resposta às necessidades locais e de promoção das assimetrias sociais, promovendo a proximidade geográfica e relacional e construindo uma base de capital social regional.

Se o contexto económico recessivo tem vindo a colocar pressão na capacidade de resposta das instituições sociais, há também a referir as potencialidades do Terceiro Sector, em tirar partido da estreita conexão com a prestação de cuidados de saúde e o apoio a cidadãos seniores.

O modelo de organização e de interacção do Terceiro Sector é, pois, relevante para a Região das Beiras e da Serra da Estrela. Atendendo à fragmentação de iniciativas e à tradição tendencialmente individualista destas entidades, importa promover algum tipo de acção concertada, que formará a base de intervenção pública.

Neste âmbito, o projecto âncora no Terceiro Sector é a Rede Social Supramunicipal, que promova a eficiência das IPSS, através dos seguintes dois projectos de base:

- Desenvolvimento de serviços partilhados e funcionamento em rede, nomeadamente através de uma Central de Compras;
- 2. Actividades de formação e de certificação.







Mais estruturalmente, é relevante considerar um terceiro projecto âncora relativo às infra-estruturas e equipamentos de saúde e terceiro sector. Este projecto está, aliás, alinhado com a prioridade de investimento do POR, relativa ao "Investimento na saúde e nas infra-estruturas sociais".

A CCDRC reconhece, em particular, a importância das estratégias territoriais de desenvolvimento local atenuarem as diferenças intra-regionais e minorarem as fragilidades dos territórios do interior, através do desenvolvimento e promoção de actividades da economia social e do aproveitamento das mais-valias locais.

A capacitação das Beiras e Serra da Estrela em matéria de infra-estruturas de saúde e sociais é uma condição essencial para adequar a intervenção neste domínio às características socio-demográficas e geográficas daquele território. Com efeito, o reconhecimento da baixa densidade e interioridade do território, bem como as condições socio-económicas de alguns cidadãos, importa conceber infra-estruturas e equipamentos que optimizem a prestação de cuidados de saúde e de assistência social e que promovam a dinâmica local dessas actividades e, por conseguinte, a inclusão social.







## 5. Governação da EIDT "BSE 2020"

Introdução: Novo enquadramento jurídico das Comunidades Intermunicipais	95
Governação da EIDT da BSE	96

2. Governação da EIDT da BSE

1.









## 5.1. Introdução: Novo enquadramento jurídico das Comunidades Intermunicipais

No âmbito da elaboração da EIDT, cabe a sua devida contextualização no que respeita ao novo enquadramento legal das autarquias locais, o qual abrangeu as entidades intermunicipais. Referimo-nos aqui, em concreto, à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro (estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico), bem como à Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais) <sup>6</sup>.

Para efeitos do presente documento, referimo-nos desde logo ao disposto no artigo 63.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, no qual as comunidades intermunicipais são enquadradas como associações de autarquias locais, tal como as áreas metropolitanas e as associações de freguesias e de municípios de fins específicos. No campo das respectivas atribuições, o artigo 81.º do mesmo diploma vem consagrar, fundamentalmente, "a) a promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido; b) articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal; c) participação das actuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal", afastando aqui uma ruptura relativamente à Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto.

Neste âmbito, cabe ainda notar que residiu no diploma em questão a consagração da "CIM das Beiras e Serra da Estrela", nos termos constantes do Anexo II, procedendo assim à agregação da Comurbeiras (compreendendo as duas NUTS III, Beira Interior Norte e Cova da Beira) e da Comunidade Intermunicipal da Serra da Estrela (abrangendo a NUTS III Serra da Estrela). Pelo respectivo artigo 139.º estabelece-se a este respeito que «As entidades intermunicipais previstas na presente lei constituem unidades administrativas, incluindo para os efeitos previstos no Regulamento (CE) n.º 1059/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003, relativo à instituição de uma nomenclatura comum às unidades territoriais estatísticas (NUTS).»

As alterações promovidas ao nível do enquadramento legal das CIM assentam no reforço da escala intermunicipal, como nível preferencial de actuação municipal, o qual depende necessariamente de um reforço de governação das CIM, da definição de um quadro legal para a contratualização e de uma correcta e efectiva descentralização administrativa de competências (bem como de delegação de competências). O processo em questão, assenta num irrevogável reforço de confiança nas CIM, concretizando em pleno o princípio da subsidiariedade determinado a nível constitucional, fomentando a participação activa e com escala dos municípios na realização dos objectivos estratégicos e programáticos definidos no âmbito do Portugal 2020.

Nestes termos, foi assumida uma estratégia de reforço da componente das CIM enquanto entidades gestoras e de crescente peso e responsabilidade destas, o qual protagoniza uma inevitável aposta no associativismo municipal, através do qual se pretende reforçar a capacidade de gestão dos municípios com vantagens ao nível da eficiência, racionalização dos recursos, uniformização de procedimentos, criação de economias de escalas, partilha de experiências e boas práticas e, consequentemente, uma melhor prossecução do interesse público.

Por outro lado, o reforço das escalas de gestão, exigido pela descentralização administrativa, é conseguido mediante o reforço da cooperação intermunicipal por via do associativismo ou partilha de serviços, designadamente serviços intermunicipalizados.

A EIDT da Comunidade das Beiras e Serra da Estrela constitui-se deste modo como um documento integrador dos projectos que os municípios da sub-região das Beiras e da Serra da Estrela, com referência à Região Centro compreendida no perímetro de intervenção e actuação da CCDRC, pretendem submeter ao escrutínio do financiamento comunitário, em conjugação com a visão da CCDRC relativamente aos restantes planos estratégicos de desenvolvimento intermunicipal.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup>As referidas alterações legislativas constam dos objectivos definidos para a Reforma da Administração Local, os quais se encontram vertidos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2011, de 22 de Setembro, bem como no "Documento Verde da Reforma da Administração Local".







## 5.2. Governação da EIDT da BSE

Esta secção aborda a definição do modelo de governação da EIDT. Com efeito, o eixo de Governação – tal como descrito no Capítulo anterior – é transversal a toda a estruturação da Estratégia e respeita, genericamente, à necessidade de capacitar a nova Comunidade Intermunicipal para as seguintes fases do Plano:

- Negociação da estrutura e envelope financeiro;
- Implementação;
- Gestão;
- ▶ Comunicação e interlocução.

Na governação da EIDT há, desde logo, que atender ao contexto relacional tanto do Plano, como da entidade que o coordena, isto é, a Comunidade Intermunicipal. Com efeito, a CIM enquanto entidade promotora e negociadora da EIDT interage com um conjunto alargado de agentes locais de desenvolvimento. É precisamente através dessa interacção e auscultação aos agentes do território – municípios, entidades do sistema científico e tecnológico, empresas e associações – que se estrutura a EIDT BSE 2020.

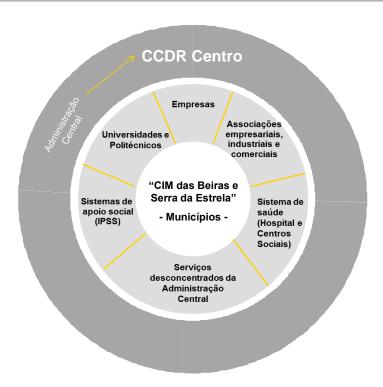
A Figura à direita esquematiza a envolvente relacional da EIDT, com a CIM a desempenhar um papel central.

Na secção 3.1. do Capítulo relativo ao enquadramento estratégico da Região das Beiras e da Serra da Estrela foi feita uma reflexão sobre a implementação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento no período 2007-2013, onde se sistematizaram aprendizagens e lições para o período de 2014-2020.

Em particular, resultou evidente a necessidade de apostar em algumas componentes de governação como é a monitorização e a avaliação dos instrumentos de implementação. Estas componentes são essenciais para a eficiência do processo de gestão da EIDT e para a aferição do impacto dos projectos no território, nomeadamente através do contributo para a consecução dos objectivos inicialmente definidos.

EIDT-BSE 2020: Envolvente relacional e principais agentes de desenvolvimento local

Fonte: Análise EY



Neste âmbito, a componente plano de monitorização da EIDT BSE 2020 contempla duas dimensões:

▶ Institucional, a propor no âmbito da subvenção a contratualizar e que deverá reflectir as relações com o conjunto de parceiros territoriais e sectoriais relevantes para o desenvolvimento temático e operacional do Programa;







## 5.2. Governação da EIDT da BSE

Técnica, que deverá reflectir a racionalidade e a coerência das intervenções, de acordo com os domínios de intervenção e a tipologia de operações seleccionadas, de forma a que o dispositivo concreto de monitorização seja estruturado em torno do padrão de resultados e efeitos esperados.

No que se refere à dimensão institucional, a Figura seguinte sistematiza os principais órgãos a considerar na estrutura de governação da EIDT BSE 2020. Esta estrutura obedece a dois princípios principais: primeiro, cumpre o princípio de aproveitamento das infra-estruturas existentes, promovendo o alinhamento entre a estrutura da CIM e da gestão da EIDT; segundo, alarga o envolvimento dos agentes de desenvolvimento locais à gestão da EIDT, através da criação de um Conselho Consultivo.

EIDT BSE 2020: Modelo de governação macro

Fonte: Análise EY



O modelo de governação definido assenta em quatro órgãos:

- 1. Equipa técnica: composta por recursos da CIM-BSE e capacitado por recursos humanos dos diversos Municípios que, nas respectivas equipas, se dedicarão à implementação, acompanhamento e monitorização dos projectos. A equipa técnica será dirigida pelo Coordenador da CIM-BSE e terá como funções principais:
  - a. Actividades e instrumentos de gestão, acompanhamento, controlo e avaliação das Candidaturas recebidas e projectos aprovados, nas componentes financeira, física e técnica.
  - b. Contactar com as estruturas intersectoriais e veículos de governação de geometria variável já existentes (ex. entidades promotoras dos PROVERE, GAL, Living Lab)
- 2. Direcção de Projectos e Consórcios: liderada pelo Secretário Executivo da CIM-BSE, com principal função de interacção institucional com um conjunto de stakeholders, nomeadamente:
  - Ligação com as Autoridades de Gestão dos Programas e instrumentos aplicáveis, incluindo a CCDRC
  - Ligação com os pontos de contacto de cada um dos 15 Municípios para intermediação em matéria de projectos da BSE 2020
  - Ligação com os diversos stakeholders, numa lógica de aproveitamento das estruturas de governação existentes (ex. Entidades promotoras dos PROVERE. GAL)
- Conselho Directivo: Estrutura equivalente ao Conselho Intermunicipal da CIM-BSE que assegurará, em ligação com o Conselho Consultivo das BSE 2020, a coordenação e implementação da EIDT.







## 5.2. Governação da EIDT da BSE

No que se refere à dimensão técnica, é importante capacitar a CIM, dotando-a de recursos adequados para fazer face à nova composição e aos objectivos estratégicos definidos.

A devida e necessária gestão ao nível da implementação da EIDT determina, assim, a definição de um modelo de governação assente numa estratégia cuja eficiência resulta inevitavelmente da boa articulação quer entre os órgãos internamente definidos, quer na relação com os diferentes interlocutores.

Neste sentido, o funcionamento de toda a estrutura de governação deverá potenciar a absorção da informação necessária para efeitos de acompanhamento dos diferentes projectos, devendo evitar-se os perigos (e riscos) de informação assimétrica por parte de quem assumiu a responsabilidade primária e directa na gestão dos projectos definidos para a Região.

O trabalho desenvolvido pelos diferentes órgãos da estrutura de governação deverá socorrer-se de princípios de flexibilidade e de simplicidade, no sentido de obter a maior eficiência possível. Na sua ligação ao exterior, assume-se que a actuação dos intervenientes relevantes — instituições e restantes agentes — serão fundamentais nas intervenções mais próximas dos problemas a superar (e das oportunidades a realizar), captando sinergias em claro benefício do sucesso da implementação do EIDT.

Neste contexto, importa relembrar que uma das áreas temáticas de intervenção da EIDT é a modernização administrativa e os serviços partilhados do conjunto dos 15 Municípios. A procura de soluções que promovam a eficiência na prestação do serviço público nas suas diversas vertentes, por concentração de infra-estruturas e recursos humanos, exigirá da CIM uma estrutura mais robusta. Tal capacitação envolverá a definição de departamentos funcionais e poderá passar pela integração de recursos humanos dos Municípios ou pela contratação de novos recursos.

Como efectivo auxiliar de gestão, deverá recorrer-se à criação de uma rede de serviços de e-Governance, de caráter supra-municipal, do qual fará parte com *Dashboard* através do qual seja possível analisar e monitorizar os principais indicadores referentes à execução dos projectos a serem desenvolvidos, incluindo naturalmente a componente financeira.

O objectivo inerente ao recurso a ferramentas de Business Inteligence assenta numa alteração de paradigma na gestão e coordenação de implementação de projectos, centrando-se não apenas na garantia efectiva quanto à transparência na gestão e respectiva prestação de contas para com as autoridades de gestão regionais, mas igualmente em motivos de ordem prática, dado que permitem a implementação de mecanimos diferenciadores na gestão.

Referimo-nos, por exemplo, à facilitação na recolha de informação junto dos Municípios e outros promotores, e à possibilidade de emissão de Relatórios semestrais de execução, bem como à incorporação de um mecanismo de auscultação dos munícipes, e de outros intervenientes.

Defende-se, assim, um modelo de Governação da Estratégia que efectivamente incorpore procedimentos de funcionamento verdadeiramente participativos, transparentes e agregadores entre todos os intervenientes.

Em síntese, é possível sistematizar os seguintes grandes princípios de governação assumidos pela CIM-BSE no Plano Estratégico:

- ▶ A estrutura da CIM-BSE assegurará um papel de coordenação, de monitorização e de acompanhamento, sem prejuízo da flexibilidade de outras formas de organização e do estabelecimento de outros consórcios;
- ▶ Serviços partilhados: há um conjunto de intervenções inter-municipais cuja lógica que preside é a partilha de recursos;
- ▶ Sistemas de co-decisão: envolvimento de entidades do sector público, privado e associativo, mesmo que não sejam promotores ou beneficiários directos de projectos, devendo ser auscultados;
- Sistemas de Informação: a CIM deverá optimizar a sua actuação mediante o recurso a ferramentas de Business Inteligence promovendo uma alteração de paradigma na gestão e coordenação de implementação de projectos, centrandose não apenas na garantia efectiva quanto à transparência na gestão e respectiva prestação de contas para com as autoridades de gestão regionais;







- Geometria variável: A CIM poderá vir a fazer parte de outras dinâmicas e de integrar outros projectos/consórcios, que englobem territórios mais amplos do que a CIM-BSE, como é exemplo a inter-regionalidade como a interacção com a Beira Baixa a propósito da baixa densidade e de recursos endógenos, o acompanhamento de consórcios de turismo natureza como as Aldeias de Xisto, as Aldeias Históricas;
- ▶ Formação do consórcio dependente do projecto: por exemplo, no domínio temático da Inovação, Internacionalização e Investimento Produtivo, a intervenção será estruturada em torno da Agência de Internacionalização, Investimento e Inovação - A3I - que funcionará como uma associação sem fins lucrativos, de que serão membros várias entidades relevantes.







## 6. Indicadores e metas de resultado

1. Beiras e Serra da Estrela: Indicadores e metas de resultado









### 6. Indicadores e Metas de Resultado

O presente capítulo tem como objectivo delinear os principais indicadores e respectivas metas do território das Beiras e Serra da Estrela. Com efeito, a aferição de impacto da estratégia delineada para este território, bem como o seu contributo para a estratégia regional do Centro, dependem da capacidade de definir indicadores de base – seja de esforço (input), seja de resultado (output) – e valores, tanto de partida como de alcance.

A este respeito, importa, desde logo salientar a dificuldade em encontrar indicadores desagregados ao nível municipal, que permitam precisamente estabelecer a base de partida para a definição das metas. O Barómetro da Região Centro, sendo um exercício sistemático e pertinente das principais áreas temáticas de intervenção – crescimento e competitividade, potencial humano, qualidade de vida, coesão e sustentabildadade – é composto por diversos indicadores que não estã disponíveis para além da NUT II.

A Tabela seguinte baseia-se nos indicadores compilados no Barómetro do Centro, seleccionando os principais onde existe informação desagregada por NUT III ou onde será possível recolher informação no período actual de programação e mediante meios de *intelligence* adequados.

No que respeita à área de **crescimento e competitvidade**, as Beiras e Serra da Estrela visam contribuir tanto através da atracção de investimento, como do reforço da vocação exportadora das empresas presentes no território. A ênfase na internacionalização, através do apoio a empresas permitirá contabilizar o incremento nas exportações e na atracção de investimento, que numa lógica combinada se pretende que venha a aumentar 10% até 2020. No que se refere às dinâmicas de I&D e de criação de empresas, há a referir a importância de interação próxima com as entidades do sistema científico e tecnológico – nomeadamente a Universidade da Beira Interior, o Instituto Politécnico da Guarda e o Parkurbis – no sentido de compilar informação no decorrer do presente período de programação 2014-2020. Com efeito, estas entidades sãocentrais na formação de recursos humanos altamente qualificados e na geração de oportunidades para o surgimento de empresas de elevado potencial.

No que se refere à área de **potencial humano**, a intervenção das Beiras e Serra da Estrela visa fundamentalmente contribuir para a dinamização populacional, atendendo ao efeito virtusoso que se espera com a atracção de investimentos

para aquele território e de que são exemplo concreto o Data center na Covilhã ou o centro serviços da Altran no Fundão. A dinamização económica será aliás uma condição essencial tanto para a revitalização demográfica – através da fixação de pessoas – como para a melhoria da **qualidade de vida** e do PIB per capita.

Beiras e Serra da Estrela: Indicadores de resultado por NUT III

Área	Subárea	Indicador	Indicador	Portugal	Nut II - Centro	Serra da Estrela	Beira Interior Norte	Cova da Beira
			Exportações de bens (milhões €, 2013)	47.266	9.051	25	197	212
	1.1. Internacionalização	Exportação de bens	Peso das exportações no total nacional (%, 2013)	100	19,1	0,0005	0,0043	0,0047
			Tax a de cobertura (%, 2013)	83,1	125,5	106,31	92,65	216,29
			Proporção de bens de alta tecnologia em exportações (%, 2013)	3,4	1,8	0,48	0,33	0,47
		Investimento directo estrangeiro	IDE (milhões €, 2012)	90783	2258			
			Tax a de crescimento (%)	5,04	-0,83			
			Peso no total nacional (% , 2012)	100	2,49			
	1.2. I&D e Inovação	Investimento em I&D	I&D (milhares €, 2011)	2.566	412	n.d.	6	20
1. Crescimento e			Peso do I&D no PIB (%, 2011)	1,5	1,3	n.d.	0,48	2,07
competitividade			Doutorados (n.º, 2012)	1859	365			
		Doutorados	Doutorados por 1000 habitantes (n.º, 2012)	1,34	1,27			
	1.3.	Empresas gazela	Empresas jovens de elevado crescimento (n.º, 2012)	201	29			
	Dinâmica	Criação líquida de empresas	Nascimentos de empresas (n.º, 2011)	137808	26414			
	empresarial		Morte de empresas (n.º, 2011)	205458	40895			
		Don't be believe to be	PIB a preços correntes (milhões €, 2012)	165.108	30.329	395	1.202	975
	1.4.	Produto interno bruto	Peso do PIB no total nacional (milhões €, 2012)	100	18,4	0,2	0,7	0,6
	Criação de valor e produtividade	Produtividade do trabalho	Produtividade do trabalho (milhares €, por trabalhador, 2011)	30,7	24,5	19,9	18,2	17,9
	produtividade		Produtividade do trabalho (PT=100, 2011)	100	79,8	64,68	59,23	58,37
	2.1. Educação e	Abandono escolar precoce	Tax a de abandono escolar precoce (%, 2013)	19,2	14,7			
	Formação	População jov em com formação superior	População jovem (30-34 anos) com formação superior (%, 2013)	29,2	25,2			
2. Potencial	2.2. Formação de activ os	Formação ao longo da vida	Aprendizagem ao longo da vida (%, 2013)	9,8	10			
humano	2.3. População e Emprego	População residente	População residente (n.º, 2013)	10.427.301	2.281.164	42.696	101.577	85.769
			População residente no total nacional (%, 2013)	100	21,9	0,41	0,97	0,82
			Tax a de variação da população residente (2012-13, %)	-0,57	-0,78	-1,46	-1,60	-1,36
		Tax a de desemprego	Tax a de desemprego (%, 2013)	16,2	11,4			
		Tax a de desemprego jov em	Tax a de desemprego jovem (% , 2013)	38,1	31,6			
Qualidade de vida	3.1. Qualidade de vida	PIB por habitante	PIB por habitante (€, 2012)	15.607	12.835	8.464	11.214	10.881
4. Coesão	4.1. Coesão social	Beneficiários do RSI	Beneficiários do RSI (n.º, 2013)	360.355	53.448	1.773	3.724	2.700
<ol> <li>Sustentabilidade ambiental e</li> </ol>	5.1. Sustentabilidade	Energias renováveis	Peso das energias renováveis no consumo final de energia eléctrica (%, 2012)	36,7	51			
energética	ambiental e	Eficiência energética	Consumo de energia primária (Ktep, 2012)	21474	5724			







### 6. Indicadores e Metas de Resultado

O contributo do território das Beiras e Serra da Estrela para a Estratégia do Centro em matéria de qualidade de vida será também aferido pela sua intervenção nas áreas da saúde e do terceiro sector. Neste âmbito, o aumento da cobertura da rede, a melhoria da eficiência da rede de prestação de assistência e a inovação dos cuidados prestados será alvo de monitorização e quantificação.

No que se refere à área de coesão, nomeadamente coesão social, e para efeitos de compilação dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, será estabelecido contacto com os serviços da Segurança Social regionais.

No que se refere à área de sustentabilidade ambiental e energética, para além de se sistematizar informação sobre projectos empresariais a apoiar nestes domínios, será de se considerar um levantamento sistemático de informação de consumos energéticos e potencial de melhoria de eficiência energética em edifícios públicos dos 15 Municípios. A consulta realizada permitiu definir uma base de 623 empresas no território

Em suma, quando analisados os 25 indicadores do Barómetro do Centro - que visa monitorizar o progresso alcançado pela Região, em alinhamento com a estratégia CRER 2020 reflectida no Plano de Acção Regional - e pesquisada a informação no Instituto Nacional de Estatística, foi possível constatar que, na sua maioria, não estão disponíveis com o nível de desagregação municipal. Por esta via, não é pois possível replicar integralmente a estrutura de monitorização do Centro para as Beiras e Serra da Estrela.

No sentido de estabelecer um conjunto amplo de indicadores que permita a monitorização do plano Beiras e Serra da Estrela, foi feita uma pesquisa adicional dos indicadores disponíveis ao nível municipal. Desta pesquisa resultam as seguintes métricas:

### Crescimento e competitividade

- ▶ Exportações: total, peso no total nacional, taxa de cobertura e proporção de bens de alta tecnologia
- Investigação & Desenvolvimento (I&D): total, peso no Produto Interno Bruto (PIB)
- ▶ PIB: total, peso no total nacional
- ► Produtividade do trabalho: total, índice (Portugal = 100)

#### Potencial Humano

▶ População residente: total, peso no total nacional, taxa de variação

### Qualidade de vida

▶ PIB per capita

#### Coesão

▶ Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)

Atendendo à limitação na desagregação municipal disponível (para construção de bateria de indicadores do território das Beiras e Serra da Estrela) e ao facto do próprio Barómetro analisar em diversas instâncias o ambiente de actividade económica e qualidade de vida do ponto de vista macro, a CIM-BSE optou pela seguinte metodologia:

- 1. Utilizar os indicadores supra, no sentido de assegurar o alinhamento com a CCDRC e o barómetro na medida do possível;
- 2. Remeter para a concretização do Plano Estratégico isto é, a segunda fase de trabalho, relativa ao Plano de Acção, o detalhe das metas tanto de input (exemplo: investimento), como de output ou resultado (volume de negócios, criação de postos de trabalho por qualificação, vocação exportadora, I&D, entre outros). Trata-se de um exercício de agregação das métricas individuais, para obtenção de metas deste território. O referido plano de acção encontra-se em plena fase de elaboração, para consensualização dos projectos âncora e detalhe dos respectivos consórcios de governação, timings de execução e estimativa de montantes de investimento, bem como de impactos.
- 3. Complementar este exercício de equivalência das métricas das Beiras e Serra da Estrela à agregação daquelas individuais dos projectos a realizar, com uma monitorização macro da envolvente económica e social, à semelhança do que a CCDRC faz no seu barómetro. A análise da evolução da envolvente económica, recairá, por sua vez, nas seguintes três dimensões:.







### 6. Indicadores e Metas de Resultado

- Recurso a base de dados empresarial (Amadeus) para caracterizar as principais empresas das Beiras e Serra da Estrela e dos seus 15 Municípios em termos de volume de negócios, CAE e número de trabalhadores. A partir desta análise é possível perceber a dinâmica económica local das empresas presentes no território e de captar o surgimento de novos investimentos. A consulta realizada permitiu definir uma base de 662 empresas no território;
- Interacção com entidades do Sistema Científico e Tecnológico Universidade da Beira Interior, Instituto Politécnico da Guarda e Parkurbis – reunir informação sobre o número de doutorados e o número de empresas criadas por docentes ou alunos no âmbito da concretização de ideias ou de áreas de investigação;
- Interacção com entidades regionais de Segurança Social e Emprego, reunir informação sobre recurso a prestações sociais rendimento social de inserção e de desemprego.

A análise da envolvente social das Beiras e Serra da Estrela será levada a cabo através da elaboração de um inquérito de satisfação aos cidadãos com residência no território, com base na estrutura do inquérito conduzida pela CCDRC para efeitos do barómetro.







## 7. Anexos

1.	Anexo I: BSE – Agentes Locais	105
2.	Anexo II: Coerência da EIDT com as orientações comunitárias e de políticas públicas nacionais	123
3.	Anexo III: Contributo dos Planos Nacionais Sectoriais para a FIDT	130







Designação	Localização
Associações Empresariais	
CEBSE - Conselho Empresarial das Beiras e Serra da Estrela	
ACICF - Associação Comercial e Industrial do Concelho do Fundão	
AECBP - Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor	Covilhã
NERGA – Associação Empresarial da Região da Guarda	Guarda
AAPIM - Associação de Agricultores para Produção Integrada de Frutos de Montanha	
AENEBEIRA - Associação Empresarial do Nordeste da Beira	Guarda
AESE - Associação Empresarial da Serra da Estrela	Seia
AASE - Associação de Artesãos da Serra da Estrela e Região Centro de Portugal	Seia
ACG - Associação do Comércio e Serviços do Distrito da Guarda	Guarda
CERCOBE - Associação dos produtores de cereja da Cova da Beira	Fundão
APISESTRELA - Associação de Apicultores do Parque Natural da Serra da Estrela	Gouveia
Associação Comercial de Gouveia, Seia e Fornos de Algodres	Gouveia
Covicôa - Associação de Produtores de Pequenos Ruminantes da Bacia Hidrográfica do Côa	Pinhel
Associação Industrial e Comercial de Pinhel	Pinhel
Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo	Figueira de Castelo Rodrigo
Pisco Távora - Associação Produtores Florestais	Trancoso
Alto da Broca - Associação de Produtores Florestais	Trancoso
ACRIGUARDA - Associação de Criadores de Ruminantes do concelho da Guarda	Guarda
ACRISABUGAL - Assoc.De Criadores De Rominantes Do Concelho Do Sabugal	Sabugal
NERCAB - Associação Empresarial da Região de Castelo Branco	Castelo Branco
Grupos de Acção Local	
ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural da Estrela Sul	Cortes do Meio
RUDE - Associação de Desenvolvimento Rural	Covilhã
Castelos do Côa - Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira	Trancoso
ADRUSE - Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela	Gouveia
PRO-RAIA - Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte	Guarda







Designação	Localização
Entidades do Sistema Educativo, Científico e Tecnológico	
Universidade da Beira Interior	Covilhã
Instituto Politécnico da Guarda	Guarda
EPF - Escola Profissional do Fundão	Fundão
IGEP - Instituto de Gouveia, Escola profissional	Gouveia
EPSE - Escola Profissional da Serra da Estrela	Seia
EPT - Escola Profissional de Trancoso	Trancoso
ENSIGUARDA - Escola Profissional da Guarda	Guarda
Parkurbis - Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã	Covilhã
CACE da Beira Interior	Seia
Incubadora a Praça (Living Lab Cova da Beira)	Fundão
Entidades do Sistema de Saúde e Terceiro Sector	
Centro Hospitalar da Cova da Beira	Covilhã
Hospital Nossa Senhora da Assunção	Seia
Hospital Sousa Martins	Guarda
Hospital Distrital do Fundão	Fundão
Centro de Saúde de Seia	Seia
Centro de Saúde de Celorico da Beira	Celorico da Beira
Centro de Saúde da Covilhã	Covilhã
Centro de Saúde de Gouveia	Gouveia
Centro de Saúde da Guarda	Guarda
Centro de Saúde de Manteigas	Manteigas
Centro de Saúde do Fundão	Fundão
Centro de Saúde de Belmonte	Belmonte
Centro de Saúde de Fornos de Algodres	Fornos de Algodres
Centro de Saúde de Trancoso	Trancoso
Centro de Saúde de Pinhel	Pinhel
Centro de Saúde do Sabugal	Sabugal







Designação	Localização			
Entidades do Sistema de Saúde e Terceiro Sector				
Centro de Saúde de Meda	Meda			
Centro de Saúde de Almeida	Almeida			
Centro de Saúde de Figueiria de Castelo Rodrigo	Figueira de Castelo Rodrigo			
Hospital Nossa Senhora da Assunção	Seia			
Santa Casa da Misericórdia da Guarda	Guarda			
Associação de Beneficiência Popular de Gouveia	Gouveia			
Santa Casa da Misericórdia de Fornos de Algodres	Fornos de Algodres			
Santa Casa da Misericórdia de Manteigas	Manteigas			
Santa Casa da Misericórdia de Seia	Seia			
Santa Casa da Misericórdia do Fundão	Fundão			
CS Almeida	Almeida			
CS Celorico da Beira	Celorico da Beira			
CS Figueira de Castelo Rodrigo	Figueira de Castelo Rodrigo			
CS Fornos de Algodres	Fornos de Algodres			
CS Gouveia	Gouveia			
CS Guarda	Guarda			
CS Manteigas	Manteigas			
CS Meda	Meda			
CS Pinhel	Pinhel			
CS Sabugal	Sabugal			
CS Seia	Seia			
CS Trancoso	Trancoso			
Associação Nossa Senhora da Esperança	Belmonte			
Centro de Apoio Social de Maçainhas	Belmonte			
Centro de Assistência Paroquial de Caria	Belmonte			
Santa Casa da Misericórdia de Belmonte	Belmonte			







Designação	Localização
Entidades do Sistema de Saúde e Terceiro Sector	
Centro Social e Paroquial do Imaculado Coração de Maria de Colmeal da Torre	Belmonte
SOLI'S - Associação de Solidariedade Social	Belmonte
Associação Centro de Dia de Vale Formoso	Covilhã
Associação Centro Social do Sagrado Coração de Maria do Ferro	Covilhã
Associação de Solidariedade Social de Sobral S. Miguel	Covilhã
Associação Protectora da Infância	Covilhã
Associação Regional de Solidariedade e Progresso do Alto do Zêzere	Covilhã
Casa do Menino Jesus	Covilhã
Centro de Apoio a Crianças Carenciadas e Idosos de Cortes - Associação de Solidariedade Social	Covilhã
Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade	Covilhã
Centro de Dia de Orjais	Covilhã
Centro Solidariedade Social de São Jorge da Beira	Covilhã
Centro Paroquial Assistência Formação Social Erada	Covilhã
Centro Paroquial de Assistência de Nossa Senhora Dores	Covilhã
Centro Social e Cultural de Santo Aleixo	Covilhã
Centro Social da Coutada	Covilhã
Centro Social de Nossa Senhora da Conceição	Covilhã
Centro Social de Vales do Rio	Covilhã
Centro Social do Divino Espírito Santo de Peraboa	Covilhã
Centro Social e Cultural de Verdelhos	Covilhã
Centro Social Paroquial Aldeia de S. Francisco de Assis	Covilhã
Centro Social Paroquial de Santa Maria Maior	Covilhã
Centro Social Paroquial de Santo André de Boidobra	Covilhã
Lar de São José	Covilhã
Fundação Imaculada Conceição	Covilhã
Santa Casa da Misericórdia da Covilhã	Covilhã







Designação	Localização
Entidades do Sistema de Saúde e Terceiro Sector	
Fundação "Centro de Assistência Anita Pina Calado"	Covilhã
Instituto de Apoio Social de Ourondo	Covilhã
Centro de Dia para Idosos do Sarzedo	Covilhã
Centro de Dia de Cantar - Galo	Covilhã
Centro Alcoólicos Recuperados da Cova da Beira	Covilhã
Centro Social e Cultural de Casegas	Covilhã
Banco Alimentar Contra a Fome da Cova da Beira	Covilhã
Liga dos Amigos do Bairro dos Penedos Altos	Covilhã
Centro de Assistência Social de Dominguiso	Covilhã
ACM - Associação Cristã da Mocidade da Beira Interior	Covilhã
APPACDM da Covilhã - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Covilhã	Covilhã
Centro Social Comunitário do Peso	Covilhã
Centro de Assistência Social de Tortosendo	Covilhã
Casa de Nossa Senhora de Fátima	Fundão
Centro de Assistência Social Três Povos	Fundão
Centro de Dia de Atalaia do Campo	Fundão
Centro de Dia de Barroca	Fundão
Centro de Dia de Nossa Senhora do Fastio	Fundão
Centro Paroquial de Assistência de Donas	Fundão
Centro Paroquial de Assistência do Souto da Casa	Fundão
Centro Paroquial de Bem Estar Social de Valverde	Fundão
Centro Paroquial de São Bartolomeu	Fundão
Centro Social e Cultural de Bogas de Baixo	Fundão
Centro Social Paroquial de Alcaide	Fundão
Centro Social e Paroquial de Santo Estevão de Póvoa de Atalaia	Fundão
Fundação Gamboa Pina Ferrão	Fundão







Designação	Localização
Entidades do Sistema de Saúde e Terceiro Sector	
L.A.M.A.R- Liga de Amigos da Mata da Rainha	Fundão
Obra do Socorro Familiar	Fundão
Santa Casa da Misericórdia de Alpedrinha	Fundão
Santa Casa da Misericórdia de Soalheira	Fundão
Santa Casa da Misericórdia do Fundão	Fundão
Associação de Apoio aos Jovens e Idosos de Bogas de Cima - AAJIBC	Fundão
TECTO - Centro Social do Telhado	Fundão
Centro de Dia Santa Luzia	Fundão
Centro de Dia de Enxabarda	Fundão
Centro Social de Castelo Novo	Fundão
Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Silvares	Fundão
União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Castelo Branco	Fundão
Centro Assistencial Cultural e Formativo do Fundão	Fundão
Centro Social da Torre	Fundão
Centro Social Nossa Senhora das Necessidades de Alcaria	Fundão
Centro Comunitário de Lavacolhos	Fundão
APPACDM do Fundão - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	Fundão
Associação de Solidariedade Social Recreativo Cultural de Janeiro de Cima	Fundão
Associação Desportiva e Social de Leomil	Almeida
Associação Social Cultural e Recreativa de Monteperobolso	Almeida
Associação de Solidariedade Social, Cultural e Desportiva de Aldeia Bela	Almeida
Associação Cultural e Recreativa de Mesquitela da Raia	Almeida
Associação Desportiva, Cultural e Social da Aldeia de S.Sebastião	Almeida
Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Ade	Almeida
Associação dos Amigos de Peva	Almeida
As. para o Desenvolvimento da Região de Almeida	Almeida







Designação	Localização
Entidades do Sistema de Saúde e Terceiro Sector	
Centro de Acolhimento e Integração Social	Almeida
Centro de Assistência Social de Vilar Formoso	Almeida
Centro de Bem Estar Social de Malhada Sorda	Almeida
Centro Lúdico Cultural e Social de Vilar Formoso	Almeida
Centro Social Cultural e Desportivo Miuzelense	Almeida
Centro Social de Rio Seco	Almeida
Centro Social Paroquial de Santo António da Nave de Haver	Almeida
Santa Casa da Misericórdia de Almeida	Almeida
Associação Sócio - Terapêutica de Almeida, IPSS	Almeida
Associação Recreativa, Cultural e Social Valdamulense	Almeida
Centro Social Recreativo e Cultural de Castelo Bom	Almeida
Associação para o Desenvolvimento e Acção Social de Malpartida	Almeida
Associação Desportiva Cultural e Social de Mido	Almeida
Comissão de Melhoramentos de Freineda	Almeida
Associação Cultural e Recreativa da Junça	Almeida
Associação Social, Cultural, Desportiva e Recreativa de Amoreira	Almeida
Centro de Cultura e Bem Estar das Naves	Almeida
Associação Cultural "Conheça a Sua Aldeia, O Freixo"	Almeida
Associação de Apoio Social e Desenvolvimento de Galisteu e Vide - Entre - Vinhas	Celorico da Beira
Associação de Melhoramentos Cultural e Desportiva com Protecção Infância e Terceira Idade	Celorico da Beira
Associação de Melhoramentos Cultural Desportiva e Recreativa de Vale de Azares	Celorico da Beira
Associação de Solidariedade Social da Rapa	Celorico da Beira
Associação de Solidariedade Social e de Melhoramentos de Fornotelheiro	Celorico da Beira
Associação Lageosense de Solidariedade Social	Celorico da Beira
Associação Social de Apoio à Terceira Idade - Maçal do Chão	Celorico da Beira
Associação de Melhoramentos Cultural Desportiva Recreativa do Concelho de Celorico Beira	Celorico da Beira







Designação	Localização
Entidades do Sistema de Saúde e Terceiro Sector	·
Comissão de Melhoramentos da Carrapichana	Celorico da Beira
Liga dos Amigos do Baraçal	Celorico da Beira
Liga dos Naturais e Amigos de Prados	Celorico da Beira
Santa Casa da Misericórdia de Celorico da Beira	Celorico da Beira
Associação de Melhoramentos Cultural Recreativa e Desportiva da Velosa	Celorico da Beira
Associação de Cultura, Desporto e Melhoramentos da Freguesia de Açores	Celorico da Beira
Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Celorico da Beira	Celorico da Beira
Associação Social Desportiva Recreativa e Cultural de Minhocal	Celorico da Beira
Associação de Solidariedade do Cadafaz	Celorico da Beira
Asssociação Desportiva Cultural de Beneficência e Desenvolvimento de Cortiçô da Serra	Celorico da Beira
Centro Social da Freguesia da Mesquitela	Celorico da Beira
Santa Casa da Misericórdia de Linhares	Celorico da Beira
Centro Cultural e Social de Linhares da Beira	Celorico da Beira
Associação de Melhoramentos da Freguesia de Ratoeira	Celorico da Beira
Associação Desportiva, Cultural e de Melhoramentos de Casas do Soeiro (A.D.C.M.C.S.)	Celorico da Beira
Liga dos Amigos de Aldeia da Serra - Associação Para o Desenvolvimento Social e Cultural	Celorico da Beira
Associação Social de Apoio aos Mais Necessitados do Concelho de Celorico da Beira	Celorico da Beira
Associação Cultural Desportiva e Social Almofalense	Figueira de Castelo Rodrigo
Casa da Freguesia de Escalhão	Figueira de Castelo Rodrigo
Centro Social de Mata Lobos	Figueira de Castelo Rodrigo
Centro Social Paroquial de Algodres	Figueira de Castelo Rodrigo
Fundação D. Ana Paula Águas Vaz de Mascarenhas e Garcia e Dr.Álvaro Augusto Garcia	Figueira de Castelo Rodrigo
Santa Casa da Misericórdia de Figueira de Castelo Rodrigo	Figueira de Castelo Rodrigo
Centro de Solidariedade Social de Algodres	Figueira de Castelo Rodrigo
Associação Sócio-Cultural da Freixeda do Torrão	Figueira de Castelo Rodrigo
Associação Cultural, Social e de Melhoramentos da Vermiosa	Figueira de Castelo Rodrigo







Designação	Localização
Entidades do Sistema de Saúde e Terceiro Sector	
Associação Desportiva Cultural e Social de Vilar de Amargo	Figueira de Castelo Rodrigo
Associação para o Desenvolvimento das Adeias do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo	Figueira de Castelo Rodrigo
Figueira S.O.S., Associação de Solidariedade Social	Figueira de Castelo Rodrigo
Centro de Solidariedade Social de Reigada	Figueira de Castelo Rodrigo
Douro Social - Associação de Solidariedade de Barca de Alva	Figueira de Castelo Rodrigo
ADVA - ASS Associação de Desenvolvimento de Vale de Afonsinho - Associação de Solidariedade Social	Figueira de Castelo Rodrigo
Associação de Melhoramentos Social, Cultural e Recreativa da Mata	Fornos de Algodres
Associação para o Desenvolvimento da Muxagata	Fornos de Algodres
Associação Liga dos Amigos do Sobral do Pichorro	Fornos de Algodres
Associação de Promoção Social Cultural e Desportiva de Fornos de Algodres	Fornos de Algodres
Associação de Promoção Social Recreativa e Desportiva de Juncais	Fornos de Algodres
Associação de Promoção Social Recreativa e Desportiva de Vila Ruiva	Fornos de Algodres
Associação de Promoção Social, Recreativa, Desportiva e Humanitária de Maceira	Fornos de Algodres
Centro de Dia Liga dos Amigos de Figueiró da Granja	Fornos de Algodres
Liga dos Amigos da Matança	Fornos de Algodres
Liga dos Amigos de Queiriz	Fornos de Algodres
Associação de Promoção Social, Cultural e Desportiva de Cortiçô	Fornos de Algodres
Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Fornos de Algodres	Fornos de Algodres
Associação para o Desenvolvimanto Social do Ramirão	Fornos de Algodres
A.V.S.C Associação Social, Cultural e Recreativa de Vila Soeiro do Chão	Fornos de Algodres
A Nossa Casa	Gouveia
Associação de Beneficência Cultural e Recreativa da Freguesia de Lagarinhos	Gouveia
Associação de Beneficência Cultural e Recreativa de Melo	Gouveia
Associação de Beneficência Popular de Gouveia	Gouveia
Associação dos Amigos da Nespereira - Gouveia	Gouveia
Asssociação de Voluntários de Acção Social Vila Cortez da Serra	Gouveia







Designação	Localização
Entidades do Sistema de Saúde e Terceiro S	ector
Casa do Povo de Vila Nova de Tazem	Gouveia
Centro de Assistência Cultura e Recreio Arcozelo da Serra	Gouveia
Centro de Assistência, Cultura e Recreio de Paços da Serra	Gouveia
Centro Social Paroquial de Figueiró da Serra	Gouveia
Centro Social Paroquial de Nabais	Gouveia
Centro Social Paroquial de Vinhó	Gouveia
Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Assunção	Gouveia
Fundação D. Laura Santos de Moimenta da Serra	Gouveia
Fundação Nun' Álvares	Gouveia
Grupo Aprender em Festa	Gouveia
Liga de Promoção Humanitária e Cultural de São Paio	Gouveia
Liga dos Amigos da Freguesia de Rio Torto	Gouveia
Liga dos Amigos de Ribamondego	Gouveia
Liga Humanitária Social e Cultural de Aldeias	Gouveia
Santa Casa da Misericórdia de Gouveia	Gouveia
Associação Jovens para a Solidariedade	Gouveia
Centro de Assistência e Cultura de Vila Franca da Serra	Gouveia
Comissão Melhoramentos de Freixo da Serra	Gouveia
Associação Lar de Folgosinho	Gouveia
Comissão de Melhoramentos de Figueiró da Serra	Gouveia
Grupo Pró-Vilanovenses	Gouveia
Reencontro - Associação Social, Educativa e Cultural	Gouveia
ADM Estrela-Associação de Desenvolvimento e Melhoramentos	Guarda
Associação de Melhoramentos de Aldeia Viçosa	Guarda
Associação Cultural e Social de Famalicão	Guarda
Associação Cultural Social da Freguesia de Panóias	Guarda







Designação	Localização
Entidades do Sistema de Saúde e Terceiro Sector	·
Associação de Beneficência, Cultura e Desporto de Trinta	Guarda
Associação de Beneficência e Melhoramentos para a Freguesia de Pera do Moço	Guarda
Associação de Melhoramentos da Faia	Guarda
Associação de Melhoramentos de Vale de Amoreira	Guarda
Associação de Melhoramentos do Adão	Guarda
Associação de Melhoramentos e Apoio Social de Porto da Carne	Guarda
Associação os Amigos da Nossa Terra	Guarda
Associação Social de Melhoramentos de Gonçalo Bocas	Guarda
Centro Cultural Recreativo e Desportivo do Toito	Guarda
Centro de Acolhimento São João de Deus	Guarda
Centro de Alcoólicos Recuperados do Distrito da Guarda	Guarda
Centro de Apoio Comunitário	Guarda
Centro de Dia de Santa Ana de Azinha	Guarda
Centro de Formação Assistência e Desenvolvimento	Guarda
Centro Paroquial, Cultural e Assistência de Benespera	Guarda
Centro Social e Cultural de Aldeia do Bispo	Guarda
Centro Social e Cultural de Valhelhas	Guarda
Centro Social Paroquial da Sé	Guarda
Centro Social Paroquial de Gonçalo	Guarda
Centro Social e Paroquial de Maçaínhas - CSPM	Guarda
Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Conceição	Guarda
Centro Social Paroquial de São Miguel da Guarda	Guarda
Cjsvf - Centro Juvenil e Social de Vila Fernando	Guarda
Comissão de Melhoramentos de Alvendre	Guarda
Comissão de Melhoramentos de Videmonte	Guarda
Cáritas Diocesana da Guarda	Guarda







Designação	Localização
Entidades do Sistema de Saúde e Terceiro Sector	
Fundação José Carlos Godinho Ferreira de Almeida	Guarda
Grupo Desportivo e Recreativo das Lameirinhas	Guarda
Instituto de São Miguel	Guarda
Lactário Dr. Proença	Guarda
Liga de Amigos de Pousada	Guarda
O Nucleo Desportivo e Social	Guarda
Santa Casa da Misericórdia da Guarda	Guarda
Comissão de Melhoramentos de Casal da Cinza	Guarda
Associação de Melhoramentos, Cultura e Recreio de Vila Garcia	Guarda
Centro Cultural e Social do Marmeleiro	Guarda
Associação Desportiva e Cultural de Vale de Estrela	Guarda
Associação de Melhoramentos e Apoio Social de Vila Cortês do Mondego	Guarda
Associação de Beneficência e Solidariedade Social de Avelãs da Ribeira	Guarda
Centro de Desporto, Cultura e de Solidariedade Social do Pinheiro	Guarda
Associação Cultural Desportiva e Social de Pêga	Guarda
Os Amigos de Arrifana Liga de Solidariedade Social e Melhoramentos	Guarda
Casa da Sagrada Família da Guarda	Guarda
Despertar do Silêncio - Associação	Guarda
Centro Cultural Social e Desportivo da Ramela	Guarda
Associação de Melhoramentos e Desenvolvimento da Guarda	Guarda
Associação Cultural e de Melhoramentos do Bairro Nossa Senhora de Fátima	Guarda
Instituto Sócio-Cultural do Comércio da Guarda	Guarda
Associação Jardim de Infância O Castelo	Guarda
Associação Centro de Acolhimento de Nossa Senhora da Anunciação	Guarda
Comissão de Melhoramentos de Vila Franca do Deão	Guarda
Liga de Solidariedade Social e Melhoramentos - Os Amigos de Albardo	Guarda







Designação	Localização
Entidades do Sistema de Saúde e Terceiro Sector	
Centro Social Paroquial de Famalicão	Guarda
Associação Cultural e Recreativa S. Domingos	Guarda
Associação de Melhoramentos e Acção Social de Vila Soeiro	Guarda
Associação de Beneficência de Mizarela	Guarda
Lava - Liga de Amigos do Vale de Amezendinha	Guarda
Liga de Amigos da Freguesia de Gagos	Guarda
Associação de Apoio Social e Melhoramentos de Sobral da Serra	Guarda
Associação Para a Promoção Social, Cultural e Ambiental de Avelãs de Ambom	Guarda
Associação Cultural, Social e Recreativa da Sequeira	Guarda
União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social - UDIPSS - Guarda	Guarda
Fundação Augusto César Ferreira Gil	Guarda
Centro Comunitário de Acção Social S. Vicente	Guarda
VALORCRIANÇA - Associação de Apoio à Criança	Guarda
Lugar dos Pequeninos - Associação de Promoção Social do Vale do Mondego	Guarda
Mileu - Guarda Sport Club	Guarda
Centro Social da Póvoa do Mileu	Guarda
Centro Paroquial e de Assistência de São Pedro	Manteigas
Santa Casa da Misericórdia de Manteigas	Manteigas
Centro Social Paroquial de Sameiro	Manteigas
AFACIDASE - As. de Familiares e Amigos do Cidadão com Dificuldade de Adaptação da Serra da Estrela	Manteigas
Associação Manteigas Solidária	Manteigas
Associação de Beneficência e Cultura de Outeiro de Gatos	Meda
Associação Social e Cultural António Sampaio e Melo	Meda
Clube Desportivo Recreativo e de Solidariedade Social de Marialva	Meda
Santa Casa da Misericórdia de Meda	Meda
Instituto D. Maria do Carmo Lacerda de Faria	Meda







Designação	Localização
Entidades do Sistema de Saúde e Terceiro Sector	
Associação de Melhoramentos e Desenvolvimento Social e Cultural da Barreira	Meda
Centro Social de Apoio a Idosos e Jovens da Freguesia da Coriscada	Meda
Torrão - Associação Recreativa e Cultural dos Amigos de Longroiva	Meda
Centro Sócio-Cultural da Coriscada	Meda
Centro Social Paroquial da Prova	Meda
Centro Social Paroquial de Aveloso	Meda
Centro Social e Paroquial de Solar do Morgado - Rabaçal	Meda
Associação Social de Cultura e Recreio de Ranhados (A.S.C.R.R.)	Meda
Centro Social de Apoio a Idosos e Jovens da Freguesia de Casteição	Meda
Associação Social Cultural e Desportiva Safurdão	Pinhel
Associação de Melhoramentos, Cultural, Social e Desportiva de Azêvo	Pinhel
Associação Cultural e Recreativa de Bouça Cova	Pinhel
Centro de Apoio Social de Pala	Pinhel
Centro Social e Cultural da Paróquia de Pinhel	Pinhel
Centro Social Cultural e Recreativo do Lamegal	Pinhel
Centro Social Paroquial da Mensagem de Fátima	Pinhel
Centro Social Paroquial de Freixedas	Pinhel
Grupo de Amigos do Manigoto	Pinhel
Santa Casa da Misericórdia de Alverca da Beira	Pinhel
Santa Casa da Misericórdia de Pinhel	Pinhel
Associação de Melhoramentos Cultural e Recreativa do Arco	Pinhel
Fundação D. Teodora Felizarda da Graça Vilhena de Carvalho e Fonseca	Pinhel
Associação Cultural, Desportiva e Social do Valdeime	Pinhel
Associação Desportiva e Cultural Os Amigos do Carvalhal	Pinhel
Associação de Melhoramentos Cultura, Desporto e Recreativa de Santa Eufémia	Pinhel
Associação de Apoio Social, Melhoramentos, Cultura e Desporto dos Terras de Santa Bárbara	Pinhel







Designação	Localização
Entidades do Sistema de Saúde e Terceiro Se	ctor
Centro Social Apoio à Terceira Idade e Jovens da Freguesia de Ervedosa	Pinhel
Associação Cultural de Solidariedade Social de Atalaia e Carvalhal	Pinhel
Associação Recreativa Desportiva e Cultural e Social da Malta	Pinhel
Centro Social Recreativo e Cultural de Souropires	Pinhel
Centro Social e Cultural da Freguesia do Pereiro	Pinhel
Núcleo de Alcoólicos Recuperados de Pinhel	Pinhel
Centro de Apoio Social de Lameiras	Pinhel
Associação de Solidariedade Social Flor do Campo	Pinhel
Associação de Melhoramentos e Apoio Social de Valbom	Pinhel
Amigos da Aldeia da Ponte	Sabugal
Associação Cristã Paz e Bem - Obra Social Padre José Miguel	Sabugal
Associação Cultural Desportiva e Humanitária de Pousafoles do Bispo	Sabugal
Associação de Acção Social e Cultural os Vilaboenses	Sabugal
Associação de Solidariedade Social de Malcata	Sabugal
Associação Social Cultural e Desportiva de Rebolosa	Sabugal
Associação Social de Idosos do Divino Santo Cristo Nave	Sabugal
Casa do Povo de Aldeia Velha	Sabugal
Centro de Dia da 3ª Idade de São Salvador Casteleiro	Sabugal
Associação Social de São Lázaro de Vila do Touro	Sabugal
Centro Social de Lageosa da Raia	Sabugal
Centro Social de Quadrazais	Sabugal
Centro Social de Rapoula do Côa	Sabugal
Centro Social Paroquial Nossa Senhora dos Milagres	Sabugal
Centro Social Paroquial S. José de Vale de Espinho	Sabugal
Comissão de Melhoramentos de Fóios	Sabugal
Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Maior	Sabugal







Designação	Localização
Entidades do Sistema de Saúde e Terceiro Sector	
Liga dos Amigos de Santo Estêvão	Sabugal
Santa Casa da Misericórdia de Alfaiates	Sabugal
Santa Casa da Misericórdia do Sabugal	Sabugal
Santa Casa da Misericórdia do Soito	Sabugal
Sede Cultural do Ensino e Trabalho e Centro Dia para Idosos	Sabugal
Liga dos Amigos de Sortelha	Sabugal
Liga dos Amigos da Freguesia de Aldeia de Santo António	Sabugal
Casa do Povo de Bendada	Sabugal
Associação Recreativa e Cultural dos Forcalhos	Sabugal
Associação Independente Pró-Desenvolvimento Quintas S. Bartolomeu	Sabugal
Associação de Solidariedade Social de Baraçal do Côa	Sabugal
Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Bismula	Sabugal
Centro de Dia Lar Rendo	Sabugal
A.H.S Associação Humanitária de Sandomil	Seia
Associação de Beneficência para o Sabugueiro	Seia
Associação de Promoção Social dos Habitantes da Freguesia de Vide D. Guiomar de Almeida Santos	Seia
Associação Humanitária de Paranhos da Beira	Seia
Associação Humanitária Social e Cultural de Pinhanços	Seia
Associação Loriguense de Apoio à Terceira Idade	Seia
Casa de Santa Isabel - Instituto de Pedagogia Curativa e Socioterapia	Seia
Casa do Povo de Seia	Seia
Casa do Povo de Vide	Seia
Centro Assistência Social Nossa Senhora de La Salette	Seia
Centro de Assistência Paroquial de Loriga	Seia
Centro Paroquial de Assistência e Formação Social de Alvoco da Serra	Seia
Centro Paroquial de Seia	Seia







Designação	Localização
Entidades do Sistema de Saúde e Terceiro Sector	
Centro Social da Lapa dos Dinheiros	Seia
Centro Social da Quinta do Monterroso da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de S.Romão	Seia
Centro Social e Cultural de Santa Comba	Seia
Centro Social e Paroquial de Sazes da Beira	Seia
Centro Social Paroquial de Santa Marinha	Seia
Fundação Angelina Ferreira Moutinho	Seia
Fundação Aurora da Ressurreição Coelho Borges	Seia
Fundação Cardoso de Moura	Seia
Fundação Centro Cristão Juvenil - Casa Sobre a Rocha	Seia
Fundação Dr.António Vieira Tovar Magalhães Albuquerque-Casa de Repouso Nossa Senhora do Socorro	Seia
O Lar do Agricultor - Centro Social dos Agricultores de Sandomil	Seia
Santa Casa da Misericórdia de Seia	Seia
Centro Social e Paroquial de Torroselo	Seia
Solar do Mimo, Centro de Acolhimento de Crianças em Risco	Seia
Associação de Solidariedade Social de Sameice	Seia
Associação de Beneficência e Solidariedade de Lajes	Seia
Centro de Apoio à 3.ª Idade de Cabeça	Seia
Associação Amigos de Teixeira	Seia
Associação de Beneficência para S. Martinho	Seia
Associação de Beneficência Social e Cultural de Tourais	Seia
Associação de Beneficência e Solidariedade Social de Torroselo	Seia
Centro de Solidariedade Social de Vila Cova à Coelheira	Seia
Associação Equestre Entre Amigos	Seia
Associação Valezinense de apoio à Terceira Idade	Seia
Associação de Solidariedade e Acção Social de Carragozela	Seia
Associação Cultural e Recreativa da Freguesia de Rio de Mel	Trancoso







Designação	Localização
Entidades do Sistema de Saúde e Terceiro Se	ctor
Associação para o Desenvolvimento Social e Cultural da Cogula	Trancoso
Centro Social Paroquial de Aldeia Nova	Trancoso
Centro Social Paroquial de Fiães	Trancoso
Centro Social Paroquial de Trancoso	Trancoso
Centro Social Paroquial de Vila Franca das Naves	Trancoso
Liga de Melhoramentos da Freguesia do Reboleiro	Trancoso
Santa Casa da Misericórdia de Trancoso	Trancoso
Centro de Solidariedade Social Santo André - Cótimos	Trancoso
Associação dos Naturais e Amigos de Moimentinha	Trancoso
Associação de Melhoramentos da Granja	Trancoso
Associação de Solidariedade Social de Guilheiro	Trancoso
Centro Social Cultural e Recreativo da Torre do Terrenho	Trancoso
Associação de Melhoramentos da Póvoa do Concelho	Trancoso
Os Carnicenses - Associação para o Desenvolvimento Social e Cultural	Trancoso
Associação Social e Cultural de Sebadelhe da Serra	Trancoso
Associação de Solidariedade Social dos Amigos de Póvoa do Concelho Tranco	
ASSC Associação Sócio-Cultural da Castanheira Tranc	







## 1. Contexto Comunitário: Estratégia Europa 2020

A estratégia Europa 2020 reflecte, desde logo, as alterações contextuais na União Europeia desde 2000, em particular a necessidade de ultrapassar rápida e consistentemente a crise económica vivida, com impactos substanciais ao nível social.

A estratégia Europa 2020 foi também definida com base na estratégia de Lisboa e nas suas forças, nomeadamente os objectivos de crescimento e criação de emprego, mas pretende responder às suas limitações, referentes à fraca implementação e às diferenças entre Estados-membros no que respeita à velocidade e âmbito das reformas.

A estratégia Europa 2020, com base nas três preocupações centrais - em torno do emprego, da produtividade e da coesão social - estabelece três dimensões para o crescimento económico, que se reforçam mutuamente:

- ▶ Crescimento inteligente, através da aposta numa economia baseada no conhecimento e na inovação;
- ▶ Crescimento sustentável, através da promoção de uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva;
- ▶ Crescimento inclusivo, através do fomento de uma economia com níveis elevados de emprego que assegura a coesão social e territorial.

No sentido de concretizar estas prioridades, a Comissão propõe-se alcançar os cinco objectivos tal como elencados na tabela resumo, referentes ao emprego, I&D, redução e CO2, escolaridade e combate à pobreza.

Como mecanismos principais a utilizar para atingir os objectivos propostos, os Estados-Membros apresentam a política de coesão e os fundos estruturais.

A Estratégia Europa 2020 traduz a importância da Europa:

- 1. Mobilizar os seus meios financeiros:
- Explorar novas formas de articulação das finanças públicas e privadas;
- 3. Criar instrumentos inovadores para financiar os investimentos necessários.

Através deste enquadramento, as instituições europeias pretendem reforçar a importância do crescimento e do emprego nas regiões europeias, assumindo os mecanismos de cooperação territorial um papel de destaque no novo ciclo de programação comunitária.

Importa fazer referência ao Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal para o período 2007-2013, que reforçou a "Cooperação Territorial Europeia", um dos três objectivos da União Europeia. O referido programa foi aprovado pela Comissão Europeia, em 25 de Outubro de 2007, visando a promoção do desenvolvimento das zonas transfronteiriças entre Espanha e Portugal e o reforço das relações económicas e das redes de cooperação existentes que têm vindo a desenvolver desde 1989, nomeadamente na execução de projectos de infra-estruturas, e em sectores como o turismo, os serviços sociais, o meio ambiente, a inovação tecnológica, a saúde, a educação ou a cultura. Encontra-se em curso a preparação do próximo Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal (POCTEP) 2014 – 20207.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup>Regulamento (UE) N.º 1299/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17/12/2013, relativo às disposições específicas aplicáveis ao apoio prestado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional ao objectivo da Cooperação Territorial Europeia







## Objectivos da Estratégia Europa 2020

Fonte: Comissão Europeia, Comunicação da Comissão Europa 2020, Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Necessidades	Prioridades	Objectivos
Elevados níveis de:	Crescimento:	Principais objectivos a atingir:
<ul> <li>Emprego;</li> <li>Produtividade;</li> <li>Coesão Social.</li> </ul>	Inteligente — reforçar o conhecimento e inovação:  ➤ Melhorar o ensino;  ➤ Reforçar a investigação;  ➤ Transferência de conhecimento;  ➤ Criação de emprego;  ➤ Sustentável — construção de uma economia sustentável, competitiva e eficiente:  ➤ Implantação das TIC;  ➤ Reforçar vantagens competitivas das PME;  ➤ Inclusivo — capacitação das pessoas através de taxas elevadas de emprego:	<ul> <li>▶ 75% da população de idade entre 20 e 64 anos estar empregada;</li> <li>▶ 3%do PIB da União Europeia investido em I&amp;D</li> <li>▶ Cumprimento das metas em matéria de clima / energia (incluindo subida para 30%do objectivo de redução de emissões);</li> <li>▶ Redução para 10% da taxa de abandono escolar precoce e 40%da geração mais jovem (30-34 anos) dispor de um diploma de ensino superior;</li> <li>▶ 20 milhões de pessoas de não estarem sujeitas ao risco de pobreza.</li> </ul>
	<ul> <li>Modernização dos mercados de trabalho;</li> <li>Protecção social e</li> </ul>	
	sociedade coesa.	







2. Contexto nacional: Declinação dos princípios comunitários no Portugal 2020

Na sequência das orientações Europeias quanto ao modelo de desenvolvimento e às prioridades de aplicação de fundos estruturais, cada Estado-membro iniciou os trabalhos no sentido da definição da respectiva arquitectura de aplicação dos fundos comunitários.

Assim sendo, o Governo Português - através do Acordo de Parceria - tem vindo a desenvolver as actividades necessárias à programação do novo ciclo de intervenção dos fundos comunitários, bem como o seu enquandramento institucional. Do Portugal 2020 resulta, por um lado, a estratégia com vista à prossecução das metas da Estratégia Europa 2020 e, por outro lado, de distribuição dos fundos comunitários acordados entre os Estados-Membros da União Europeia. para o orçamento comunitário do mesmo período (2014-2020).

A declinação nacional dos princípios comunitários encontra-se definida nos seguintes documentos principais:

- ▶ Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2012, de 26 de Novembro, que estabelece as prioridades estratégicas e os princípios orientadores para a aplicação dos fundos europeus estruturais e de investimento para o período 2014-2020:
- ▶ Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de Maio, que aprova os pressupostos do Acordo de Parceria e a estrutura operacional dos fundos do Portugal 2020:
- ▶ Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2013, de 14 de Junho, que estabelece um novo modelo institucional de governação dos fundos europeus.

Esta actividade de organização dos fundos comunitários é tanto mais relevante quanto, no ciclo 2014-2020, estes são encarados como o instrumento nevrálgico do modelo de desenvolvimento português. A definição do Portugal 2020 parte, desde logo, da apresentação das principais condicionantes da evolução económica e social portuguesa, que se podem sistematizar nas seguintes características, tidas como desafios a superar:

- ▶ Evolução demográfica do País, nomeadamente o envelhecimento da população residente e o aumento da esperanca média de vida:
- Deseguilíbrios externos reflectidos no défice crónico da balança comercial e na significativa componente importada do investimento;
- ▶ Restrições de financiamento à economia reflectidas na situação financeira das empresas portuguesas, na desvantagem competitiva da economia doméstica no acesso ao crédito e na procura de crédito relacionada com financiamento de existências e de fundo de maneio:
- ▶ Restrições decorrentes da consolidação das contas públicas, nomeadamente restrições ao investimento e à despesa pública de natureza estrutural:
- ▶ Desemprego e a exclusão social, reflectidos no fenómeno de desemprego de longa duração e no elevado desemprego jovem, nos impactos assimétricos da situação social do país;
- Assimetrias territoriais: o modelo de desenvolvimento português não se revelou capaz de proporcionar um processo de convergência regional do produto interno bruto PIB per capita.

A este contexto acresce a necessidade de cumprir os compromissos assumidos no âmbito do Plano Nacional de Reformas, em linha com a Estratégia Europa 2020, nomeadamente em matéria de prioridades e respectivas metas em áreas como o capital humano, o ambiente, a energia, o investimento em inovação, escolaridade ou o combate à pobreza.

A nível nacional, a estrutura operacional, à semelhança de ciclos de programação, centra-se em três tipos de programas operacionais: 1) Temáticos no Continente; 2) Regionais; e 3) Assistência técnica.

- O Portugal 2020 compreende quatro programas operacionais temáticos no Continente, por comparação com os três programas do QREN:
- ► Competitividade e Internacionalização;
- ▶ Inclusão Social e Emprego;
- Capital Humano;
- Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos.







A Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2012, de 26 de Novembro definiu ainda os princípios orientadores na atribuição e gestão dos fundos comunitários:

- Racionalidade económica;
- Concentração num número limitado de domínios;
- Disciplina financeira e integração orçamental;
- Segregação das funções de gestão e prevenção de conflitos de interesses;
- Transparência e prestação de contas.

O referido documento aponta como eixos orientadores:

- ▶ A programação e a aplicação dos fundos devem ser focadas nos resultados, o que implica intervenções interligadas: desenvolvimento de uma cultura de parcerias de resultados, abordagens territoriais integradas e sistemas de monitorização e avaliação relevantes para ajustamentos nos instrumentos;
- ▶ Os fundos comunitários devem ser preferencialmente mobilizados sob a forma de fundos reembolsáveis, com destaque nas áreas de promoção de eficiência energética, apoios a redes de infraestruturas e respostas sociais diferenciadoras, mas devem assumir carácter não reembolsável em casos de inexistência de retorno ou de produção de externalidades positivas;
- ▶ A simplificação dos procedimentos de aplicação de fundos com uma revisão sistemática de regras e procedimentos;
- ▶ O reforço da articulação entre fontes de financiamento nacionais e comunitárias na programação autonomizada e centralizada da contrapartida nacional do Orçamento do Estado: a programação centralizada permitirá desenvolver processos de aprovação e de mobilização conjunta e facilitar a monitorização da execução de ambas as fontes;
- ▶ O reforço da coordenação e integração entre fundos comunitários e as políticas públicas estruturais. Merece particular referência a mobilização das Abordagens Territoriais Integradas como os Investimentos Territoriais Integrados (ITI), o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) e as Acções Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS).







## 3. Contexto regional: Declinação dos princípios comunitários na Estratégia **CRER**

Na sequência das perspectivas Comunitária e respectiva declinação nacional dos princípios na estruturação do próximo ciclo de programação 2014-2020, esta secção dedica-se à análise dessas declinações a nível regional.

No que respeita à Região Centro, a estratégia de desenvolvimento regional preparada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) assenta numa competitividade responsável, estruturante e resiliente. A estratégia CRER, sintetizada na figura infra, está alinhada com os princípios plasmados nas estratégias Europa 2020 e Portugal 2020 visando respectivamente uma competitividade sustentável do ponto de vista económico, social e ambiental.

Estratégia CRER: Dimensões da Competitividade na Região Centro

Fonte: CRER 2020: Plano de Acção Regional, CCDR-Centro, Julho de 2013.

 Respeitar questões ambientais, relacionadas com os direitos humanos, a qualidade de vida Responsável dos cidadãos, a responsabilidade social e a evolução harmoniosa da Região Centro; • Corresponder a pilares duradouros e **Estruturante** sustentáveis da competitividade a médio prazo, bem como em valor acrescentado: • Robustez face a oscilações de contexto, traçando um rumo de evolução positiva que Resiliente seja capaz de resistir a diferentes tipos de imprevistos que possam surgir a nível nacional e internacional.

A Estratégia da Região Centro, inerente ao modelo CRER, centra-se na geração de valor acrescentado, tendo como ambição atingir as seguintes seis metas:

#### Ambição da estratégia CRER

Fonte: Estratégia CRER, CCDR-Centro.



- ▶ PIB: representar 20% do Produto Interno Bruto nacional (face aos actuais 18,6%), aproximando a importância relativa da Região Centro em termos de actividade económica e peso populacional (22,0%);
- ▶ Inovação: situar-se como Innovation Leader, de acordo com os resultados do Regional Innovation Scoreboard (RIS), continuando a evoluir no investimento efectuado em I&D orientado a resultados, assegurando uma crescente participação do sector privado em projetos deste tipo, promovendo a qualidade, a inovação e empreendedorismo;







- Assimetrias regionais: diminuir em 10% as assimetrias territoriais, reduzindo as disparidades de desenvolvimento económico, coesão social e coesão territorial que marcam o território da Região Centro, nomeadamente ao nível da dicotomia entre o litoral e o interior, entre as áreas urbanas e as áreas rurais;
- Capital humano: apresentar 40% da população jovem (30-34 anos) com formação superior (face aos actuais 27,7%), valorizando as ofertas formativas de qualidade e reforçando as condições de equidade no acesso ao Ensino Superior, promovendo em toda a Região Centro a continuidade dos jovens no sistema de ensino até ao nível superior, nomeadamente em áreas com maior nível de empregabilidade;
- Desemprego: alcançar uma taxa de desemprego inferior a 70% da média nacional (face à actual de 71,1%), promovendo a sustentabilidade dos diversos setores e sistemas produtivos regionais, nomeadamente através da afirmação de novos patamares de competitividade e internacionalização, que garantam um elevado nível de oferta de emprego, bem como do fomento das diferentes vertentes do empreendedorismo.

Associada a estas metas, há a referir a monitorização que a CCDRC conduzirá, no sentido de analisar a evolução do Centro de Portugal e de identificar tendências, bem como lacunas de progresso face à estratégia definida. Este exercício de monitorização focar-se-á nas seguintes cinco áreas temáticas:

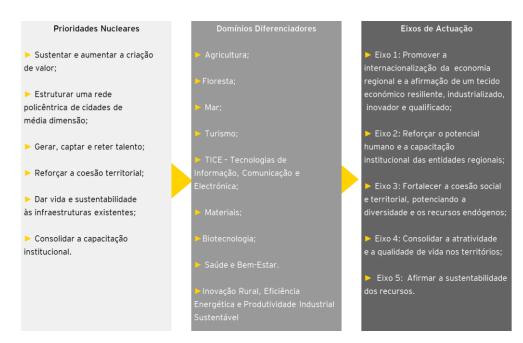
- 1. Crescimento e competitividade;
- 2. Potencial humano;
- 3. Qualidade de vida;
- 4. Coesão;
- 5. Sustentabilidade ambiental e energética.

O sistema de monitorização e de acompanhamento envolve igualmente a identificação e o reconhecimento do mérito e de boas práticas.

A Estratégia CRER encontra-se estruturada, numa lógica sequencial, em:

- Prioridades estratégicas nucleares;
- Domínios diferenciadores: sectores e clusters mais relevantes para atingir as prioridades estratégicas, correspondentes a dinâmicas produtivas da Região Centro com desempenho efectiva ou potencialmente positivo;
- Eixos de actuação: medidas operacionais para implementar a estratégia CRER. Cada eixo apresenta, assim, objectivos que se podem estruturar numa ou mais prioridades estratégias nucleares, uma vez que dependem das características do sector ou *cluster* em análise.

A figura seguinte detalha as prioridades estratégicas, domínios diferenciadores e eixos de actuação.









A tabela infra concilia as prioridades estratégicas nucleares com os eixos estratégicos, revelando as interacções entre os dois níveis de análise. Por um lado, um eixo constitui o caminho para atingir as prioridades estratégicas; por outro lado, uma prioridade estratégica beneficia das iniciativas de projectos entre vários eixos estratégicos.

Relação entre as Prioridades Estratégicas Nucleares e os Eixos de Actuação

Fonte: Estratégia CRER, CCDRCC

	Prioridades Estratégicas Nucleares					
Eixos de Actuação	Estruturar uma rede Policêntrica de Cidades Médias	Criar Valor Acrescentado	Reforçar a Coesão Territorial	Gerar, Captar e Reter Talento	Dar Vida e Sustentabilidade a Infraestruturas Existentes	Consolidar a Capacitação Institucional
Promover a internacionalização da economia regional e a afirmação de um tecido económico resiliente, industrializado, inovador e qualificado		x				
Reforçar o potencial humano e a capitalização institucionaldas entidades regionais				x		x
Fortalecer a coesão social e territorial, potenciando a diversidade e os recursos endógenos	x		x		x	
Consolidar a atratividade e a qualidade de vida nos territórios	x				x	
Afirmar a sustentabilidade dos recursos	x	x	x		x	







Esta secção tem por objectivo proceder à descrição dos principais planos nacionais sectoriais e alinhar a estrutura do Beiras e Serra da Estrela 2020 com os eixos de intervenção daqueles planos.

Neste contexto, se a apresentação da EIDT num plano para 2014-2020 se rege pelas novas directrizes a nível comunitário europeu e nacional, tem também de se alinhar com as orientações nacionais de intervenção.

Com efeito, se a elaboração da EIDT surge na linha comunitária de programação de fundos, é essencial que este documento estratégico da Região das Beiras e da Serra da Estrela esteja também alinhado com as políticas públicas nacionais por sector. Nesse sentido, no que adiante se analisa, e para cada um dos oito sectores analisados, procede-se à:

Descrição da estrutura do plano nacional;

Alinhamento desse plano com a estratégia regional CRER;

Sistematização de sectores directamente relacionados com aquele em análise, numa lógica de sinergia e de promoção multi-sectorial (crescimento inteligente);

Apresentação de projectos emblemáticos na Região das Beiras e da Serra da Estrela, como base de referência e de alavancagem para o desenvolvimento de projectos no âmbito da EIDT.

#### 6.3.1. Ordenamento do Território

De acordo com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), a estratégia traçada até 2025 centra-se em seis objectivos principais que, por sua vez, se estruturam de acordo com eixos de actuação e com medidas específicas.

A Tabela apresentada na página seguinte sistematiza os principais objectivos do PNPOT e as respectivas medidas.







## Objectivos e Medidas do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

Fonte: Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

Objectivos do PNPOT	Medidas do PNPOT
▶ 1.º Objectivo: Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos;	Complementar e aperfeiçoar o sistema de Informação do Património Natural do ICN sobre o território continental;  Completar e actualizar a cobertura do território continental, com as cartas de solos à escala adequada;  Avaliar e monitorizar a evolução do estado e qualidade dos solos, numa perspectiva preventiva;  Estabelecer e implementar um programa de monitorização do estado químico e ecológico;  Completar a cartografia geoquímica do sistema rocha-solo de todo o território;  Completar e actualizar o levantamento geológico;  Elaborar e implementar os Planos Sectoriais da Rede Natura 2000 e os Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas;  Instituir medidas de discriminação positiva para os municípios;  Definir e executar uma estratégia Nacional de Protecção do Solo;  Implementar as orientações da Política Agrícola Comum de incentivo às boas práticas de conservação do solo;  Executar a Estratégia Nacional para as Florestas, melhorando a competitividade;  Implementar os Planos Regionais de Ordenamento Florestal;  Executar a política de gestão integrada dá água.
▶ 2.º Objectivo: Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global;	<ul> <li>Melhorar os sistemas e infraestruturas de suporte à conectividade internacional de Portugal no quadro ibérico, europeu, atlântico e global;</li> <li>Reforçar a capacidade das cidades se afirmarem como motores de internacionalização e desenvolvimento;</li> <li>Promover pólos regionais de competitividade e qualificar o emprego;</li> <li>Promover um maior equilíbrio na distribuição territorial da população e assegurar condições de atracção às escalas nacional, regional e local.</li> </ul>
➤ 3.º Objectivo: Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;	<ul> <li>Reforçar os centros urbanos estruturantes das regiões, em particular nas regiões menos desenvolvidas;</li> <li>Estruturar e desenvolver as redes de infra-estruturas de suporte à acessibilidade e à mobilidade, favorecendo a consolidação de novas centralidades urbanas e de sistemas urbanos mais policêntricos;</li> <li>Promover um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico no Continente, contrariar a construção dispersa, estruturar a urbanização difusa e incentivar o reforço de centralidades intra-urbanas;</li> <li>Promover um desenvolvimento integrado dos territórios de baixa densidade e das zonas rurais ajustado à sua diversidade, considerando em especial as necessidades e a especificidade das áreas mais vulneráveis e despovoadas.</li> </ul>
▶ _4.º Objectivo: Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;	<ul> <li>Promover o ordenamento das redes de educação;</li> <li>Desenvolver uma rede nacional de prestação de cuidados de saúde que garanta a universalidade de acesso e racionalize a procura do Serviço Nacional de Saúde (SNS);</li> <li>Desenvolver programas e incentivar acções que melhorem as condições de habitação;</li> <li>Dinamizar redes de equipamentos colectivos e programas para responder com eficácia às necessidades dos diferentes grupos sociais e das famílias;</li> <li>Desenvolver uma rede supra-nacional articulada de equipamentos desportivos e de lazer activo;</li> <li>Dinamizar uma rede de equipamentos culturais que valorize as identidades;</li> <li>Desenvolver os serviços de abastecimento público e de água, redes de infra-estruturas e rede de serviços de Justiça.</li> </ul>
▶ 5.º Objectivo: Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública;	<ul> <li>Alargar o acesso à Internet de banda larga em todo o país e promover uma rápida e efectiva apropriação económica e social das TIC;</li> <li>Promover as TIC como instrumento fundamental de desenvolvimento territorial e de coesão social, generalizando a sua utilização na difusão de informação e na oferta de serviços de interesse público.</li> </ul>
▶ 6.º Objectivo: Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições	<ul> <li>Produzir e difundir o conhecimento sobre o ordenamento e o desenvolvimento do território;</li> <li>Renovar e fortalecer as capacidades de gestão territorial;</li> <li>Promover a participação cívica e institucional nos processos de ordenamento e desenvolvimento territorial;</li> <li>Incentivar comportamentos positivos e responsáveis face ao ordenamento do território.</li> </ul>







No âmbito da intervenção em matéria de ordenamento do território, merece também referência, por relação, a temática da regeneração urbana, que está directamente abordada nos objectivos 2 e 3 acima referidos. Com efeito, a regeneração urbana relaciona-se com o ordenamento do território, na medida em que tem como principal estratégia a viabilização da recuperação dos centros urbanos, zonas históricas e patrimónios degradados, com o intuito de criar uma dinamização da economia das cidades e regiões.

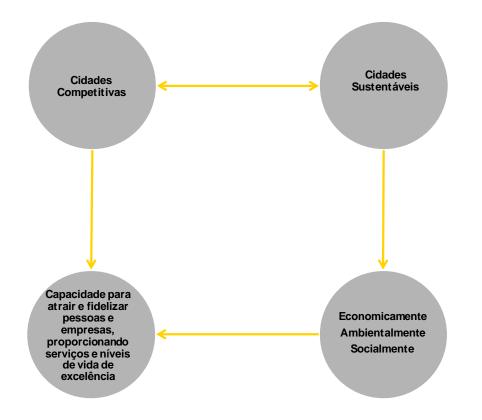
Com base nos estudos desenvolvidos pela Confederação Empresarial de Portugal (CIP), podemos sistematizar a estratégia de regeneração urbana nas seguintes finalidades:

- Viabilizar a realização do investimento;
- Envolver o comércio, a indústria e o turismo;
- ▶ Consumir materiais e produtos em grande parte produzidos em Portugal;
- Rentabilizar estruturas existentes que se encontram desaproveitadas ou subaproveitadas;
- ► Criar emprego qualificado, atraindo engenheiros e arquitectos, desenhadores e projectistas, operários, artistas e artesãos;
- ▶ Reanimar a vida das cidades, atrair turistas e fixar novos habitantes;
- Melhorar a qualidade de vida das populações;
- Permitir rentabilizar poupanças privadas.

O plano da Região Centro CRER encontra-se em linha com o plano nacional e com o tema da regeneração urbana, sendo que para cada objectivo proposto no plano nacional, o CRER apresenta medidas, também estas alinhadas com os eixos de actuação.

#### Regeneração urbana

Fonte: Confederação Empresarial de Portugal, Projecto Fazer acontecer a regeneração urbana.









#### Objectivos do PNPOT e Alinhamento com a Estratégia Regional CRER 2020 - Centro de Portugal

Fonte: Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e CRER 2020 - Centro de Portugal.

#### Objectivos do PNPOT Eixos de Actuação CRER Linhas de Intervenção CRER 2020 ▶ 1.º Objectivo: Conservar e valorizar a biodiversidade, os Preservar o ciclo da água e gestão dos resíduos; recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de ▶ Proteger do Ambiente, Gestão dos Recursos Naturais e Prevenção de Riscos; Afirmar a sustentabilidade dos recursos modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e Promover o das Energias Renováveis e da Eficiência Energética. monitorizar, prevenir e minimizar os riscos: Promover a Competitividade e internacionalização do tecido empresarial; 2.º Objectivo: Reforçar a competitividade territorial de Portugal Promover a internacionalização da economia e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e ► Investir em Investigação & Desenvolvimento, inovação e empreendedorismo; regional; afirmação de um tecido económico resiliente, industrializado, inovador e qualificado alobal: > Apostar numa especialização inteligente, tendo por base uma produtividade sustentável, eficência energética, inovação rural e aposta nos domínios diferenciadores da Região. 3.º Objectivo: Promover o desenvolvimento policêntrico dos Fortalecer a coesão social e territorial, territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração potenciando a diversidade e os recursos Promover a coesão social, nomeadamente através da redução de assimetrias e dinamização de e à coesão territoriais; Promover a coesão territorial, nomeadamente através da consolidação das "aldeias" enquanto espaços únicos de afirmação da coesão territorial, na aposta na qualificação e modernização da oferta Objectivo: Assegurar a equidade territorial no provimento de Fortalecer a coesão social e territorial, de produtos endógenos. potenciando a diversidade e os recursos endógenos infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão Fortalecer a coesão social e territorial, potenciando a diversidade e os recursos endógenos 5.º Objectivo: Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública; ▶ Reforçar modelos de governação regional e consolidação do intermunicipalismo; apoiar autarquias; Desenvolvimento do potencial humano ajustado a cada tipo de entidade para contribuir para o desenvolvimento regional; 6.º Objectivo: Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão Reforçar o potencial humano e a capacitação > Apoio a projectos de modernização administrativa das instituições; introdução de Sistemas de territorial, promovendo a participação informada, activa e institucional das entidades regionais responsável dos cidadãos e das instituições.



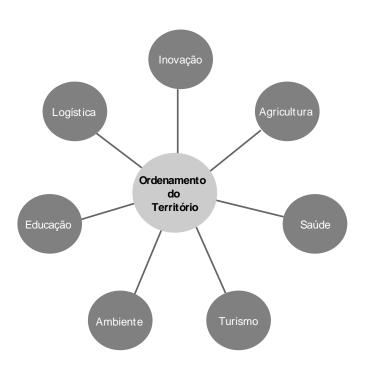


Promoção de Parcerias, Redes e Mecanismos de Cooperação entre diferentes entidades regionais.



#### Sectores potenciados pelo Ordenamento do Território e Regeneração Urbana

Fonte: Análise EY



As medidas definidas no âmbito da estratégia regional CRER 2020 para o domínio do Ordenamento do Território são também medidas potenciadoras de outros sectores ou *clusters*.

Assim, relativamente ao Ordenamento do Território, há a referir um conjunto de outros domínios interligados, que apontam para a necessidade de conceber a organização do território numa lógica logística e multi-disciplinar. A figura infra apresenta sete domínios com impacto directo no Ordenamento do Território.

## 6.3.2. Agricultura

No sector da agricultura, estudos recentes publicados no Programa de Desenvolvimento Rural (2014-2020) revelam que o ligeiro decréscimo do produto agrícola se deve à forte diminuição dos preços implícitos no mesmo. Para além deste factor, também os custos de produção aumentaram, principalmente pela elevada componente de importação. Assim, os principais problemas apontados no Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) 2014-2020 neste sector são:

- ▶ Défice Comercial necessidade de implementação de medidas relacionadas com a competitividade e viabilidade das explorações;
- Fraca concentração da oferta necessidade de promoção da organização;
- ▶ Desequilíbrio da cadeia alimentar criação de marca ou rotulagem, apoio às pequenas e médias explorações através da aposta nos produtos de qualidade;
- ► Competitividade da agricultura gestão sustentável dos recursos naturais, como por exemplo investimento em regadio.

A tabela infra sistematiza os objectivos e medidas do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020. A visão do Programa de Desenvolvimento Rural é a de:

"A autosuficiência, em valor, do sector agro-alimentar em 2020 promovendo a sustentabilidade de todo o território nacional."

O plano da Região Centro CRER encontra-se em linha com o plano nacional, sendo que para cada objectivo proposto no plano nacional, o CRER apresenta medidas, também estas alinhadas com os eixos de actuação.







#### Objectivos e Medidas do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020

Fonte: Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020.

#### Objectivos do PDR

#### Objectivos principais:

- Desenvolver a produção agrícola e florestal sustentável em todo o território nacional;
- Aumentar a concentração da produção e da oferta;
- Criação e distribuição de valor equitativo ao longo da cadeia de valor do sector agroalimentar.

#### Objectivos operacionais

- Competitividade: privilegiar as opções produtivas da iniciativa privada com vista à criação de valor acrescentado;
- Organização estrutural: promover o aumento da dimensão e abrangência das organizações de produtores e estruturas concentradas ao longo da cadeia alimentar;
- Sustentabilidade: promover boas práticas e utilização sustentável dos recursos e a valorização dos territórios rurais.

#### Objectivo transversal

Importância da simplificação, procurando reduzir medidas e simplificar processos.

#### Medidas do PDR

- Promover a transferência de conhecimento e a inovação nos sectores agrícola e florestal nas zonas rurais:
  - ► Incremento da inovação e da base de conhecimento nas zonas rurais;
  - ► Reforço da ligação dentro do sector e com a investigação e a inovação;
  - ► Aprendizagem ao longo da vida e formação profissional no sector.
- Melhorar a competitividade de todos os tipos de agricultura e reforçar a viabilidade das explorações agrícolas:
  - Reestruturação das explorações;
  - Renovação das gerações.
- ▶ Promover as cadeias alimentares e a gestão do risco na agricultura:
  - ► Integração dos produtores primários na cadeia alimentar;
  - Gestão de riscos.
- Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas que dependem da agricultura e das florestas:
  - Biodiversidade:
  - Melhoria da gestão da água;
  - Melhoria da gestão dos solos.
- ► Promover a utilização eficiente dos recursos:
  - ► Melhoria da eficiência na utilização da água;
  - Melhoria da eficiência na utilização da energia:
  - ► Fornecimento e utilização de fontes de energia renovável;
  - Redução das emissões de gases com efeito de estufa;
  - Promoção de sequestro de carbono.
- Inclusão social, redução da probreza e desenvolvimento económico das zonas rurais:
  - ▶ Diversificação, criação de PME e de empregos;
  - Promoção do desenvolvimento local;
  - Melhoria das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).







As medidas definidas pelo CRER no âmbito do Desenvolvimento Rural, são também medidas potenciadoras de outros sectores ou *clusters*.

Objectivos do PDR e Alinhamento com a Estratégia Regional CRER 2020 - Centro de Portugal

Fonte: Programa de Desenvolvimento Rural e CRER 2020 - Centro de Portugal.

#### Eixos de Actuação CRER Objectivos do PDR Linhas de Intervenção CRER 2020 Investimentos de natureza estrutural, designadamente no que se refere a infra-estruturas colectivas de rega, drenagem e remoção de passivos ambientais, melhorando a eficiência de utilização da água; Desenvolver a produção agrícola e florestal sustentável em todo o território nacional; Organização estrutural destinada a combater as dificuldades de acesso aos mercados; > Apostas de qualificação, inovação de desenvolvimento de produtos do sector primário, incluindo Aumentar a concentração da produção e da oferta; certificação e denominação na origem; Ensaio de soluções de inovação social no sector primário, reforçando a sua vocação inclusiva e solidária; Criação e distribuição de valor equitativa ao longo da cadeia de valor do sector Agro-alimentar; Dinamização de ganhos de escala das explorações existentes, através de mecanismos de cooperação, agregação, integração, fusão e emparcelamento; Competitividade: privilegiar as opções produtivas da iniciativa Promover a privada com vista à criação de valor acrescentado; internacionalização da Dinamização de estrutura comercial inovadora e competitiva, capaz de responder às novas formas de economia regional e a procura e promover novos caminhos para o escoamento de produtos; afirmação de um tecido Organização estrutural: promover o aumento da dimensão e económico resiliente, abrangência das organizações de produtores e estruturas Transferência de conhecimento e tecnologia envolvendo as instituições de ensino superior, centros de industrializado, inovador concentradas ao longo da cadeia alimentar; conhecimento e os produtores/transformadores; e qualificado apresentando como Aposta na qualificação de produtos agrícolas e agro-alimentares; Sustentabilidade: promover boas práticas e utilização sustentável principal linha de dos recursos e a valorização dos territórios rurais; intervenção a Aposta na qualificação das pessoas, incluindo o apoio a jovens tecnicamente habilitados a concretizar projectos nas fileiras da agricultura e floresta; Importância da simplificação, procurando reduzir medidas e (ESPECIALIZAR) simplificar processos. Criação de sistemas de balção único direcionados para apoiar e apoiar empresários do sector primário; Aproveitamento da resina, biomassa e de resíduos florestais que possam ser aproveitadas para fins energéticos, em solos não adequados para actividade agrícola; Prevenção e combate de incêndios florestais; Concretização do cadastro dos prédios florestais em regiões de minifúndio e produtivas; Incentivar o investimento nas áreas florestais e assegurar a sua gestão em termos sustentáveis.

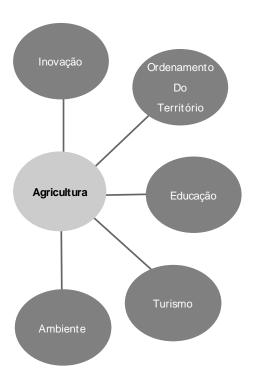






#### Sectores potenciados pelo Desenvolvimento da Agricultura

Fonte: Análise EY



A área da Agricultura e as respectivas intercepções beneficiam de uma lógica agregada que associe conhecimento e recursos de áreas como a inovação, o ordenamento do território, a educação, o turismo e o ambiente.

### 6.3.3. Transportes e Infra-estruturas

Na área dos transportes, o respectivo Plano Estratégico (PET) apresenta como objectivo principal obter um sistema de transportes que contribua para a coesão social e territorial, para a economia nacional robusta e integrada a nível europeu e mundial, respeitador do ambiente e eficiente do ponto de vista energético.

À definição de linhas de intervenção no horizonte 2011-2015, e no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) das instituições financeiras internacionais, sucedeu um exercício para definição dos investimentos estratégicos neste âmbito.

Para tal, foi constituído um Grupo de Trabalho para as Infra-estruturas de Elevado Valor Acrescentado (GT IEVA) com os seguintes objectivos:

- ▶ Priorização de investimentos para consolidação e desenvolvimento de infraestruturas de transportes;
- ▶ Eliminação de constrangimentos na rede de infra-estruturas de transportes;
- ▶ Apresentação de propostas de natureza não-infra-estrutural que eliminem bloqueios e constrangimentos existentes nos sectores dos transportes.

O âmbito do GT IEVA envolveu quatro sectores de infra-estruturas – ferroviário, rodoviário, marítimo-portuário e aeroportuário - e quatro fases de trabalho diagnóstico, metodologia, prioritização de investimentos e recomendações não infra-estruturais.

A metodologia de prioritização de projectos é multi-critério e assenta nas seguintes dimensões de análise: enquadramento na política de transportes (10%); intermodalidade (20%); competitividade e eficiência (40%); financiamento e sustentabilidade financeira (20%); nível de maturidade (20%). A tabela seguinte detalha os critérios.







#### PETI: Critérios de Prioritização de Investimentos

Fonte: PETI

	Critérios de prioritização de projectos	e de investimentos	
Área	Descrição		
	Nacional (35%):  Plano Estratégico de Transportes Projetos contemplados no PET - Plano Estratégico de Transportes  Outros instrumentos de planeamento Projetos contemplados em outros instrumentos de planeamento de Sado (ex. Plano Nacional Rodoviário, entre outros a identificar)	Europeia (65%): RTE-T  • Core Projebs cuja área de intervenção integra a Rede Core da RTE-T  • Comprehensive Projebs cuja área de intervenção integra a Rede Comprehensive da RTE-T	
	Ligações a Pólos (	Geradores / Atratores	
	Passageiros (30%)  • Aeroportos e Portos  Projetos que potenciam intermodalidade de passageiros com aeroportos e portos (terminais de cruzeiros)	Mercadorias (70%)  Portos  Projebs que potenciam intermodalidade do transporte de mercadorias com transporte maritimo- portuário	
	Núcleos Urbanos Densos Projetos que potenciam ligação de passageiros a grandes aglomerados populacionais	■ Plataformas Logísticas / Terminais Multimodais Projebs que potenciam ligação do transporte de mercadorias plataformas logísticas e/ou terminais multimodais  ■ Plataformas Logísticas / Terminais Multimodais ■ Plataformas Logísticas / Terminais Multimodais ■ Plataformas Logísticas / Terminais Multimodais ■ Plataformas Logísticas / Terminais Multimodais ■ Plataformas Logísticas / Terminais Multimodais ■ Projebs que potenciam ligação do transporte de mercadorias plataformas logísticas e/ou terminais multimodais ■ Projebs que potenciam ligação do transporte de mercadorias plataformas logísticas e/ou terminais multimodais ■ Projebs que potenciam ligação do transporte de mercadorias plataformas logísticas e/ou terminais multimodais ■ Projebs que potenciam ligação do transporte de mercadorias plataformas logísticas e/ou terminais multimodais ■ Projebs que potenciam ligação do transporte de mercadorias plataformas logísticas e/ou terminais multimodais ■ Projebs que potenciam ligação do transporte de mercadorias plataformas logísticas e/ou terminais multimodais ■ Projebs que potenciam ligação do transporte de mercadorias plataformas logísticas e/ou terminais multimodais ■ Projebs que projebs q	
	<ul> <li>Interfaces</li> <li>Projetos que potenciam intermodalidade de passageiros com diversos modos de transporte</li> <li>Equipamentos Públicos/Serviços/Indústria</li> </ul>	Parques/Unidades Industriais Projetos que potenciam ligação do transporte de mercadorias a parques ou unidades industriais	
	Projetos que potenciam ligação de passageiros a equipamentos públicos, serviços e indústria		
Competitividade e	Eficiência (75%)  • Eliminação de Estrangulamentos  Projetos que eliminem estrangulamentos identificados na fase de diagnóstico	Competitividade (25%) Captação de Tráfego  Mercadorias Aumento potencial de volume de carga movimentada atribuível ao projeto	
	<ul> <li>Projetos que eliminem estrangulamentos identificados na fase de diagnóstico</li> <li>Projetos que polenciem a redução de custos de O&amp;M e/ou maximizem o grau de cobertura dos custos de O&amp;M</li> </ul>	Passageiros     Aumento potencial de passageiros transportados atribuível ao projeto	
	Elegibilidade para incentivos comunitários (40%) Projetos elegíveis para co-financiamento de investmento no âmbito do QCA 2014/20 (participaçã	o máxima potencial de fundos comunitários)	
	Potencial de captação de fontes externas de funding (40%)  Projetos que tenham potencial para captar fontes externas de financiamento ao investmento (inclu	uindo investimento privado) sem recurso do Estado	
	Comportabilidade (20%) Projetos que, ao longo da sua vida úfil, minimizem o esforço financeiro do Estado / SEE - Setor E	mpresarial do Estado	
	Projetos em curso ou com existência de Pedido de Informação Prévia (30%) Projetos já iniciados ou projetos para os quais já exista Pedido de Informação Prévia solicitado ju técnicos / de execução que revelem a maturidade dos respetivos projetos	nto dos Municípios localizados na respetiva área de influência, quando aplicável, ou outros estudos	
	Timing de execução (70%) Projetos cujo timing de execução (conclusão da fase de investimento) não exceda o QCA 2014/2	0	

O PETI actualiza, por um lado, o PET e assegura, por outro lado, o alinhamento com os seguintes políticas públicas:

- ► Estratégia de fomento industrial para o crescimento e o emprego 2014-2020: entre os nove eixos estratégicos, consta um relativo ao desenvolvimento de infra-estruturas logísticas;
- ▶ Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT): no horizonte 2025, é de referir o objectivo estratégico de acordo com o qual se visa reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global. Para tal, um dos objectivos estratégicos é precisamente a melhoria dos sistemas e infraestruturas de suporte à conectividade internacional, nas plataformas marítimo-portuárias, aeroportuárias e os sistemas de transportes terrestres. O PNPOT define três corredores fachada do Atlântico, internacional horizontal a norte, internacional horizontal a sul.
- ▶ Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T): que aponta para uma rede principal de nove corredores e uma rede complementar;
- ▶ Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT): que refere os transportes como base de promoção turística;
- ▶ Estratégia Nacional para o Mar (2013-2020): alinhamento com o modelo de desenvolvimento do oceano e das zonas costeiras

Na base de intervenção encontram-se três elementos principais:

- Acessibilidade o planeamento e a gestão do sistema de transportes valorizam a racionalidade do uso dos recursos e a eficiência da sua gestão; o sistema de transportes e acessibilidades deverá garantir condições equitativas de acesso de toda a população;
- Mobilidade o planeamento e a gestão pública do sistema de transportes colocam enfoque na perspectiva sistémica, implicando uma visão integrada e integradora dos diferentes meios e modos de transporte;
- Governação do Sector a melhoria do sistema de governação do sector dos transportes constituiu um dos principais desafios ao aumento da sua eficiência e operacionalidade.







O esquema seguinte sistematiza os objectivos e as medidas de intervenção do PETI, que são em tudo semelhantes aos do PET, atendendo à sua pertinência e actualidade.

Objectivos e Medidas do Plano Estratégico de Transportes

Fonte: Plano Estratégico de Transportes 2008-2020.

#### Medidas do PET Objectivos do PET Portos mais competitivos e articulados com o restante sistema de transportes; Sistema aeroportuário a funcionar como hub para as grandes rotas mundiais e articulado com uma rede de 1º Objectivo: aeroportos nacionais mais competitivos e articulados com o restante sistema de transportes; Portugal mais bem Ligações ferroviárias de Portugal com Espanha e a Europa reforçadas em volume de mercadorias e de integrado nas cadeias Europeias e mundiais de Eixos rodoviários prioritários concluídos e em boas condições de circulação, nomeadamente, as ligações a transporte portos, aeroportos nacionais e terminais ferroviários, entre capitais de distrito e às plataformas logísticas; Plataformas logísticas de articulação com as cadeias internacionais instaladas e interligadas de forma eficiente com o sistema de transporte de mercadorias até 2015. 2º Objectivo: Conectividade das redes de acessibilidades nacionais e inter-regionais reforçada; Melhor articulação entre os centros urbanos que Redes e serviços de transporte público em permanente adequação à dinâmica da procura e estruturados de forma a promover a cobertura supra municipal e a utilização dos modos de transporte mais adequados às compõem os diferentes níveis do sistema urbano características das deslocações; nacional e entre cada Necessidades básicas de mobilidade satisfeitas, em períodos de baixa procura e em áreas de fraca densidade centro e a restante área populacional. de influência Redes e serviços de transporte (TP) público urbano e sub-urbano em permanente adequação à dinâmica da Serviços de TP facilmente inteligíveis, acessíveis, seguros e cómodos para o cliente; 3º Objectivo: Repartição modal TI (transporte intermodal ) /TP (Transporte Público) mais equilibrada a favor do Mobilidade urbana mais transporte público, sem congestionamentos de tráfego significativos; compatível com uma elevada qualidade de vida Acentuado crescimento da utilização dos modos suaves na mobilidade urbana; Distribuição urbana das mercadorias; Completar e racionalizar as redes viárias das principais aglomerações urbanas. Legislação de enquadramento revista e adequada ao Direito Comunitário; Sistemas de planeamento e gestão da acessibilidade e mobilidade a nível supramunicipal; Melhoria do nível de qualificação dos activos do sector através de programas específicos de formação e 4º Objectivo: qualificação profissional; Melhoria da governação, Planos de mobilidade a nível municipal e supra municipal articulados, em vigor e periodicamente revistos; Institucionalização de formas de articulação do planeamento de transportes com o planeamento do território qualidade e segurança do e com a política energética e ambiental; Sector. Segurança e protecção nos transportes e infra-estruturas aumentadas; Utilização generalizada dos ITS (Servicos Inteligentes de Transportes) nas redes e servicos de transporte: Sistema de monitorização e avaliação do sector em funcionamento.



A estratégia regional CRER 2020 encontra-se em linha com o Plano Estratégico de Transportes, sendo que para cada objectivo proposto no plano nacional, o CRER apresenta medidas, também estas alinhadas com os eixos de actuação.

Objectivos do PET e Alinhamento com a Estratégia Regional CRER2020 - Centro de Portugal

Fonte: Plano Estratégico de Transportes 2008-2020.e CRER 2020 – Centro de Portugal

#### Eixos de Actuação CRER Linhas de Intervenção CRER 2020 Objectivos do PET Consolidação da rede de infra-estruturas de transporte e logística de suporte à afirmação externa da Região, Portugal mais integrado nas cadeias incluindo soluções de transporte ferroviário de alta prestação adequadas para afirmação do corredor Aveiro-Europeias e mundiais de transporte; Salamanca enquanto elemento central na exportação de bens transacionáveis para a Europa; Realização de investimentos de qualificação e continuidade do reforço de competitividade dos portos de Aveiro Melhor articulação entre os centros e da Figueira da Foz, na dinamização de fluxos internacionais de mercadorias; urbanos que compõem os diferentes níveis do sistema urbano nacional e entre Conclusão da rede rodoviária regional de ligação entre capitais de distrito, através de traçado em perfil cada centro e a restante área de de autoestrada, que promova a ligação entre Coimbra e Viseu, e a ligação entre Castelo Branco e a fronteira de influência; Monfortinho (IC31); Consolidar a Conclusão de soluções de mobilidade rodoviária que potenciam investimentos já parcialmente realizados e atractividade e a Mobilidade urbana mais compatível com são relevantes a nível regional, através de uma intervenção faseada que possa dar continuidade às vias IC6 e IC7; qualidade de vida uma elevada qualidade de vida; nos territórios, as Melhoria das condições de inter-mobilidade e acessibilidade logística a espaços relevantes, à escala regional, seguintes medidas no domínio de de localização de empresas; Acessibilidades. Melhoria da governação, qualidade e Logística e Conclusão dos projetos de modernização, electrificação e consolidação dos modelos de operação da rede segurança do Sector. Mobilidade à ferroviária regional, sempre através de opções que garantam a correspondente sustentabilidade; Escala Regional Consolidação de uma rede regional de plataformas logísticas, sempre que possível com garantias de Inter-mobilidade e acesso ferroviário numa lógica de sustentabilidade da sua operação; Promoção de soluções de mobilidade sustentável ao nível dos espaços urbanos, mas igualmente em termos intermunicipais, neste caso através de iniciativas equacionadas no contexto das diferentes CIM; Estudo da viabilidade de criação de um aeroporto regional, por via da abertura à aviação civil da Base Aérea de Monte Real, desde que fique garantida a respectiva sustentabilidade através de análise sólida de viabilidade do projecto.



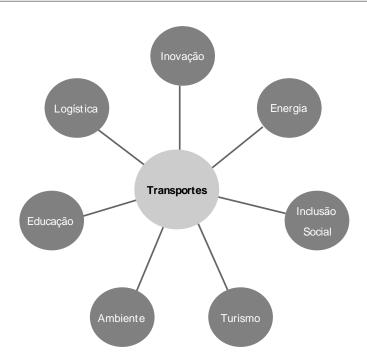




As medidas definidas pela estratégia regional CRER 2020 no âmbito dos transportes e infra-estruturas, apresentam impacto noutras áreas de intervenção:

Sectores potenciados pelo Desenvolvimento dos Transportes

Fonte: Análise EY



Com efeito, os transportes e infra-estruturas enquanto área de mobilidade apresentam ligações estreitas com as seguintes áreas:

- ▶ Logística: apontando para o elemento de conectividade da Região Centro;
- ▶ Ambiente e energia: apontando para o elemento de sustentabilidade dessas infra-estruturas da referida Região;
- ► Turismo: como base de promoção dessas actividades;
- ▶ Inovação e Coesão: os investimentos na rede de transportes são um factor relevante para reduzir assimetrias territoriais, promovendo a coesão económica e social.

No âmbito dos transportes e infra-estruturas, existem já projectos emblemáticos na Região Centro, que ajudam a potenciar a nova estratégia CRER, sendo estes:

- ► Corredor Portugal Irun e a Travessia Ferroviária Aveiro Salamanca, que representam porventura os projectos mais emblemáticos do Projeto MIT (Mobilidade, Inovação e Território);
- Base Aérea de Monte Real.

No que se refere ao PETI, é de destacar, no corredor internacional norte, e para efeitos do território das Beiras e Serra da Estrela, o fecho da malha ferroviária RTE-T Covilhã – Guarda. A conclusão da modernização da linha da Beira Baixa contribuirá para descongestionar a linha do Norte e a linha da Beira Alta, bem como permitir canais alternativos ao tráfego internacional de mercadorias e de pessoas. O projeto compreende a electrificação e instalação de sinalização, controlo de velocidade e telecomunicações.

Com um investimento público de €80 milhões e conclusão estimada em 2016, o projecto proporcionará ao nível do transporte de mercadorias a melhoria das ligações a portos e ao nível do transporte de passageiros a melhoria a núcleos urbanos, densos, serviços e indústria localizados ao longo deste eixo ferroviário. A principal premissa em termos de sustentabilidade financeira e operacional do projeto assenta no potencial de cofinanciamento comunitário de 80%.







#### 6.3.4. Turismo

O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), desenvolvido para o horizonte temporal 2006-2015, prevê a revisão periódica dos seus objectivos, políticas e iniciativas, no sentido de melhorar a resposta à evolução do contexto global e do sector turístico.

Das alterações de contexto, que tiveram impacto significativo no sector do Turismo, destacamos as seguintes:

- Alterações económicas decorrentes da crise económico-financeira que assolou a Europa;
- Alterações no perfil do consumidor/turista;
- Os novos modelos de negócio e a revolução das tecnologias de informação e comunicação;
- ▶ A emergência de novos concorrentes face aos destinos de turismo tradicionais.

A visão para o desenvolvimento do turismo em Portugal assenta em três pilares:

- O crescimento do turismo em Portugal deve estar alinhado com os princípios do desenvolvimento sustentável, alavancado numa proposta de valor assente em características distintivas e inovadoras;
- O turismo deve desenvolver-se com base na qualidade do serviço e competitividade da oferta através da oferta de conteúdos autênticos e experiências genuínas;
- 3. O turismo deve constituir um dos motores do desenvolvimento da economia portuguesa, tanto local como nacional.

Os principais objectivos estratégicos centram-se em:

- ▶ Dormidas a este nível o objectivo é crescer a uma média anual de 2,9% no período 2011-2015, perspectivando-se a procura externa e a diversificação da procura como principais motores do crescimento;
- ▶ Receitas uma vez que os planos de financiamento se encontram limitados, o objectivo passa por crescer 6,1% no período 2011-2015;
- ▶ Saldo da balança turística evolução da balança a uma taxa de crescimento médio anual de 9,5% para o período 2011-2015.







## Objectivos e Medidas do Plano Estratégico Nacional do Turismo

Fonte: Plano Estratégico Nacional & Regional do Turismo (2006 - 2015).

Objectivos do PENT	Medidas do PENT
1º Objectivo:  Desenvolvimento do produto a nível nacional	<ul> <li>Valorizar o sol e mar, melhorando as condições dos recursos, equipamentos, serviços e envolvente paisagística;</li> <li>Reforçar os circuitos turísticos, segmentando-os para a vertente generalista e temática e individualizar o turismo religioso;</li> <li>Dinamizar as estadias de curta duração em cidade – City Breaks, integrando recursos culturais, itinerários e oferta de experiências;</li> <li>Desenvolver o turismo de negócios, qualificando infra-estruturas e estruturas de suporte, no reforço da captação proactiva de eventos;</li> <li>Estruturar a oferta de turismo de natureza, nomeadamente em meio rural, em particular para os segmentos de passeios, de observação de aves ou do turismo equestre, melhorando as condições de visitação e a formação de recursos humanos;</li> <li>Desenvolver o turismo náutico nos segmentos da náutica de recreio e do surfing, qualificando as infra-estruturas;</li> <li>Consolidar os investimentos e garantir elevados padrões de qualidade em novos projectos de turismo residencial;</li> <li>Qualificar e classificar a oferta de turismo de saúde;</li> <li>Promover a riqueza e qualidade da gastronomia e vinhos.</li> </ul>
2º Objectivo:  ▶ Desenvolvimento do turismo de forma sustentável	<ul> <li>Fomentar o empreendedorismo e o desenvolvimento de fileiras relacionadas e potenciando a interacção com as comunidades locais e as suas actividades produtivas;</li> <li>Sustentabilidade económica do sector via qualificação dos recursos humanos e do produto;</li> <li>Conservação e valorização do património;</li> <li>Utilização racional dos recursos naturais e na valorização do património natural;</li> <li>Utilização das paisagens naturais e culturais, focando na relação entre o turista e o espaço, região e comunidades da envolvência, contribuindo para a experiência global da visita.</li> </ul>
3º Objectivo: ▶ Promoção de Portugal	<ul> <li>Desenvolvimento da promoção e distribuição na Internet, reforçando a funcionalidade dos portais, nomeadamente da sua vertente transaccional, potenciando as redes sociais e as plataformas móveis. Desta constatação decorre a necessidade de existência de selectividade no investimento em meios tradicionais;</li> <li>Redistribuição do investimento em promoção por mercado e produto, adequando recursos (1) ao potencial de crescimento identificado e (2) ao retorno do investimento promocional;</li> <li>Adequação da variedade de instrumentos de promoção à capacidade de conhecimento dos critérios de decisão do consumidor, assim como ao conhecimento sistematizado das diversas tipologias de segmentação (por mercado, motivação, produto ou subproduto).</li> </ul>
4º Objectivo:  ▶ Qualificação dos recursos humanos	<ul> <li>Reforço de competências na vertente do atendimento, serviço, gestão, empreendedorismo e desenvolvimento do negócio;</li> <li>Reforço de competências em áreas críticas, com maior organização da oferta formativa;</li> <li>Proporcionar uma base de formação comum e transversal a todos os profissionais do sector;</li> <li>Melhor formação, em particular, em contexto real de trabalho e em áreas profissionais emergentes;</li> <li>Alargamento da formação a outros profissionais que interagem com o turista;</li> <li>Definição de políticas de educação e formação para o turismo.</li> </ul>







O plano da Região Centro CRER encontra-se em linha com o plano nacional, sendo que para cada objectivo proposto no plano nacional, o CRER apresenta medidas, também estas alinhadas com os eixos de actuação.

Objectivos do PENT e Alinhamento com a Estratégia Regional CRER 2020 - Centro de Portugal

Fonte: Plano Estratégico Nacional & Regional do Turismo (2006 - 2015) e CRER 2020 – Centro de Portugal

#### Eixos de Actuação CRER Linhas de Intervenção CRER 2020 Objectivos do PENT Desenvolver o turismo associado ao território, promovendo a sustentabilidade e a coesão territorial, afirmando a Região Centro enquanto Destino Sustentável; Desenvolvimento do produto a nível Desenvolvimento, qualificação e requalificação da oferta turística existente, explorando as melhores nacional: tecnologias disponíveis, e reforçando a sua natureza inclusiva; > Aposta no Turismo Médico, de Bem-Estar, Religioso, Turismo de Ambiente, Cultural, Gastronómico, Cinegético, Desportivo e Científico: Desenvolvimento do turismo de forma Reforço entre a coerência e sinergias entre a promoção turística e a promoção regional, em torno do sustentável; posicionamento delineado no presente documento: Promover a Captação de novos investidores, dinamização da diferenciação entre o empreendedorismo e de projetos internacionalização da inovadores, adaptados às novas realidades do setor e promoção de parcerias, redes e pacotes integrados de Promoção de Portugal; oferta; afirmação de um Consolidação de Rotas Turísticas, centradas em recursos e produtos endógenos (e.g. vinhos), artes e saberes (e.g. vidro, lanifícios e cerâmica) e na produção cultural (e.g. escritores); Qualificação dos recursos humanos. Aposta em novos mercados emissores emergentes, na diáspora regional, na lusofonia, na rede de alunos ERASMUS e em Espanha, através de campanhas direcionadas que concertadamente promovam o Turismo mas igualmente a Região Centro; > Aposta, devidamente segmentada, em iniciativas de marketing, promoção e comercialização da Região Centro (ESPÉCIALIZAR) enquanto tal e como destino turístico, incluindo o aproveitamento das TICE, sinalética, presença seletiva em feiras e eventos, bem como a criteriosa captação de iniciativas marcantes à escala nacional e internacional; Desenvolvimento de um Observatório do Turismo, orientado pelas diretrizes do European Tourism Indicator System for Sustainable Destinations; Qualificação do potencial humano do setor, através de ações de formação específicas para toda a fileira, em estreita colaboração com escolas profissionais e instituições de ensino superior; Reforço da capacidade instalada regional de geração do conhecimento e de IDI na área do Turismo.



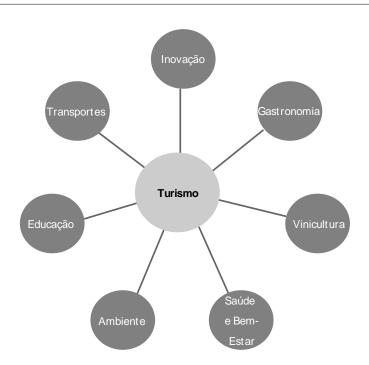




As medidas definidas pelo CRER no âmbito do Plano Estratégico Nacional do Turismo (2006-2015), são também medidas potenciadoras de outros sectores ou *clusters*.

Sectores potenciados pelo Desenvolvimento do Turismo

Fonte: Análise EY



Associado a este sector, existem já projectos emblemáticos na Região Centro, que ajudam a potenciar a nova estratégia CRER, sendo estes:

- Recuperação das Aldeias de Xisto;
- Recuperação das Aldeias Históricas

O valor acrescentado destes projectos é potenciado com a aposta na dinamização pelo conjunto de municípios que compõem as Beiras e a Serra da Estrela. A aposta na divulgação dos recursos locais (gastronomia, vinicultura, programação cultural) a partir das Aldeias de Xisto e das Aldeias Históricas, bem como a ligação em rede dos Municípios estabelece uma base importante de dinamização dos projectos.

#### 6.3.5. Saúde

O Plano Nacional de Saúde (2012-2016) (PNS) pretende:

- ▶ Maximizar os ganhos em saúde reconhecendo que são relativos, através de resultados de saúde adicionais para a população, globalmente e por grupo etário, sexo, região, nível socioeconómico e factores de vulnerabilidade;
- ▶ Reforçar o Sistema de Saúde como a opção estratégica com maior retorno de saúde, social e económico, considerando o contexto nacional e internacional, promovendo as condições para que todos os intervenientes desempenhem melhor a sua missão.

O PNS é o documento estratégico nuclear na área da saúde e tem por missão:

- Afirmar os valores e princípios que suportam a identidade do Sistema de Saúde e reforçar a coerência do sistema em torno destes;
- ▶ Clarificar e consolidar entendimentos comuns, que facilitem a integração de esforços e a valorização dos agentes na obtenção de ganhos e valor em saúde;
- ► Enquadrar e articular os vários níveis de decisão estratégica e operacional em torno dos objectivos do Sistema de Saúde;
- Criar e sustentar uma expectativa de desenvolvimento do Sistema de Saúde, através de orientações e propostas de acção;
- ▶ Ser referência e permitir a monitorização e avaliação da adequação, desempenho e desenvolvimento do Sistema de Saúde.







O PNS assume os mesmos valores fundamentais dos sistemas de saúde europeus (Conselho da UE), nomeadamente:

- 1. Universalidade (ninguém pode ser excluído do acesso aos cuidados de saúde);
- 2. O acesso a cuidados de qualidade;
- 3. Equidade; e
- 4. Solidariedade.

São considerados, igualmente, os seguintes valores:

- ▶ Justiça Social (as políticas e as instituições relacionam-se com os cidadãos valorizando a igualdade de direitos e deveres, na equidade e na solidariedade, compreendendo a dignidade de cada pessoa);
- ▶ Capacitação do cidadão;
- Prestação de cuidados de saúde centrados na pessoa;
- Respeito pela pessoa humana;
- ▶ Solicitude (capacidade de dar atenção proactiva e de qualidade às necessidades de bem-estar e de cuidados);
- Decisão apoiada na evidência científica.







## Objectivos e Medidas do Plano Nacional de Saúde

Fonte: Plano Nacional de Saúde (2012-2016).

Objectivos do PNS	Medidas do PNS
1º Objectivo:  Promover a Cidadania para uma cultura de saúde e bemestar, de realização dos projectos de vida pessoais, familiares e das comunidades	<ul> <li>Afirmação da saúde como valor social transversal e definidor do bem comum;</li> <li>Incremento do diálogo, coesão e resposta social aos desafios ao Sistema de Saúde;</li> <li>Centralidade do Sistema de Saúde nas necessidades e expectativas do cidadão como objectivo promotor da integração e articulação dos esforços dos seus agentes;</li> <li>Promover uma cultura de cidadania, assente no desenvolvimento de iniciativas dirigidas à comunidade ou a grupos populacionais;</li> <li>Promover e divulgar a carta de direitos e deveres do cidadão no domínio da Saúde;</li> <li>Desenvolver o planeamento, intervenções, monitorização e avaliação na área da Cidadania em Saúde;</li> <li>Melhorar a confiança dos cidadãos nas instituições e as condições para a sua valorização;</li> <li>Desenvolver programas na área da educação para a saúde e autogestão da doença;</li> <li>Promover o exercício da cidadania no processo de tomada de decisão, desenvolvimento estratégico e na avaliação institucional.</li> </ul>
2º Objectivo:  A equidade e o acesso adequado aos cuidados de saúde resultam em ganhos de saúde, garantem a coesão e a justiça social e promovem o desenvolvimento de um país	<ul> <li>Definição de serviços essenciais, ou sejam, aqueles para os quais deve ser explícita e garantida a possibilidade de acesso a todos os cidadãos;</li> <li>Determinar o grau com que é possível aproximar e personalizar os cuidados para com as necessidades individuais, de famílias e comunidades;</li> <li>Determinar a forma como os benefícios da prestação de cuidados de saúde são distribuídos pelos indivíduos de diferentes classes socioeconómicas (por exemplo, através do grau de regressividade da comparticipação dos cuidados);</li> <li>Equidade de acesso nos grupos vulneráveis ou com necessidades especiais;</li> <li>Incremento do valor social do Sistema de Saúde, como recurso acessível, próximo e personalizado;</li> <li>Capacitar os sistemas de informação e monitorização da saúde;</li> <li>Avaliar sistematicamente o impacto das políticas e práticas institucionais na saúde e das políticas de outros ministérios.</li> </ul>
3º Objectivo:  Qualidade de cuidados: fazer bem a acção correcta, à primeira vez, às pessoas certas, na altura certa e no local certo, com o menor custo	<ul> <li>Mais valor em saúde – o investimento público traduz-se em cuidados de qualidade acrescida e uma visão mais clara, a longo prazo dos cuidados possíveis para os recursos disponíveis;</li> <li>Benchmarking entre unidades quanto ao desempenho, a partir de referenciais de actuação comuns;</li> <li>O Sistema de Saúde ser reconhecido como um motor social de promoção do envolvimento e da excelência;</li> <li>Reforçar a responsabilidade pela governação integrada;</li> <li>Avaliar a política de qualidade, através de nomeação de entidades externas e independentes;</li> <li>Desenvolver instrumentos de padronização para a promoção da qualidade;</li> <li>Promover a acreditação dos serviços prestadores dos cuidados de saúde;</li> <li>Reforçar a responsabilidade das especialidades médicas generalistas;</li> <li>Institucionalizar a avaliação das tecnologias em saúde como requisito para a introdução incremental e criteriosa de inovação.</li> </ul>
4º Objectivo:  As Políticas Saudáveis visam orientar os esforços da sociedade para que todos os cidadãos tenham igual oportunidade de fazer escolhas saudáveis e de cumprir plenamente o seu potencial de saúde.	Maximizar sistematicamente as oportunidades existentes e criar novas oportunidades;  Desenvolver e disponibilizar bases de evidência da efectividade e custo-benefício das intervenções e políticas no âmbito da Políticas Saudáveis;  Usar criticamente um referencial alargado e bem definido, para a avaliação de necessidades de saúde;  Integrar e disponibilizar informação longitudinal e georreferenciada de monitorização sociodemográfica de saúde;  Promover e testar modelos de planeamento, financiamento, gestão conjunta e avaliação intersectorial de iniciativas e serviços com impacto na saúde;  Fomentar a avaliação sistemática das oportunidades nacionais, regionais e locais para o desenvolvimento de Políticas Saudáveis;  Reforçar as Estratégias Locais de Saúde (ELSA), como processos direccionados para a obtenção de ganhos em saúde.







O plano da Região Centro CRER encontra-se em linha com o plano nacional, sendo que para cada objectivo proposto no plano nacional, o CRER apresenta medidas, também estas alinhadas com os eixos de actuação.

Objectivos do Plano Nacional de Saúde e Alinhamento com a Estratégia Regional CRER 2020 - Centro de Portugal

Fonte: Plano Nacional de Saúde (2012-2016) e CRER 2020 Centro de Portugal.

#### Objectivos do PNS

#### Promover a Cidadania para uma cultura de saúde e bem-estar, de realização dos projectos de vida pessoais, familiares e das comunidades;

- A equidade e o acesso adequado aos cuidados de saúde resultam em ganhos de saúde, garantem a coesão e a justiça social e promovem o desenvolvimento de um país:
- Qualidade de cuidados: fazer bem a acção correcta, à primeira vez, às pessoas certas, na altura certa e no local certo, com o menor custo;
- As Políticas Saudáveis visam orientar os esforços da sociedade para que todos os cidadãos tenham igual oportunidade de fazer escolhas saudáveis e de cumprir plenamente o seu potencial de saúde.

#### Eixos de Actuação CRER

# ▶ Promover a internacionalização da economia regional e a afirmação de um tecido económico resiliente, industrializado, inovador e qualificado, através de uma Especialização Inteligente (ESPECIALIZAR);

➤ Reforçar o potencial humano e a capitalização institucional das entidades regionais) a preocupação com o desenvolvimento de cidadãos plenos e saudáveis (CIDADANIA).

#### Linhas de Intervenção CRER 2020

- ► Tornar a Região Centro uma referência nacional e internacional no que diz respeito ao turismo médico e de bem-estar:
- ► Tornar a Região Centro num polo de excelência reconhecida internacionalmente em áreas específicas da oncologia, visão e doencas associadas ao envelhecimento:
- > Tornar a Região Centro num polo de excelência na área da medicina de translação e particularmente da investigação clínica de medicamentos e dispositivos médicos;
- > Apostar em nichos específicos do turismo médico, tirando partido da excelência regional disponível;
- ➤ Apostar em nichos específicos do turismo de bem estar, tirando partido da excelência regional disponível (termalismo, bioclimatismo, fisioterapia);
- Colmatar eventuais lacunas pontuais na rede de equipamentos de prestação de cuidados de saúde e de apoio à terceira idade e à infância:
- > Fomento da participação da população em atividades desportivas (colocar o "Desporto ao Centro"), culturais e de voluntariado:
- Promover a criação de hábitos e estilos de vida saudáveis e apostar na medicina preventiva;
- Desenvolvimento de abordagens integradas direcionadas para o envelhecimento ativo das populações;
- ➤ Qualificar e requalificar os profissionais ligados à cultura, desporto e saúde, enquanto agentes dinamizadores da afirmação de uma plena cidadania individual e coletiva.







As medidas definidas pelo CRER no âmbito do Plano Estratégico Nacional do Turismo (2006-2015), são também medidas potenciadoras de outros sectores ou clusters.

## Sectores potenciados pelo Desenvolvimento da Saúde

Fonte: Análise FY Inovação Turismo Saúde Bem Estar

Associado a este sector, existem já projectos emblemáticos na Região Centro, que ajudam a potenciar a nova estratégia CRER, sendo estes:

Faculdade de Ciências da Saúde – Universidade da Beira Interior, que potencia o nível de acessibilidade à saúde por parte da população e contribui para o aumento da densidade populacional jovem.

#### 6.3.6. Educação

O sector da Educação abrange temáticas como:

- 1. Ensino Superior & Transferências de Conhecimento;
- 2. Formação e Emprego;
- Abandono Escolar

Relativamente à primeira temática - Ensino Superior & Transferência de Conhecimento, a Região Centro encontra-se servida por:

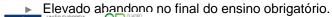
- ▶ Três universidades públicas;
- Seis institutos politécnicos públicos;
- Número elevado de instituições promotoras de inovação e tecnologia para a indústria.

De acordo com o CRER, é sua intenção apostar neste sector, através essencialmente de pólos de competitividade e de projectos PROVERE (Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos), relevantes na inovação relativamente a produtos endógenos e no apoio ao desenvolvimento de ambientes rurais.

No que toca à Educação, Formação e Emprego e ao Abandono Escolar, a Região Centro apresenta uma população bastante envelhecida, resultado de um território bastante assimétrico do ponto de vista demográfico, com o litoral a apresentar uma população relativamente mais jovem e o interior uma população mais envelhecida (à excepção de Viseu e Guarda).

De acordo com os indicadores de 2011, a Região Centro apresenta ao nível de Capital Humano:

- ▶ Uma taxa de analfabetismo elevada que, em 2011, atingia 6,4% da população e superava a média nacional de 5.2%:
- ▶ Baixos níveis de qualificação, pois em 2011 apenas 45,9% da população da Região Centro possuía a escolaridade até ao 3º ciclo do ensino básico (cifrandose o valor nacional em 49,6%), e somente 15% tinha uma habilitação superior;









Objectivos Região Centro no sector da Educação e Alinhamento com a Estratégia Regional CRER 2020 - Centro de Portugal

Fonte: CRER 2020 Centro de Portugal.

#### Objectivos da Região Centro na Educação Eixos de Actuação CRER Linhas de Intervenção CRER 2020 Fomentar a acessibilidade e cobertura de ofertas de ensino a partir dos 3 anos; Captar, desenvolver e reter talento; Desenvolver competências em todos os níveis de ensino nas áreas de empreendorismo, criatividade, qualidade, inovação, voluntariado, cidadania, artes, inglês, ciências e tecnologia; Promover a conciliação de aprendizagens académicas com modalidades desportivas; Incentivos à captação de talentos de outras regiões para a Região Centro; Apoio a ações de promoção e marketing regional relacionadas com as oportunidades que a região oferece para captar jovens talentos e investidores; Organização das estruturas de acolhimento e captação de talentos, envolvendo as várias dimensões Obter 40% da população jovem (30 a 34 anos) com formação superior e um relacionadas com um quadro de vida estável e atrativo; capital humano mobilizado para os Universalizar acessibilidade a rede regional de creches; desafios da produtividade, criação de Potenciar equipamentos culturais existentes, dinamizando-os através de programação de redes e parcerias; valor, competitividade, inovação, ► Reforçar o Mobilizar a população sénior, mas ainda capacitada, para novos desafios que lhe permitam estar ativa; qualidade e empreendedorismo; Fomento da participação da população em atividades desportivas, culturais e de voluntariado; Promover a criação de hábitos e estilos de vida saudáveis e apostar na medicina preventiva; capacitação institucioanl Promover o associativismo jovem, nas suas mais variadas formas, e a cidadania jovem; das entidades Desenvolvimento de abordagens integradas direcionadas para o envelhecimento ativo das populações; regionais > Favorecer a renovação demográfica através de políticas ativas dedicadas e da integração nos objetivos das políticas setoriais da problemática demográfica, no sentido de ganharem eficácia; Organizar os territórios e os agentes locais para construírem plataformas locais que promovam as condições de suporte à natalidade e às famílias; Criação de serviços de natureza pública e privada de apoio às famílias; Dinamização, a nível local e intermunicipal, de políticas e iniciativas ativas de apoio à natalidade; Definir e implementar medidas de apoio à parentalidade, mobilizando a sociedade para esse efeito; Consciencialização regional no sentido de adotar e promover políticas de descontos e ofertas de condições especiais para famílias e famílias numerosas.

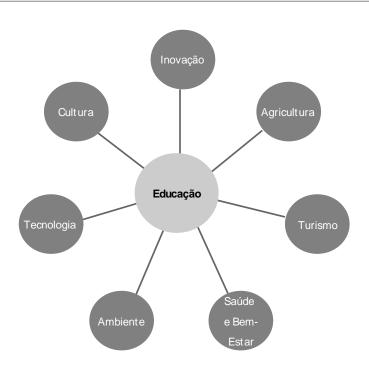






#### Sectores potenciados pelo Desenvolvimento da Educação

Fonte: Análise EY



## 6.3.7. Inovação

A Região Centro apresenta uma vasta experiência na definição e implementação de estratégias de investigação e inovação que envolvem o sistema científico e tecnológico e o tecido empresarial, desde a concepção dos planos até à sua execução e avaliação. Este conhecimento e vantagem da Região Centro torna-se fundamental para reforçar as sinergias entre as instituições do Sistema Científico e Tecnológico e a sociedade, tendo em conta as actuais prioridades, tornando-se transversal a todos os restantes sectores e *clusters*.

As medidas definidas pelo CRER 2020, no âmbito da Inovação, são também medidas potenciadoras de outros sectores ou *clusters*, sendo que a Região Centro apresenta já projectos de renome, como por exemplo:

▶ Projecto da Portugal Telecom com a instalação de um Data Center Covilhã.

As medidas definidas pelo CRER 2020, no âmbito da Educação, são também medidas potenciadoras de outros sectores ou *clusters*, sendo que no sector da Educação, a Região Centro apresenta já instituições reconhecidas internacionalmente, como por exemplo:

Universidade da Beira Interior.







Objectivos Região Centro no sector da Inovação e Alinhamento com a Estratégia Regional CRER 2020 - Centro de Portugal

Fonte: CRER 2020 Centro de Portugal.

#### Objectivos da Região Centro Eixos de Actuação CRER Linhas de Intervenção CRER 2020 Competitividade e Internacionalização do Tecido Empresarial (COMPETIR) Reforço de interligação e Criação de uma organização virtual responsável por articular todas as entidades relevantes em rede colaborativa; trabalho Crescimento e qualificação das empresas líderes de modo a fomentar o investimento, atracção e fixação de quadros; particularmente no contexto Aumento da capacidade competitiva no mercado internacional, através da agregação e segmentação de MPME; específico de alguns domínios diferenciadores, onde a Racionalização de processos e incremento de produtividade; Região Centro apresenta Promoção da internacionalização, via de recrutamento de especialistas em comércio internacional e diversificação de produtos; elevado potencial e resultados Substituição de importações pela aquisição de produtos e serviços nacionais; interessantes a nível internacional (como a Promover a nível regional espaços de acolhimento empresarial qualificados e competitivos; atividade agrícola e florestal, o Posicionar a Região Centro como tecido económico que valoriza a responsabilidade social, qualidade, gestão ambiental; mar, o turismo, as TICE, os Estimular as empresas portuguesas que operam internacionalmente a um funcionamento enquanto "antenas" de captação do IDE e materiais, a biotecnologia, a dinamização das exportações regionais, estabelecendo cada vez mais e mais fortes modelos de colaboração entre grandes empresas e MPME; saúde e bem-estar). Aposta na Inovação indutora de ganhos em produtividade industrial; ▶ Apoiar "upgrades" na qualificação das pessoas ao serviço das MPME, e estabelecer um sistema de "Vales de Formação e Qualificação"; ▶ Promover a Criação de sistema de vales de apoio à internacionalização, indexados a resultados alcançados. internacionalização da economia ► Investigação & Desenvolvimento, Inovação e Empreendedorismo (IDEIAS) Estruturação de verdadeiro Ecossistema Regional da Qualidade, Inovação e Empreendedorismo, de natureza multinível e polifacetado; afirmação de um tecido económico Promoção de iniciativas de desenvolvimento de novos produtos por parte de um número alargado de organizações, reforçando a resiliente, industrializado, relevância do "conceived in CENTRO" enquanto complemento essencial do "made in CENTRO"; Acções de partilha de recursos entre incubadoras na implementação de estratégias comuns; inovador e qualificado Dinamização de sistema de reconhecimento de empresas spin-off, empresas gazela e de elevado crescimento; ▶ Apoio à criação de núcleos, projectos e iniciativas de IDI em MPME; Utilização de critérios de inovação, qualidade e sustentabilidade nas opções de aprovisionamento; Mobilização e envolvimento da sociedade civil em mecanismos de inovação aberta; Consolidação de sistema regional de vales de IDI e de empreendedorismo; Consolidação da rede regional de Parques de Ciência e Tecnologia; > Apoio a Projectos de I&D desenvolvidos por entidades do Sistema Científico e Tecnológico com especial relevância à luz da estratégia regional de desenvolvimento; Apoio a projectos de IDI desenvolvidos por entidades do Terceiro Sector, ONG e Administração Pública; Consolidação da rede regional de entidades de transferência de tecnologia; Promoção selectiva da Região Centro a nível nacional e internacional enquanto região inovadora, empreendedora e actrativa.

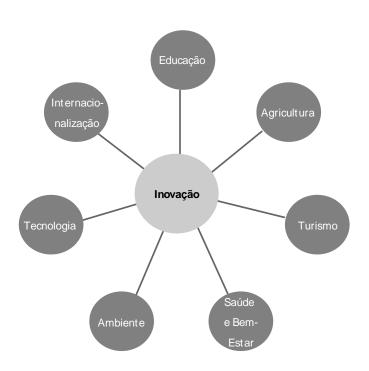






#### Sectores potenciados pelo Desenvolvimento da Inovação

Fonte: Análise EY



O Sector da inovação é transversal aos restantes domínios sectoriais, uma vez que traduz a importância de:

- Acrescentar valor às actividades;
- Diferenciar as actividades e posicionamento estratégico da Região Centro;
- Trabalhar em rede numa lógica de integrar competências e conhecimentos diceosos.

## 6.3.8. Logística

Apesar da Região Centro se situar numa zona geográfica estratégica no circuito de circulação de mercadorias, existem alguns constrangimentos, que contribuem para uma menor exportação de bens transaccionáveis. Os principais constrangimentos dizem respeito ao corredor E803 (Portugal-Salamanca-Valladolid-Irun), que representa o principal itinerário de trocas comerciais terrestres de Portugal.

As medidas definidas pelo CRER 2020, no âmbito da Logística, são também medidas potenciadoras de outros sectores ou *clusters*, sendo que a Região Centro apresenta já projectos de renome, como por exemplo:

- ▶ Corredor Portugal Irun e a Travessia Ferroviária Aveiro Salamanca, que representam, porventura, os projectos mais emblemáticos do Projeto MIT (Mobilidade Inovação e Território);
- Base Aérea de Monte Real.







Objectivos Região Centro no sector da Logística e Alinhamento com a Estratégia Regional CRER 2020 - Centro de Portugal

Fonte: CRER 2020 Centro de Portugal.

#### Objectivos da Região Centro Eixos de Actuação CRER Linhas de Intervenção CRER 2020 Consolidação da rede de infra-estruturas de transporte e logística de suporte à afirmação externa da região, incluindo soluções de transporte Converter o eixo transeuropeu num eixo intermodal de modo a ferroviário de alta prestação adequadas para afirmação do corredor Aveiro-Salamanca enquanto elemento central na exportação de bens racionalizar o sistema logístico e de transacionáveis para a Europa; transporte de mercadorias, através ▶ Realização de investimentos de qualificação e continuidade do reforço de competitividade dos portos de Aveiro e Figueira da Foz, na Valorização das principais dinamização de fluxos internacionais de mercadorias: plataformas logísticas intermodais; Conclusão da rede rodoviária regional de ligação entre capitais de distrito, através de traçado em perfil de autoestrada, que promova a ligação entre Coimbra e Viseu, e a ligação entre Castelo Branco e a fronteira de Monfortinho (IC31); ► Consolidar uma ferramenta ➤ Consolidar a telemática de consolidação de Conclusão de soluções de mobilidade rodoviária que potenciam investimentos já parcialmente realizados e são relevantes a nível regional, cargas que assegure a através de uma intervenção faseada que possa dar continuidade às vias IC6 e IC7; cooperação entre elas; Melhoria das condições de intermobilidade e acessibilidade logística a espaços relevantes, à escala regional, de localização de empresas; Criar uma Linha de Cabotagem / Short Sea Conclusão dos projectos de modernização, electrificação e consolidação dos modelos de operação da rede ferroviária regional, sempre Shipping desde os portos da Região Centro em direção ao através de opções que garantam a correspondente sustentabilidade; Norte da Europa; Consolidação de uma rede regional de plataformas logísticas, sempre que possível com garantias de intermobilidade e acesso ferroviário Mobilidade à ► Criar a Travessia Ferroviária numa lógica de sustentabilidade da sua operação; de Alta Prestação Aveiro -Salamanca -Valladolid. Promoção de soluções de mobilidade sustentável ao nível dos espaços urbanos, mas igualmente em termos intermunicipais, neste caso vocacionada para através de iniciativas equacionadas no contexto das diferentes CIM; mercadorias: 🕒 Estudo da viabilidade de criação de um aeroporto regional, por via da abertura à aviação civil da Base Aérea de Monte Real, desde que fique Valorizar os serviços públicos garantida a respectiva sustentabilidade através de análise sólida de viabilidade do projecto. de transporte urbano e interurbano:







## Sectores potenciados pelo Desenvolvimento da Logística

Fonte: Análise EY

